



INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS – ILL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM – PPGLing
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM – MEL

CLEÂNIA MARTINS DE OLIVEIRA

**AS CENAS DE ENUNCIÇÃO DO ECOSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO CONS-
TRUÍDO SOBRE A VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19: O TEXTO DE VERIFI-
CAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES**

ACARAPE

2022

INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS – ILL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM – PPGLing
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM – MEL

CLEÂNIA MARTINS DE OLIVEIRA

AS CENAS DE ENUNCIÇÃO DO ECOSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO CONSTRUÍDO SOBRE A VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19: O TEXTO DE VERIFICAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem. Área de concentração: Linguística e Integração.

Orientadora: Profa. Dra. Otávia Marques de Farias

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Leidiane Tavares Freitas

ACARAPE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Oliveira, Cleânia Martins de.

048c

As cenas de enunciação do ecossistema da desinformação
construído sobre a vacinação contra a covid-19: o texto de
verificação e suas implicações / Cleânia Martins de Oliveira. -
Redenção, 2023.
124fl: il.

Dissertação - Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem,
Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção,
2023.

Orientadora: Prof^a. Dra. Otávia Marques de Farias.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Leidiane Tavares Freitas.

1. Cenas de enunciação. 2. Vacinação. 3. Texto de
verificação. I. Farias, Otávia Marques de. II. Freitas, Maria
Leidiane Tavares. III. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 415

INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS – ILL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM – PPGLing
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM – MEL

AS CENAS DE ENUNCIAÇÃO DO ECOSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO CONSTRUÍDO SOBRE A VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19: O TEXTO DE VERIFICAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem. Área de concentração: Linguística e Integração.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Otávia Marques de Farias (UNILAB) – Orientadora

Prof. Dr. Rafael Rodrigues da Costa (UFC) – 1º examinador

Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre (UNILAB) – 2º examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Criador de todas as coisas, por ter me guiado e me protegido durante toda a minha vida.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB, pelo acolhimento e por, mesmo diante de tempos tão difíceis e de grandes desafios, assegurar uma educação de qualidade, pública e gratuita.

Ao PPGling (Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem), pelo empenho e dedicação.

Aos professores, que mesmo num período pandêmico, considerado um verdadeiro caos, não desistiram e continuaram acreditando na importância da pesquisa para a sociedade.

À minha família, que sempre foi e sempre será minha base, minha rede de apoio em todos os momentos.

À minha mãe, Maria de Nazaré, por ser tão presente em minha vida e por sempre acreditar em meus sonhos.

Ao meu pai (*in memoriam*), por ter acreditado que o maior tesouro que deixaria para mim seria a educação.

Ao meu esposo, Otacílio, pelo amor, carinho, apoio e compreensão dedicados a mim nessa trajetória acadêmica.

Às minhas filhas, Ana Isabeli, Isadora e Ana Ísis, por serem fonte de amor e carinho e por me desafiarem diariamente a continuar na luta.

À minha irmã Viviane, pelo apoio e cumplicidade nos estudos, pesquisas e apresentações de trabalhos científicos.

À minha irmã Naiana, por ter sido tão presente na vida das minhas crianças durante o processo da minha escrita.

Aos meus amigos, em especial Marcos Paulo da Silva, por ter me apoiado e me incentivado a continuar na luta.

À minha orientadora, pelo carinho, dedicação e compreensão durante todo o percurso de produção acadêmica.

À minha coorientadora, pela imensurável contribuição no processo de produção da pesquisa.

A todos que, de forma direta ou indireta, participaram desta conquista, o meu muito obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as cenas de enunciação do ecossistema da desinformação construído sobre a vacinação contra a Covid-19, tomando como base, mais especificamente, o texto de verificação. Nossa análise é ancorada nos pressupostos da Análise do Discurso de origem francesa, sobretudo nas cenas de enunciação (MAINGUENEAU, 2005, 2006, 2008, 2013, 2015). Além disso, em busca do conceito de desinformação, apoiamo-nos em discussões sobre o ecossistema de desinformação (WARDLE, 2020; GITAHY, 2020). Para alcançar nosso objetivo, adotamos como procedimento metodológico inicial a coleta de textos de verificação, dos sites Agência Lupa, Fato ou Fake e Comprova, do período de janeiro a setembro de 2021, período que coincide com o início da vacinação contra a Covid-19 no país e sua estabilização no calendário de imunização. Desse modo, coletamos 185 textos de verificação publicados nos referidos sites, dos quais selecionamos apenas 16 para análise, tendo como critério básico o de que a notícia falsa verificada tivesse tido mais impacto nas redes sociais. Partindo desse princípio, buscamos analisar de que modo são instituídas as cenas de enunciação dos discursos que verificam as notícias falsas sobre a vacinação contra a Covid-19, observando as especificidades inerentes a cada cena construída nesses discursos. Após a análise verificamos que, quanto à cena englobante, esta corresponde ao tipo de discurso jornalístico, por apresentar características prototípicas do jornalismo, com perfil informacional, acrescido de objetividade e imparcialidade. No que se refere à cena genérica, consideramos afigurar-se como reportagem interpretativa, conforme conceituou Granez (2020), por apresentar aspecto investigativo e com aprofundamento dos fatos, conduzindo o leitor à interpretação. Por fim, quanto à cenografia, verificamos que é constituída a partir de várias cenas validadas, iniciando com a cenografia da notícia e desenvolvendo-se para a cenografia da reportagem interpretativa, a partir de cenas de pesquisas, entrevistas, coleta de dados, comparações e investigações mais incisivas das notícias falsas.

Palavras-chave: Cenas de enunciação; Vacinação; Covid-19. Desinformação; Texto de verificação.

ABSTRACT

This research aims to analyze the enunciation scenes of the misinformation ecosystem built on vaccination against Covid-19, based, more specifically, on the verification text. Our analysis is anchored in the assumptions of Discourse Analysis of French origin, especially in enunciation scenes (MAINGUENEAU, 2005, 2006, 2008, 2013, 2015). In addition, in search of the concept of disinformation, we rely on recent discussions about the disinformation ecosystem (WARDLE, 2020; GITAHY, 2020). To achieve our objective, we adopted as an initial methodological procedure the collection of verification texts, from the web-sites Agência Lupa, Fato ou Fake and Comprova, from January to September 2021, a period that coincides with the start of vaccination against Covid -19 in the country and its stabilization in the immunization schedule. In this way, we collected 185 verification texts published on the referred sites, of which we selected only 16 for analysis, having as a basic criterion that the verified false news had had more impact on social networks. Based on this principle, we seek to analyze how the enunciation scenes of the speeches that verify the false news about vaccination against Covid-19 are instituted, observing the specificities inherent to each scene constructed in these speeches. After the analysis, we verified that, regarding the encompassing scene, this corresponds to the type of journalistic discourse, as it presents prototypical characteristics of journalism. With regard to the generic scene, we consider it to appear as the generic interpretive reportage scene, as it presents an investigative aspect and deepens the facts, leading the reader to interpretation. Finally, regarding the scenography, we verified that it is constituted from several validated scenes, starting with the scenography of the news and developing to the scenography of the interpretive report, from scenes of research, interviews, data collection, more incisive comparisons and investigations of untrue news.

Keywords: Enunciation scenes; Vaccination; Covid-19; Misinformation; Verification text.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Captura de tela do site g1.globo/Fato ou fake.....	73
Figura 2 – Captura de tela do site Lupa.uol	75
Figura 3 – Captura de tela do site Estadão/Verifica	76
Figura 4 – Captura de tela do site g1.globo/Fato ou fake.....	82
Figura 5 – Captura de tela do site Lupa.uol	83
Figura 6 – Captura de tela do site Projeto Comprova	84
Figura 7 – Captura de tela do site Lupa.uol	86
Figura 8 – Captura de tela do site g1.globo/Fato ou fake.....	87
Figura 9 – Captura de tela do site g1.globo/Fato ou fake.....	91
Figura 10 – Captura de tela do site Lupa.uol	96
Figura 11 – Captura de tela do site g1.globo/Fato ou fake.....	101
Figura 12 – Captura de tela do site Lupa.uol	104
Figura 13 – Captura de tela do site Projeto Comprova	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Gêneros instituídos de modo	48
Quadro 2 – Comparação dos aspectos formais da notícia nos sites de verificação	78
Quadro 3 – Características do gênero reportagem interpretativa dos textos de verificação ...	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O ECOSSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO	17
1.1 DESINFORMAÇÃO.....	17
1.2 O ECOSSISTEMA DE DESINFORMAÇÃO E AS DESORDENS INFORMATIVAS	19
1.3 DESINFORMAÇÃO E INFODEMIA	22
1.4 <i>FAKE NEWS</i> : DEFINIÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO	24
1.5 NOTÍCIAS FALSAS, DESINFORMAÇÃO E DEMOCRACIA.....	28
1.6 TEXTOS DE VERIFICAÇÃO.....	29
1.7 O TEXTO DE VERIFICAÇÃO EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE	34
2 DISCURSO E ANÁLISE DO DISCURSO: CAMINHOS PARA UMA ANÁLISE DO TEXTO VERIFICADOR.....	37
2.1 DESINFORMAÇÃO E DISCURSO.....	39
2.2 DESINFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DISCURSIVA.....	40
2.3 CENAS DE ENUNCIÇÃO	43
2.4 GÊNEROS DO DISCURSO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	46
2.5 GÊNEROS EMERGENTES NAS MÍDIAS DIGITAIS.....	50
2.6 NOTÍCIA ENQUANTO GÊNERO DO DISCURSO.....	54
2.7 O QUE QUER DIZER INFORMAR?.....	56
2.8 O DISCURSO JORNALÍSTICO E SUAS INTERFACES NO CONTEXTO ATUAL..	59
3 METODOLOGIA.....	63
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	63
3.2 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS.....	64
3.3 CARACTERIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO CORPUS	68
3.4 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS.....	69
4 ANÁLISE DAS CENAS DE ENUNCIÇÃO DOS TEXTOS DE VERIFICAÇÃO ..	71
4.1 CENA ENGLOBANTE	71
4.2 CENA GENÉRICA	85
4.3 CENOGRAFIA	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	114

INTRODUÇÃO

No contexto informacional atual, com as novas tecnologias e seus avanços, há de se reconhecer que o jornalismo tem-se confrontado com uma série de mudanças e desafios, que de certo modo têm afetado a comunicação. De acordo com Pavlik (2005, p. 13), o que se pode evidenciar nessa realidade é que, com essas inovações tem surgido uma nova forma de fazer jornalismo, com características que refletem “em notícias onipresentes, acesso global à informação, cobertura instantânea, interatividade, conteúdo multimídia e extrema personalização de conteúdo”. Desse modo, vemo-nos cercados por um grande conjunto de informações, que são produzidas por uma pluralidade de fontes e consumidas de forma massiva, dificultando o processo de filtragem e de uma análise mais criteriosa dessas notícias.

Nesse cenário de intensa difusão da informação, caracterizado pela facilidade de acesso e interação, um complexo sistema de produção de conteúdos noticiosos institui-se no meio comunicacional, implica na disfunção do trabalho jornalístico, afeta diretamente a produção de notícias, antes delegada ao profissional do jornalismo e a partir de então terceirizada aos usuários das mídias digitais, decorrendo disso a possibilidade de qualquer indivíduo realizar a produção dessas notícias. Nesse contexto, a informação é produzida e disseminada por distintos atores e instituições, que, baseados em propósitos de cunho político, religioso, econômico ou ideológico, manipulam fatos e conteúdos jornalísticos, os quais, por sua vez, são difundidos em um crescente fluxo informacional nas mídias digitais.

Diante disso, alinhamos nosso ponto de vista à concepção defendida por Wardle (2020, p. 8), a qual afirma que na realidade estamos vivendo uma era de transtorno da informação, uma verdadeira desordem informacional. Assim, nos deparamos cotidianamente com notícias de conteúdos duvidosos, boatos, rumores, vídeos, áudios, links, imagens, enfim, uma série de recursos com teor desinformativo, que emerge no cenário midiático atual encontrando terreno fértil para se propagar nas redes sociais e nos meios de comunicação de massa. Acresça-se a isso a possibilidade de essas informações adquirirem credibilidade e fomento em grupos de receptores que veem suas crenças, ideologias e visões de mundo confirmadas nesse tipo de narrativa. Vale destacar, ainda no esboço dessa questão, que, esses recursos desinformativos se apresentam na maioria das vezes simulados nas características do gênero jornalístico, com conteúdos distorcidos ou produzidos intencionalmente com o objetivo de enganar. É um fenômeno

que comumente se define nos meios de comunicação como notícias falsas (*fake news*), expressões ¹que vem logrando especial atenção nas mídias digitais de informação nos últimos anos.

O debate em torno desse fenômeno tem se intensificado nas últimas décadas. A literatura muito tem se empenhado em discutir e definir o conceito adequado para o termo *fake news* (notícias falsas), no entanto, mediante a enxurrada de conteúdos e informações que são produzidos e disseminados instantaneamente, cada vez mais torna-se complexa sua conceituação. Diante dessa inconstância, Wardle (2020, p. 8) salienta que, a expressão *fake news* é inadequada para explicar a complexa escala de poluição de informação com que nos deparamos hoje; além disso, é um termo inerentemente suscetível de ser politizado e utilizado como uma arma contra a indústria de notícias. A autora ainda reforça que, ao invés de *fake news*, seria mais adequado usar informações incorretas ou desinformação, pelo fato de que a maioria dos conteúdos produzidos não podem de forma alguma serem descritos como notícia.

Para Wardle (2019, p. 47), se, por um lado as *fake news* estão mais voltadas para a construção de conteúdos notoriamente fabricados, por outro lado, a desinformação é bem mais ampla, pois, além de informações fabricadas, abrange principalmente a utilização de enquadramentos, interpretações e conexões falsas com relação aos fatos. Nisso, há um ecossistema poluído de informações, segundo a autora, que inclui desde sátiras, manchete *click-bait*, uso enganoso de legendas, elementos visuais ou estatísticos, conteúdo genuíno compartilhado fora de contexto, conteúdo impostor a conteúdo manipulado e fabricado. Desse modo, com base na complexidade desse sistema, a autora defende que, o que estamos de fato vivenciando é uma era de verdadeira “desordem da informação”, conforme já salientamos.

Nesse sentido, depreende-se que o que há na realidade, conforme destaca Gitahy (2018), é um ecossistema da desinformação, uma indústria da informação que é coordenada e tem seus interesses. Isso porque a maioria das mensagens divulgadas tem o objetivo de desinformar, com objetivo político, com intenção, em ações claramente articuladas. Desse modo, esclarece a autora, o que move o ecossistema da desinformação, na realidade, são as tramas de interesses, que envolvem diferentes tendências políticas e interesses comerciais.

Afigura-se relevante salientar nesse contexto que o problema da desinformação durante o período de coleta e delimitação do corpus desta pesquisa tornou-se bem mais crítico e polêmico do que acreditávamos, tornando-se um problema de saúde coletiva, configurando-se como crime relativo à crise sanitária, implicando na mobilização de várias instâncias do poder público

¹ É muito comum o uso da expressão “*fake news*”, mas nesta pesquisa optou-se por usar “notícias falsas” pelo fato de a expressão *fake news* denotar hoje múltiplos significados, não apenas distorção das notícias.

e jurídico que, impulsionados a tomar decisões mais incisivas relacionadas ao fluxo exponencial de *fake news* durante a pandemia, foram consubstancialmente impelidos a criar projetos de leis e investigações mais criteriosas, a fim de inibir e evitar consequências ainda mais danosas à população. Assim, nesse período ocorreu a CPI da Pandemia, e juntamente com ela a CPMI das *fake news*. Além disso, ocorreu a aprovação do PL 2630/2020, Projeto de Lei das *fake news*.

Em abril de 2021, por determinação do ministro do STF, instaurou-se a CPI da Pandemia, com o objetivo de apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil. A CPI da Pandemia, que durou quase seis meses, colheu depoimentos, quebrou sigilos e analisou documentos, indiciando o Governo Federal, Ministros, ex-ministros, profissionais da Saúde, empresas e empresários a possíveis crimes no contexto da pandemia. Nesse ínterim, no mês de agosto, a CPI passou a ter a colaboração técnica da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a CPMI, conhecida como a CPMI das *fake news*.

A CPMI das *fake news* teve como principal objetivo investigar uma possível rede de disseminação de notícias falsas concernentes à vacinação contra o coronavírus e à existência de tratamentos precoces, que de forma exponencial ocupou os espaços das mídias digitais. Vale ressaltar que foram discursos advindos de representantes do Governo Federal e que tiveram grande repercussão, que implicaram em consequências graves à saúde da população. Enquanto isso, o PL das *fake news*, aprovado em julho de 2020, com o objetivo de estabelecer diretrizes de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, volta a tramitar no Senado e na Câmara dos Deputados, com requerimento de urgência por conta do abuso de desinformação veiculadas nas redes sociais voltadas para a pandemia, o que gera discussões, controvérsias e polêmicas, sendo rejeitado por deputados, em abril deste ano.

Nota-se, desse modo, que, o problema das notícias falsas nesse contexto pandêmico tomou dimensões imensuráveis, implicando na necessidade de ações mais incisivas no combate à desinformação, tendo em vista a ordem informacional. Nesse contexto, ganham proeminência ao longo desses últimos anos, as agências de *fact-checking*, organizações criadas com o objetivo de verificar a procedência de dados e notícias veiculados nos meios de comunicação de massa, evidenciando a ocorrência de notícias falsas e enganosas nesses veículos. De acordo com o levantamento do instituto Duke Reporters Lab², existem cerca de 200 agências de checagem espalhadas em todo o mundo, tendo nove empresas ativas no Brasil. O estudo ainda revela que, de 2018 a 2019, houve um aumento de 34% dessas empresas. Isso mostra a emergência imposta

² Relatório anual divulgado em fevereiro de 2018 pelo Duke Reporters' Lab – centro de pesquisa em jornalismo da Universidade de Duke.

pelo sistema de desinformação, marcando, de acordo com Palácios (2018, p. 82), o surgimento de “uma nova inserção no mercado de profissionais de jornalismo, voltados exclusivamente para a tarefa de verificar e validar (ou não) textos e imagens em circulação sob a suposta rubrica de ‘notícias’”. Essa nova realidade inclui na rotina da produção jornalística a criação de um texto que atenda a função de elucidar, com base na pesquisa e no aprofundamento da informação, notícias imprecisas ou distorcidas que circulam nos meios de comunicação de massa.

Destaque-se, nesse novo ambiente de produção jornalística, o texto de verificação (denominação defendida por nós nesta pesquisa), que se configura como um gênero que surge a partir da emergência comunicacional contemporânea, a fim de validar ou não os conteúdos que causam interpretações duvidosas e imprecisas. Assim, em fase de consolidação, esse tipo de texto apresenta “um formato discursivo diferenciado” (PALÁCIOS, 2018, p. 88), tendo em vista a laborosa função de corrigir notícias fabricadas e apresentar a veracidade das informações. Desse modo, a fim de garantir sua credibilidade no debate público, esse novo gênero mobiliza uma série de recursos, de ordem tanto formal quanto linguística para a construção dos enunciados. Assim, evidenciamos nos textos de verificação, a partir do processo de análise, a recorrência do uso de etiquetas, títulos, subtítulos, verbos em 3ª pessoa, vozes de autoridades, dados, pesquisas, imagens e hiperlinks articulados na construção de sentidos, a fim de esclarecer as notícias imprecisas e falsas que foram disseminadas nos principais meios de comunicação. Pode-se notar, portanto, que o texto de verificação surge com o principal objetivo de organizar essa desordem informacional, tentando mostrar através de evidências, uma versão mais fiável ou verossímil dos fatos.

Diante dessa premissa, a presente pesquisa, que analisa as cenas de enunciação do ecossistema da desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19, justifica-se por minha inquietação enquanto professora e acadêmica, na busca de compreender de que forma os discursos que verificam as notícias falsas nesse ecossistema de desinformação são construídos a ponto de esclarecer a seus usuários que aquela notícia realmente é falsa ou verdadeira. Para isso, tomamos por base as cenas enunciativas, a fim de observar que cenas de enunciação são evidenciadas nos discursos que verificam as notícias falsas voltadas para a vacinação contra a Covid-19 e como essas cenas são mobilizadas no decorrer da notícia. Desse modo, serão utilizados para análise somente textos de verificação que concluem que aquelas notícias veiculadas nos diversos meios de comunicação com exponencial disseminação e com características que levam à verificação, são realmente notícias falsas.

A discussão a esse respeito vem ganhando proeminência nas pesquisas nos últimos anos. A inquietação tornou-se global. Muitos estudos apontam para a preocupação em analisar os

discursos das *fake news*, na perspectiva de observar os danos causados à sociedade, bem como a ameaça que a sua presença vem causando à democracia, passando pela política, pela economia e outras áreas. Nessa acepção, merece destaque a dissertação intitulada *Discurso e força estética das notícias falsas: um estudo sobre a configuração do gênero fake news*, de Freire (2019), que busca identificar que artifícios cooperam para a dinâmica e a repercussão das *fake news*, como e em que condições esses discursos são construídos, que elementos jornalísticos são utilizados na construção desses conteúdos. A autora, que realiza sua pesquisa na área da Comunicação, acredita que discussões como essas são importantes para auxiliar profissionais que enfrentam o desafio diário de apurar informações, bem como contribuem para aprofundar o debate acerca da importância de conscientização sobre as consequências da disseminação das *fake news*.

De acordo com Huttner (2020), em sua dissertação denominada *É fake news? Como elementos do jornalismo são utilizados para a elaboração de “notícias falsas”*, não somente o jornalismo e seus gêneros são confrontados pelas mudanças impostas pela tecnologia, mas também como o comportamento dos sujeitos sofreu modificações. Cercadas com tantas informações todos os dias, as pessoas já não sabem mais em quem confiar. Com o uso de técnicas do jornalismo nas notícias falsas, os produtores de conteúdos duvidosos, apropriando-se do formato típico do jornalismo, confundem seus usuários e acabam ganhando relevância na comunidade. Com base nesses preceitos, o pesquisador propõe nesse trabalho verificar, como os sites estruturam seu conteúdo, apropriando formato, critérios e linguagem típicos do jornalismo, de modo a passar informações falsas ou manipuladas como notícias. Sob esse viés, pretendemos também em nosso estudo verificar que aspectos jornalísticos incidem sobre os discursos de verificação das notícias falsas a que nos propomos analisar.

Do ponto de vista da Análise do Discurso, que é a base teórica principal na qual nos ancoramos neste trabalho, cabe destacar um artigo produzido por Franco, Pezarino, Silva e Caetano, publicado na *Revista Transformar*, numa edição especial, no ano de 2020, cujo título é denominado por *Fake news: mecanismos linguísticos de validação*, que apresenta como principal objetivo analisar essa era da desinformação, na qual se encontra a população, sobretudo, durante esse período de pandemia. Para isso, a partir de notícias falsas selecionadas sobre a Covid-19, do portal de notícias G1, o estudo realiza uma breve análise na perspectiva da Análise do Discurso, tendo por base as cenas de enunciação de Maingueneau. Nesse sentido, tem o objetivo compreender que mecanismos linguísticos são utilizados nas *fake news* em análise para fomentar a validação de seus conteúdos. Desse modo, consideramos importante destacá-lo, por estabelecer um diálogo perspicaz com o objetivo da nossa proposta, pois pretendemos analisar

os discursos de verificação das *fake news* também sob a luz da AD, especificamente na perspectiva das cenas enunciativas de Dominique Maingueneau.

Nesses termos, pretende-se com esta pesquisa, identificar quais cenas de enunciação são evidenciadas nos discursos que fazem a verificação das *fake news* sobre a vacina contra a Covid-19, como essas cenas são mobilizadas nos discursos, que regularidades e elementos discursivos são mais recorrentes, tendo por base as cenas enunciativas. Assim, acreditamos que, ancorados nesses propósitos, este estudo possa contribuir para discussões mais contundentes sobre essa temática, e desperte um olhar mais aguçado sobre a problemática em questão, e ainda, sob o viés das cenas de enunciação, possa contribuir para os estudos sobre esse tema em Linguística e Estudos da Linguagem.

Com base nesses objetivos, este trabalho está dividido em quatro capítulos, assim distribuídos:

O primeiro capítulo é dedicado ao estudo do ecossistema de desinformação que emergiu no contexto midiático, especificamente no período pandêmico. Procuramos analisar de que modo esse fenômeno se processa, quais as principais motivações e consequências desse acontecimento para a sociedade, tanto no âmbito político, social quanto econômico. Buscamos compreender até que ponto o ecossistema de desinformação afeta a sociedade em geral, interferindo na tomada de decisões dos sujeitos.

No segundo capítulo, nos detemos ao estudo sobre Discurso e Análise do Discurso. Sob esse esteio foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a definição de Discurso e Análise do Discurso, ganhando proeminência nesse espaço os estudos sobre as cenas de enunciação, de Maingueneau (2005, 2006, 2008, 2013, 2015), nos quais nos apoiamos para realizar as análises discursivas propostas nesta pesquisa.

No terceiro capítulo, apresentamos o percurso metodológico a partir do qual a pesquisa foi desenvolvida. É uma investigação que se inscreve na perspectiva epistemológica da pesquisa qualitativa, utilizando como método a pesquisa descritiva e analítica. Nosso foco foi a análise de textos de verificação de notícias falsas publicados em Agências de checagem. Desse modo, o universo da proposta de pesquisa foram os sites de verificação, onde o corpus foi construído a partir das publicações de textos que checavam notícias falsas sobre a vacinação contra a Covid-19. Os sites de verificação que selecionamos para realizar a coleta dos discursos, foram Agência Lupa, Fato ou Fake e Projeto Comprova. O movimento de coleta e seleção desses discursos se deu semanalmente, no período de janeiro a setembro de 2021. Em média, foram coletadas cerca de três a quatro verificações por semana, constituindo um volume considerável

de material para análise, totalizando um universo de 185 textos, dos quais realizamos um recorte, filtrando as verificações necessárias para a análise a partir dos critérios definidos para a pesquisa e especificados no capítulo metodológico deste trabalho.

No quarto capítulo, destinado à análise, submetemos o corpus aos operadores de análise, conforme as categorias de análise das Cenas de enunciação de Maingueneau (2008). Desse modo, com base no corpus levantado, buscamos identificar as cenas evidenciadas e seu processo de construção discursiva nos textos que se propõem a verificar as notícias falsas em estudo. Para isso, no primeiro momento, selecionamos os textos de verificação para a análise. Em seguida, centramo-nos na observação e categorização das cenas enunciativas de cada texto. Depois, buscamos estabelecer relações entre os textos e as cenas analisadas. E, por último, analisamos qual a importância dessas cenas de enunciação construídas no ecossistema de desinformação sobre a vacina contra a Covid-19, no processo de produção, validação e legitimação desses textos de verificação.

1 O ECOSISTEMA DA DESINFORMAÇÃO

Neste capítulo, trataremos das nuances que permeiam o Ecossistema de Desinformação no contexto midiático, elucidando os principais fatores que contribuem para a materialização da desinformação no contexto atual e que, de certo modo, contribuem para a difusão das chamadas desordens informativas ou notícias falsas. Veremos que se trata de um processo complexo e desestabilizador, que envolve diversos atores e estratégias discursivas, bem como fomenta um projeto que se constrói alicerçado em interesses políticos, econômicos e ideológicos.

1.1 DESINFORMAÇÃO

“Vivemos em uma era de transtorno da informação”, adverte Wardle (2020, p. 8). De fato, o que caracteriza o contexto informacional, é o predomínio de “notícias falsas e desordens informacionais” (FRAU-MEIGS, 2019, p. 77), onde a presença de “falsificações profundas” de fatos e narrativas aponta para um fenômeno complexo, desestabilizador e danoso à sociedade: a desinformação. Devido às circunstâncias de sua complexidade no contexto midiático, muito se tem discutido sobre a conceituação, a atuação e as consequências da desinformação em nossa sociedade.

Apesar do uso do termo desinformação imprimir a ideia clara e consensual de desinformar, eximindo-o de análises mais detalhadas, o processo pelo qual o fenômeno da desinformação se estrutura e se alimenta, é bem mais criterioso e danoso, motivado por inúmeros propósitos e setores de atuação da sociedade. Nisso, diversas são as interpretações e discussões correntes de estudiosos e pesquisadores, a respeito das implicações trazidas por esse fenômeno. A princípio, encontramos a ideia de que a desinformação estaria intrinsecamente associada ao “estado de ignorância e à ausência de informação” (BRITO; PINHEIRO, 2014, n. p.). Desse modo, faz-se necessário ter competência informacional para tornar-se um indivíduo informado, pois, de acordo com Demo (2000, p. 40), “há informação de classe superior e inferior”, a depender do poder aquisitivo de cada um. Constata-se, desse modo, de acordo com o que postula o autor, que o poder de informação é dado àqueles que fazem parte de uma determinada classe social ou fazem parte de uma cultura, ficando a desinformação, portanto, destinada àqueles de menor poder aquisitivo.

Por esse aspecto, a desinformação, segundo Brito e Pinheiro (2014, p. 2), significaria “ausência de cultura ou de competência informacional” de seus usuários, que estariam desin-

formados por não serem capazes de localizar informações necessárias para a construção de conhecimentos, não chegando, portanto, a adquirir a capacidade de conclusão e decisão política diante dos fatos noticiados. De acordo com Floridi (1996), a dicotomia entre o remetente, aquele que possui e fornece a informação, e o receptor, aquele que não possui, torna o processo de desinformação ainda mais maleável. E acentua que, quanto mais autoritária e influente for sua fonte e quanto mais ingênua for a população, mais fácil será essa desinformação (FLORIDI, 1996). Isso evoca a intencionalidade embutida nesse processo. A desinformação não ocorre aleatoriamente, mas como um projeto de dominação e poder, entre aqueles que detêm o conhecimento e os que não detêm.

Evidencia-se a partir desses posicionamentos que a desinformação é considerada pelos autores como um fenômeno restrito apenas aos sujeitos que não têm acesso ao conhecimento, por desconhecerem a cultura ou por não possuírem poder aquisitivo favorável, ficando, portanto, eximidos desse processo aqueles que detêm certo poder aquisitivo, acesso à cultura e ao conhecimento científico. Tal prerrogativa já não se sustenta no contexto tecnológico, globalizado e informacional atual, em que nos deparamos com um acervo imensurável de informações, advindas dos mais diversos contextos sociais e veiculadas pelos mais diversos meios de comunicação de massa. Desse modo, há um acesso deliberado e abrangente de informações por toda parte, onde a maioria dos indivíduos são informados, principalmente com a popularização de tecnologias como os smartphones e pacotes de dados no contexto atual. Outra questão que se coloca nesse contexto é o fato de a desinformação estar associada à falta de competência informativa dos indivíduos, quando na realidade isso não ocorre, pois o processo desinformativo é articulado por meio de diversas estratégias, encapsuladas em forma de textos jornalísticos, capaz de enganar os indivíduos, sejam capacitados ou não, que tenha recursos financeiros ou não. O ecossistema da desinformação é sistematizado, organizado de modo intencional e tendencioso, com o objetivo de enganar a sociedade em geral, em prol de seus interesses.

Nessa mesma perspectiva, o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social (2020), que opta por utilizar o termo desinformação em detrimento de *fake news*, diz que o conceito de desinformação está diretamente interligado à intencionalidade na produção e na propagação de informações falsas, equivocadas ou descontextualizadas para provocar uma crise comunicacional e, assim, obter ganhos econômicos e políticos. Nesse caso, o termo *fake news* é mais específico que desinformação por ser definido apenas como notícia falsa, pois o fenômeno vai muito além de uma notícia inverídica. “O termo desinformação refere-se à criação deliberada e o compartilhamento de informações falsas ou manipuladas que são destinadas a

enganar e induzir o público ao erro, seja para causar danos, ganhos políticos, pessoais ou financeiros” (HOUSE OF COMMONS DIGITAL, 2019, p. 7).

Desse modo, podemos considerar que o termo “desinformação” seria mais adequado, ao nos referirmos ao fenômeno mais amplo que o das *fake news*, por ser um termo que engloba, entre outras coisas, essas notícias falsas que buscam imitar notícias reais, com a intencionalidade de causar danos ou ganhos tantos políticos quanto pessoais ou financeiros.

Brito e Pinheiro (2014) destacam que essas desinformações seriam, na realidade, frutos de um sistema organizado, de um projeto de dominação política e ideológica, em que os meios de comunicação de massa que veiculam esse tipo de informação o fazem para difundir prioritariamente o que confunde e desinforma. “É um conteúdo intencionalmente falso e criado para causar danos”, segundo Wardle (2020, p. 10). Mesmo assim, ainda que seja falsa, a desinformação, de acordo com Fox (1983), pode ser informativa. Pode levar aos usuários a ideia de verdade, de informação, de conhecimento. Sua estrutura é cuidadosamente construída, com estratégias de marketing, que facilitam sua difusão e articulação (GITAHY, 2020).

Sobre as estratégias de construção dos discursos desinformativos, Recuero (2022), ao se referir aos tweets de desinformação sobre a vacina, pontua que são discursos incisivos, largamente sensacionalistas, utilizando hipérboles e ironia, elementos discursivos que dão força à posição de autoridade e influenciador do locutor. Desse modo, alerta a autora, a desinformação hoje é construída tendo por base um ecossistema, um sistema bem estruturado, alimentado por distintos atores que impactam as plataformas (RECUERO, 2022). Complementando, reforça Gitahy (2020), existe um ecossistema que propositadamente usa a desordem da informação para atingir propósitos diversos, nos quais envolvem também interesses distintos, que vão desde interesses políticos, econômicos a ideológicos.

1.2 O ECOSSISTEMA DE DESINFORMAÇÃO E AS DESORDENS INFORMATIVAS

De acordo com Wardle (2018), o termo *fake news* não contempla a complexidade do problema que integra o que ela denomina como ecossistema de informações ou desordens informativas. Segundo a autora, o termo “falso” não leva em consideração os diferentes níveis de desinformação causados por esse tipo de conteúdo que, além de problemático e falso, traz motivações distintas, desde o partidarismo, o lucro, a influência política/econômica à difamação.

No espectro desse ecossistema ou desordens informativas, existem diferentes níveis de desinformação, que não necessariamente estão associados à notícia, mas são formas distintas de se operacionalizar a informação incorreta. Desse modo, Wardle (2020, p. 8), inclui nesse

repertório: sátira e paródia, conteúdo genuíno, compartilhado fora de contexto, conteúdo impostor, manchetes click-bait, uso enganoso de legendas, elementos visuais ou estatísticos e o conteúdo manipulado e fabricado. Nota-se que a desinformação não se restringe a simplesmente demarcar o que é falso ou não, mas há uma complexidade de aspectos a serem considerados e analisados, desde “enquadramentos, interpretações e conexões falsas relacionadas aos fatos” (WARDLE, 2020, p. 8).

Mediante isso, a autora categoriza os principais níveis de desinformação sendo assim definidos:

- **Sátira ou paródia:** as sátiras ridicularizam indivíduos, organizações ou estados, geralmente como uma forma de intervenção política ou na tentativa de provocar ou até mesmo evitar mudanças. A sátira nem sempre é humorística, enquanto a paródia tende a criar um efeito cômico. Apesar de se configurar como uma forma de arte, por conta de cada vez mais as pessoas receberem informações por meio de feeds sociais, acaba gerando uma confusão quando não se compreende que um site ou mensagem é satírica, causando assim desinformação.
- **Conexão falsa:** acontece quando um título, imagem ou legenda não condizem com o conteúdo, são os chamados *click-baits*, feitos para atrair leitores, especialmente quando compartilhados em mídias sociais, usando elementos visuais e legendas que não são apoiadas pelo texto em si.
- **Conteúdo enganoso:** é frequente o uso desse tipo de desinformação, principalmente quando se refere à política. Isso ocorre quando há o uso enganoso de informações para enquadrar determinados problemas ou indivíduos de alguma forma. Exemplos podem ser mostrados como montagem ou corte de imagens.
- **Contexto falso:** se refere a conteúdos verdadeiros que são descontextualizados com o intuito de atrair mais atenção para a notícia. Nisso determinada informação é deslocada de contexto e circula facilmente desvinculada do que realmente aconteceu. Um exemplo disso são fotos de desastres naturais ou tragédias humanas de uma determinada época, que são deslocadas de um contexto e utilizadas em outro.
- **Conteúdo impostor:** quando um conteúdo circula com logotipo de algum veículo de comunicação ou assinatura de alguma pessoa, de forma falsificada; são sites que imitam portais de jornalismo profissional para dar maior credibilidade para a notícia.
- **Conteúdo manipulado:** quando um conteúdo que é genuíno é manipulado para enganar; isso ocorre com vídeos ou imagens que são manipuladas para criar notícias virais.

- **Conteúdo fabricado:** geralmente aparece em formato de texto, onde o conteúdo é falso e muito criativo. Pode ser considerado uma junção de todos os outros citados. Exemplos disso são os “sites de notícias” completamente fabricadas.

O que se verifica, portanto, é que o sistema de desinformação é algo bem mais abrangente e estruturado do que se imagina, não podendo ficar restrito ao sentido de notícias falsas ou *fake news*, mas a um constructo de performance bem mais além do que a distorção da informação. Para tanto, a autora recorre aos termos “Desinformação”, “Mesinformação” e “Malinformação”, a que coletivamente designa de “desordem da informação” (WARDLE, 2020, p. 9) para designar essas práticas. Para uma melhor compreensão, veremos os conceitos concernentes a cada termo.

Quanto à Desinformação, a autora define como sendo um conteúdo intencionalmente falso e criado para causar danos, sendo motivado por três fatores distintos, tais como: ganhar dinheiro, ter influência política, seja nacional ou internacional, e causar problema por causa disso (WARDLE, 2020, p. 10). Desse modo, faz parte de conjunto de recursos traçados estrategicamente com o intuito de falsificar e manipular os usuários. Enquanto isso, na Mesinformação, o conteúdo compartilhado também é falso, mas o indivíduo que o compartilha não se dá conta de que se trata de um conteúdo enganoso. Nesse caso, não há a intenção de enganar, mas que acaba por desinformar aquele que recebe a informação. Já o termo Malinformação, descreve informações genuínas que são compartilhadas com a intenção realmente de prejudicar o outro. Isso ocorre quando há vazamento de informações, invasão de privacidade ou discurso de ódio.

É interessante notar que mesmo distintas e com atores também diferentes, essas categorias revelam o papel danoso que as desordens informativas podem implicar. Mesmo na mesinformação, em que o usuário compartilha conteúdos de qualidade duvidosa, sem ter intenção de causar dano, “a poluição de informação” (WARDLE, 2020, p. 10) constituirá a mesma. É um ecossistema de informações perigosamente poluído, que mesmo aquelas mensagens que apresentam alguma verdade, mas que são criadas, produzidas ou distribuídas por agentes que pretendem prejudicar em vez de servir ao interesse público, corrompe a integridade do processo democrático (WARDLE, 2020).

Mesmo sem a intenção de causar danos, a notícia falsa quando disseminada, traz sérios prejuízos à sociedade, isso porque de qualquer modo a desinformação também pode ser considerada uma espécie de informação, pois ainda que seja falsa, essa desinformação pode ser in-

formativa de alguma forma. Nisso, diversos setores da sociedade sofrem o impacto dessa informação imprecisa e enganosa, mas que de certa forma também informa, principalmente setores que custam caro ao estado democrático de direito, como, por exemplo, a economia, a política e a saúde.

Nessa realidade, foi possível constatar que a partir do início da pandemia, esse ecossistema de desinformação tem se alimentado de forma desordenada, se utilizando do mecanismo de narrativas de negação da doença, que minimizam sua capacidade de transmissão ou letalidade e prometem curas milagrosas. São desinformações que chegam em forma de diversos gêneros e suportes discursivos, desde correntes pelo WhatsApp, áudios, vídeos, links, memes, posts no Facebook, manchetes e tweets, com textos persuasivos que buscam a adesão em massa dos usuários das mídias digitais e viralizam exponencialmente através de aplicativos de compartilhamento.

Desta feita, pode-se perceber que, em meio ao fenômeno das desordens informacionais, o uso da informação tem passado por inúmeras mudanças, tanto no campo conceitual como na prática de interação discursiva, principalmente no contexto de pandemia. Nisso, desencadeou um outro fenômeno desestabilizador no meio informacional, com proporções exponenciais de veiculação massiva de informações, a que se denominou *infodemia*, tornando-se também alvo de discussões no contexto pandêmico.

1.3 DESINFORMAÇÃO E INFODEMIA

Contexto de pandemia. Uma crise política sanitária é provocada pela Covid-19 em diversos países do mundo que experimentam episódios de pânico, dúvidas, medo e anseios diante de uma realidade letal, repentina e nunca imaginada. No Brasil, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou estado de pandemia provocado pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2). Denominou-se pandemia não pela gravidade da doença, mas pela estarrecedora velocidade de disseminação do vírus pelos países, a que a OMS declarou ser um surto. Acresce-se a isso o aumento excessivo de informações, rumores, conspirações e desinformação voltados para a doença. A esse volume de informações associadas a um assunto específico, a OMS denominou *Infodemia*.

O termo *infodemia* se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual (EPIDEMIOLOGIA E SAÚDE, BRASIL, 2020).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o termo serve para designar o excesso de informações, precisas ou não, o que implica na dificuldade de uma análise mais criteriosa quanto à confiabilidade das fontes que veiculam essas informações. Ainda de acordo com esse órgão, somente no mês de março de 2020, mês em que se declarou estado de emergência de saúde pública, computou-se a publicação de 361 milhões de vídeos, 19.200 artigos científicos e 550 milhões de tuítes com as palavras coronavírus e Covid-19. Nota-se, desse modo, que a busca por informações e a produção de conteúdos voltados para a temática da Covid-19 se deu de forma alarmante.

À medida que o fluxo informacional aumentou, também cresceu o número de informações falsas sobre a pandemia, disseminadas pelos mais diversos meios de comunicação de massa, principalmente através das redes sociais (Facebook, WhatsApp e Instagram). Posetti e Bontcheva (2020 apud FALCÃO; SOUZA, 2021, p. 64) esclarecem que, de forma geral, as desinformações mais disseminadas nesse período foram: a) origem e propagação do vírus; b) estatísticas falsas e enganosas; c) impactos econômicos (e sanitários) da pandemia; d) descrédito dos jornalistas e dos meios de comunicação; e) ciência médica: sintomas, diagnóstico e tratamento; f) impactos na sociedade e no meio ambiente; g) politização com ponto de vista; h) conteúdos promovidos para lucro fraudulento, a partir dos dados pessoais; e i) a respeito celebridades que supostamente foram contaminadas.

Além desses dados, merecem destaque as notícias falsas aliadas aos movimentos anti-vacina, que de forma exponencial disseminaram desinformação, rumores e conspirações contra a vacinação contra a Covid-19, contribuindo para causar pânico à população, implicando na redução da imunização no âmbito mundial, fato esse que trouxe consequências letais à sociedade, como também contribuiu para a volta de doenças até então erradicadas. No esteio dessa questão, pode-se verificar que a propagação dessas notícias falsas, rumores e conspirações ocorrem num sistema de polarização, em que grupos organizados adeptos de uma mesma ideologia conseguem ratificar crenças, anseios e dúvidas de indivíduos que de sobremaneira buscam por essas informações para confirmar também suas ideologias. Pode-se evidenciar nesse processo que a infodemia, conforme alerta Castilho (2020, n. p.), “é capaz de obscurecer a verdade, manipular a massa frear a eficácia das campanhas e iniciativas de caráter positivo”. Faz parte das desordens informativas, conforme Wardle (2020), onde a produção de conteúdos é voltada para enganar, manipular e trazer danos à sociedade.

De acordo com Kalil e Santini (2020, p. 6), o que há na realidade é a ideia de recursividade não direcional, em que a desinformação produz a infodemia que ao mesmo tempo é produzida por ela. É um ciclo entre os termos, em que um retroalimenta o outro recursivamente,

contribuindo para a proliferação das notícias falsas. Nesse sentido, há uma correlação direta entre infodemia e desinformação, em que de certo modo é a desinformação que sustenta o fenômeno da infodemia no processo da infocomunicação.

O uso do termo *fake news*, conforme vimos anteriormente, não contempla a complexidade do fenômeno das notícias imprecisas produzidas pelo ecossistema de desinformação atual. Diante disso, o termo *fake news* será aprofundado no tópico seguinte.

1.4 FAKE NEWS: DEFINIÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Notícias falsas, notícias fabricadas, boatos, rumores, *fake news*. São expressões que ganharam espaço e destaque no vocabulário midiático, e que de forma repentina implicaram num turbilhão de dúvidas, debates e sérias consequências no contexto atual. Tais implicações se acentuam especificamente na expressão *fake news*, que, de acordo com Derosa (2019), tem sido usada para classificar uma série difusa de fenômenos, que geram considerável confusão na opinião pública, pois está relacionado ao fluxo de informações. Esse tipo de notícia se baseia em práticas pseudojornalísticas, em que fatos e informações são distorcidos e disseminados como verdades a ponto de convencer o público.

Enquanto isso, Tandoc (2019), considera que as *fake news* são na realidade as notícias com conteúdo inteiramente fabricado ou partidário que são entregues ao usuário como factual, com o intuito genuíno de manchar reputações e arruinar negócios, configurando-se como um discurso que pode influenciar decisões políticas.

Em contrapartida, Braga (2018), conceitua *fake news* como a divulgação de notícias falsas ou mentirosas, por qualquer meio de comunicação, com o intuito de atrair a atenção para desinformar ou obter vantagem política ou econômica. De forma complementar, Silverman (2018), afirma que o ambiente virtual é capaz de manipular, moldar e distorcer a própria realidade, uma vez que seguidores passam a ter capacidade de se tornar disseminadores e replicar informações erradas, impactando outras tantas pessoas.

Historicamente, pode-se evidenciar a incidência de *fake news* no princípio do processo político da humanidade principalmente, em que na Europa e nos Estados Unidos veem-se destilar-se nos jornais um festival de calúnias e xingamentos sem nenhum compromisso com a informatividade, apenas para atingir determinados interesses políticos.

Com o surgimento da imprensa, acreditava-se que os jornais entregariam aos leitores “a verdade” ou se não, ao menos deveria sinalizar um evento, assevera Lippmann (1997, p. 226), e sinalizar um evento, acrescenta o autor, quer dizer noticiá-lo, promover um primeiro momento

dos fatos. À imprensa caberia, portanto, o papel de avisar aos seus interlocutores o que se passa, para “modular suas expectativas em relação ao futuro próximo” (LIPPMANN, 1997, p. 226). No entanto, o que se percebe na realidade é que a qualidade jornalística é negligenciada, e o que há, na verdade, é a prática de “mentir à vontade” (BUCCI, 2018, p. 23).

Agora, no século XXI, o advento da rede mundial de interação e, especificamente das redes sociais, deu origem a uma sociedade em rede, implicando na comunicação em rede, um espaço de expressão livre, em que cada um expressa o que quer, como quer, de acordo com suas crenças e interesses, produzindo e reproduzindo informações inverídicas, dando espaço à desinformação. As notícias, nesse contexto, são repassadas como entretenimento, realçadas por fontes emocionais, desfavorecendo a razão, a objetividade dos fatos.

A Internet tem tido um índice de penetração mais veloz do que qualquer outro meio de comunicação na história: nos Estados Unidos, o rádio levou trinta anos para chegar aos sessenta milhões de pessoas; a TV alcançou esse nível de difusão em 15 anos; a Internet o fez em apenas três anos após a criação da teia mundial (CASTELLS, 1999, p. 439).

É essa movimentação rápida que o espaço virtual possibilita que propicia a circulação e viralização de informações falsas e conteúdos produzidos deliberadamente com o intuito de transformar o comportamento dos indivíduos. E isso se dá também porque, de acordo com Ferrari (2017), os usuários das redes sociais virtuais, na grande maioria das vezes, compartilham informações apenas pelo título, sem ter se dado ao trabalho de ler o texto completo, ou mesmo de verificar a fonte de informação.

Em um estudo realizado entre a Universidade de Columbia e o Instituto Nacional Francês, divulgado em 2016, 56% dos links compartilhados nas redes sociais não chegava a ser clicados, ou seja, a maioria dos usuários compartilhavam conteúdos falsos apenas pelos títulos que eles apresentavam (DEWEY, 2016; FERRARI, 2017, p. 159).

Evidencia-se, desse modo, que a maioria dos links e conteúdos que são rapidamente disseminados nas redes sociais, sequer foram lidos por seus usuários. Segundo afirma Delmazo (2018), uma manchete atraente – que normalmente fica explícita na URL do link – já seria suficiente para garantir engajamento. Isso comprova o comportamento dos atuais usuários das mídias digitais e, por conseguinte, das redes sociais, que não leem as informações, tampouco se preocupam em checar a veracidade do conteúdo compartilhado, resultando na disseminação de informações falsas e boatos. Fato esse que valida o principal perfil das *fake news*. “Para se

tornar *fake news* [eles] precisam mobilizar um grande número de público – incluindo testemunhas, aliados, reações e partilhas, assim como oponentes para contestar, sinalizar e desmentir” (BOUNEGRU, 2017, p. 18). E isso ocorre com a conexão em rede, um espaço que incita a participação e interação daqueles que integram as comunidades virtuais e estão em constante movimento comunicacional.

A conexão em rede e as plataformas de redes sociais, nesse sentido, se configuram em um importante espaço para o debate público e disputas de opiniões e ideologias. Nesse contexto, a opinião pública é condicionada por apelos emocionais e crenças pessoais, em que a emoção se configura com maior peso do que fatos objetivos. Daí surge o termo pós-verdade, em que se tende a praticar e difundir o uso de argumentos mais ligados à dimensão emocional do que à dimensão racional e fundamentada (OBERCOM, 2018). Assim, uma notícia de um jornal qualificado pode ser recortada, reescrita e compartilhada, de forma que seu conteúdo original seja reformulado de acordo com interesses de empresas, instituições e agentes políticos.

Diante disso, é notório que muitas são as motivações que levam a produção desordenada de *fake news* no contexto atual, merecendo destaque, de acordo com Allcott e Gentzlow (2017), duas delas: a primeira é a receita publicitária, que lucra bastante com tudo isso, em que os cliques geram, sem dúvida nenhuma, retorno financeiro. A segunda é uma motivação ideológica, para favorecimento de algum político ou corrente ideológica (ALLCOTT; GENTZLOW, 2017, p. 217).

Nessa perspectiva, evidencia-se que a produção e viralização de notícias falsas no meio midiático tornou-se um produto institucionalizado e de grande valor no mercado comunicacional, gerando receitas e lucros para determinados atores e instituições.

A criação e viralização de conteúdos falsos na internet já se tornou um negócio altamente lucrativo, uma vez que os criadores de notícias falsas no ambiente online conseguem arrecadar com cliques e compartilhamentos uma soma de milhares de dólares. No Brasil, o autor levanta somas em torno de R\$ 100 mil a R\$ 150 mil por mês, e enfatiza que essa pode ser uma das justificativas para explicar o atual fenômeno de aumento de produção de *Fake News* (BRANCO, p. 2, 2017).

Como se sabe, muitos são os sites especializados na produção de notícias falsas, com manchetes alarmistas e polêmicas, que despertam o interesse nos usuários, e ao mesmo tempo os monetizam a partir de anúncios, lucrando a cada clique, os conhecidos *clickbait*s. Assim, Braga (2018) destaca que é a atenção alcançada para o seu conteúdo que faz com que as *fake*

news atinjam grande repercussão e, dessa forma, consigam – através de plataformas de monetização na internet – veicular em seus links anúncios dos mais diversos produtos.

Acrescenta-se a isso a utilização de algoritmos que, de acordo com os relatórios da Obercom (2018, p. 16), “afunilam a informação existente, disponibilizando aos usuários conteúdos que estejam de acordo aos seus gostos pessoais e interesses”, proporcionando-lhes satisfação psíquica. “Uma notícia falsa, fraudulenta ou mesmo verdadeira, só se difunde à medida que corresponde a emoções, quaisquer emoções, positivas ou negativas” (BUCCI, 2018, p. 28).

Cabe ressaltar que, para atingir seus objetivos, muitas são as estratégias utilizadas por empresas e sites de criação das *fake news*, visto que um fator preponderante que facilita a veiculação das ideias enviesadas que são compartilhadas nas mídias digitais é o fato de as *fakes news* possuírem um caráter multimidiático, que faz uso de diversos recursos audiovisuais, como imagens (principalmente emojis), links, áudios, vídeos, legendas com fotos, materiais visuais, dentre outros.

Evidencia-se, nesse contexto, que a classificação dos recursos apresentada acima se refere apenas aos conteúdos e às formas de construção geral das *fake news*. No entanto, adotamos nesta pesquisa um conceito mais amplo e abrangente: o de Desinformação, por perceber que esse fenômeno engloba uma gama de gêneros discursivos que o termo *fake news* possivelmente não abarca. Isso se justifica pelo fato de que podemos encontrar uma variedade de gêneros e de suportes em que os textos com informações enganosas aparecem atualmente, tais como: correntes pelo WhatsApp, tweets, memes, posts do Facebook, vídeos no Youtube, manchetes em sites, links, textos variados, nos quais as informações falsas podem circular. Nesse sentido, optamos ainda nesta pesquisa, por utilizar o termo “notícias falsas” em detrimento do termo *fake news*, por considerarmos que o uso do termo *fake news* tomou outras dimensões, em outros contextos que não são referentes às notícias falsas propriamente ditas.

Posto isso, surge a necessidade de se discutir e explorar melhor esse fenômeno, para que possamos compreender sua complexidade, e a partir de então, buscar aperfeiçoar maneiras de evitar o seu impacto na sociedade em geral. Dessa forma, a presente pesquisa, conforme já sinalizado anteriormente, aponta para a necessidade de se promover uma discussão referente ao fenômeno da desinformação e, de forma mais específica, as notícias falsas, que assola nossa sociedade trazendo sérias consequências para as instituições sociais, seja de âmbito político, religioso, econômico, educacional ou da saúde pública, interferindo nas decisões e escolhas dos cidadãos, que por sua vez afeta negativamente a democracia, conforme veremos no tópico seguinte.

1.5 NOTÍCIAS FALSAS, DESINFORMAÇÃO E DEMOCRACIA

De acordo com Bobbio (1986, p. 18), a democracia se define como a forma de governo contraposta a governos autocráticos, constituída por um conjunto de regras (primárias e secundárias) estabelecidas por aqueles que estão autorizados a opinar nas decisões coletivas, tendo em vista alguns procedimentos. Desse modo, de acordo com o autor, “todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência” (BOBBIO, 1986, p. 18). Tais decisões devem ser tomadas no coletivo e por unanimidade, a fim de que possam validar a regra fundamental proposta pela democracia, que é o princípio da modalidade de decisão realizada pela escolha da maioria.

No que diz respeito às modalidades de decisão, a regra fundamental da democracia é a regra da maioria, ou seja, a regra à base da qual são consideradas decisões coletivas — e, portanto, vinculatórias para todo o grupo — as decisões aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão. Se é válida uma decisão adotada por maioria, com maior razão ainda é válida uma decisão adotada por unanimidade (BOBBIO, 1986, p. 19).

Parte-se do princípio de que, em um sistema democrático, as decisões e escolhas se dão de forma legítima, com base na igualdade e liberdade de escolha, no entanto, esse procedimento é posto à prova quando a qualidade do sistema democrático se depara com um número enorme de notícias falsas, desencadeadas pela desinformação (HORBACH, 2019, p. 107).

É notório perceber, principalmente nos últimos anos, que em países como França, EUA e Brasil, campanhas eleitorais foram pleiteadas com um número excessivo de notícias falsas compartilhadas na internet, interferindo na maioria das vezes na vontade do povo, implicando na eleição de “candidatos autoritários na busca do poder”. De acordo com Silveira (2018), a formação da vontade dos cidadãos, ou seja, a vontade de uma sociedade influenciada reduz diretamente a liberdade do povo.

Nesse sentido, percebe-se que não existe mais a escolha do indivíduo, mas a decisão de grupos, que em forma de bolhas sociais ou de muralhas emitem decisões políticas. Assim reitera Bobbio (2000, p. 35), “não existe mais o povo como unidade ideal (ou mística), mas apenas o povo decidindo de fato em grupos contrapostos e concorrentes”. Grupos esses direcionados por grandes organizações, associações, sindicatos, partidos políticos, dentre outros, a fim de disseminar seus propósitos e objetivos. Enquanto o indivíduo num Estado que se diz democrático, deveria ser autônomo, soberano e independente, no que se refere à tomada de decisão política, são estimulados por grupos organizados ideologicamente, com interesses particulares.

Logo, o que a maioria desses grupos organizados ideologicamente faz é, empreender um sistema danoso de desinformação, com campanhas de dúvidas, de conspirações, com notícias de caráter excessivamente manipulatório, que impingem interpretações de acordo com interesses, sejam eles políticos, econômicos ou sociais.

No que diz respeito à manipulação da informação, Demo (2000, p. 40) acentua que, em certo sentido, todo processo informativo é manipulador, pois há uma seleção da informação disponível, que é de certo modo interpretada hermenêuticamente por quem a produziu, sendo impossível informar com total imparcialidade. Nesse sentido, toda informação passa pelo filtro da subjetividade, tanto de quem a pronuncia, quanto de quem a recebe (DEMO, 2000, p. 41). Entretanto, o autor reforça que o que não se pode conceber nessa construção, é a excessividade do caráter manipulativo dessas informações hoje, isso porque: primeiro, a sociedade sempre vai continuar desinformada, seja porque recebe informações tendenciosas, ou porque lhe impõe dada informação ou ainda, porque são entregues aos indivíduos um número excessivo de informações; segundo, porque há informação de classe superior e inferior, dada a variação do poder aquisitivo de cada um. Desse modo, informações são consumidas passivamente e compartilhadas de forma excessiva nos principais meios de comunicação de massa, ausentes de criticidade.

Frente a isso, cumpre ressaltar a importância de se desenvolver a competência crítica em informação, que possibilite aos sujeitos a capacidade de reconhecer notícias falsas nos ambientes digitais, a fim de se possa amenizar a propagação da desinformação na sociedade.

Nesse contexto, não se pode perder de vista, claro, o fato de que recentemente as agências de *fact-checking* têm ganhado proeminência no escopo dos meios de comunicação digital e vêm desempenhando um papel importante na verificação dos fatos e das informações, numa luta imprescindível contra a desinformação.

Dada a natureza de emergência no contexto atual, em que faz surgir a atividade de checagem de notícias falsas, consideramos importante nesta pesquisa, apontar para a discussão, ainda que sucinta, do estudo de uma nova modalidade textual que, com base nos postulados de Marcuschi (2003), o situamos como um gênero textual emergente das mídias digitais, pela necessidade sociocultural de esclarecer fatos e legitimar a desinformação, que o contexto atual impele: que são os textos de verificação.

1.6 TEXTOS DE VERIFICAÇÃO

A fim de que possamos desenvolver os desdobramentos da discussão a respeito do que de fato são os textos de verificação ou de checagem e suas especificidades, faz-se necessário

contextualizar aqui a definição de checagem de fatos, seu surgimento e finalidade no contexto de comunicação midiática atual. De acordo com a Unesco (2019), o termo “checagem de fatos”, pode ser atribuído a duas coisas diferentes no jornalismo. Tradicionalmente, o trabalho do verificador era inerente ao jornalismo, sendo-lhe atribuída a função de revisar e investigar as narrativas factuais realizadas pelos repórteres em seus artigos. Desse modo, a prática de checagem dos fatos tinha como principal função avaliar a solidez dos relatórios, verificar fatos e números, num processo de controle de qualidade da notícia antes de ser publicada. Contudo, devido à contração econômica pela qual passou a maioria das organizações de notícias em todo o mundo, em que demissões e enxugamentos de cargos tiveram de acontecer, os departamentos de checagem foram suprimidos e alguns foram mesclados com mesas de edição de texto, enquanto outros foram literalmente eliminados das redações.

Desse modo, nesse cenário de demissões em massa, fechamento de setores e editoras ou mesmo falência de veículos, conforme argumenta André Gomes (2019), baseado em Palácios (2018), surgem as agências de *fact-checking*, assinalando o surgimento de “uma nova inserção no mercado de profissionais do jornalismo”, que se apresenta com a função exclusiva de verificar e validar (ou não) os diversos textos e gêneros discursivos que são veiculados no contexto midiático, “sob a suposta rubrica de notícias”, que acaba tornando o jornalismo vítima constante da desinformação, mediante a estratégia de mimetização dos formatos e do discurso da imprensa pelos propagadores de *fake news* (GRANEZ, 2020, p. 1).

Dessa forma, apurar e verificar notícias enviesadas, tornou-se exercício de extrema importância no debate público, pois a crescente disseminação de desinformação tem afetado gravemente diversas áreas de atuação da sociedade, imprimindo uma série de consequências à população. Por essa razão, as agências de verificação de notícias falsas têm sobremaneira ganhado espaço nos meios de comunicação de massa e se tornado um novo espaço de alocação profissional dos jornalistas, que, em busca transparência e credibilidade no meio midiático, atuam ostensivamente no combate às chamadas *fake news*.

Destaque-se que, de acordo com estudos do Instituto Duke Reporters Lab (2020), há em todo o mundo a existência de cerca de 200 agências de fact-checking atuando no combate à desinformação. No período de 2018 a 2019, houve um aumento crescente dessas agências, num total de 34% de agências especializadas nesse serviço. Vale destacar que no Brasil temos nove empresas de verificação de fatos, atuando rotineiramente nesse processo, merecendo destaque o Estadão verifica, Aos fatos e a Agência Lupa, que fazem parte da associação global conhecida como *Internacional Fact-Checking Network* (IFCN), liderada pelo *Poynter Institute*. Criada em 2015, a IFCN tem como principal objetivo proporcionar um espaço para que a checagem de

informação seja consideravelmente estudada e discutida no âmbito internacional. Apesar de não estabelecer nenhuma metodologia de trabalho, a IFCN determina que cada empresa articule e produza suas próprias estratégias de verificação e as torne públicas à sociedade.

Vale ressaltar que, no Brasil as primeiras iniciativas de checagem se deram em 2010 nas eleições presidenciais, com o lançamento do Mentirômetro e do Promessômetro pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em que “jornalistas checavam e rotulavam as declarações dos presidencialistas” (ANDRÉ GOMES, 2019, p. 34). Nota-se, a partir de então, a tentativa de inibir informações falsas no meio político, como forma de fiscalizar o poder público. Em 2015, surgem de fato as primeiras agências jornalísticas especializadas no Brasil, a agência Lupa, condicionada à *Revista Piauí* e *Aos fatos*, ambas signatárias do IFCN (ANDRÉ GOMES, 2019).

De acordo com Coutinho (2022, on-line), essas iniciativas objetivam apresentar à população que “nem toda notícia é verídica” e que o trabalho de checagem serve para verificar a procedência de dados e notícias, evidenciando quando de fato há a ocorrência de notícias falsas nos veículos de comunicação de massa. De forma complementar, Muller (2020, p. 44-45), argumenta que essas plataformas atuam “por meio do detalhamento do processo de apuração e dos dados encontrados, além da comprovação de informações”. Nesse sentido, Gomes (apud GRAVES, 2018), salienta que esse é um processo altamente complexo, visto que implica “compreender o contexto, sintetizar evidências de fontes diversas e exercer julgamento”. É uma prática, segundo Moran (2012), que consiste na avaliação de declarações com exatidão, principalmente no que concerne ao discurso político, na busca ostensiva de detectar erros, imprecisões e mentiras. Nesse sentido, depreende-se que a atividade de checagem é composta por inúmeras etapas, que demandam critérios e estratégias previamente definidas, principalmente estratégias discursivas, estruturais e textuais.

Para Seibt (2019, p. 89-90), enquanto estrutura, por se tratar de um sistema de regras, a emergência de um “jornalismo de verificação”³, promoveria, sem dúvida, mudanças nas regras de redação e edição no jornalismo, principalmente porque se alteram os critérios de seleção, uma vez que, a seleção não se dá mais do conteúdo exclusivo, mas de algo que já está público e que requer interpretação. Essas mudanças ocorrem ainda nas regras procedimentais, de acordo com a autora, pois, para o processo de verificação das informações, faz-se necessário priorizar fontes documentais, dados estatísticos e outros tipos de base não humana para se alcançar o objetivo a que se propõe, que é o de verificar o grau de veracidade das informações veiculadas nos meios de comunicação de massa.

³ Termo utilizado pela autora para a definição do gênero checagem.

Nota-se, desse modo, que a atividade de checagem, apesar de denotar mudanças do trabalho jornalístico, ainda não se configura como uma atividade madura, nem para os jornalistas, nem para o público, que encontra-se num ambiente marcado pela disputa de narrativas nas redes sociais, impossibilitando o controle e o domínio das informações (SEIBT, 2019, p 123).

Assim, no esteio dessa questão, para melhor delinear a discussão sobre o texto de verificação e suas especificidades, valemo-nos de um estudo realizado por Granez (2020), em que o autor propõe realizar uma discussão a respeito do gênero textual de checagem de informações no contexto da pandemia da Covid-19, tendo por base o trabalho de checagem realizado pelo Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação (NUJOC), da Universidade Federal do Piauí. Nesse trabalho, o autor chega à conclusão de que a reportagem interpretativa, por apresentar características de aprofundamento e investigação de fatos, é um tipo de gênero textual que predomina nas checagens realizadas pelo NUJOC, no combate à desinformação.

Para chegar a esse resultado, o autor realiza uma análise do processo discursivo dos textos de verificação produzidos pelo Núcleo de Pesquisas, evidenciando características, composição e estratégias textuais dessa prática textual (checagem). Nota-se, a partir dessa análise, que, apesar de cada agência de verificação estabelecer seus critérios específicos de verificação, no que concerne à estrutura textual, esse tipo de gênero apresenta características comuns em sua composição. Por esse motivo, adotamos essa perspectiva de análise discursiva por atender o nosso objetivo de caracterizar o texto de verificação neste tópico, e por percebermos ainda que, as características textuais definidas pelo autor são de sobremaneira semelhantes à dos textos de verificação publicados pelas mais variadas agências de checagem no contexto atual, especificamente nas agências que adotamos nesta pesquisa para análise do texto de verificação: Agência Lupa, Fato ou fake e Aos Boatos.org.

Ao descrever a estrutura textual do texto que verifica notícias falsas, Granez (2020, p. 5), aponta que, a depender do resultado das checagens, esses textos a princípio recebem algumas etiquetas classificatórias, como “verdadeiro”, “falso”, “procede”, “mas se liga”, “perdeu a linha”, “está sendo estudado”, “em busca de certezas”. Essas etiquetas, segundo Coutinho (2022), buscam direcionar o olhar do leitor e facilitar a sua compreensão, apesar de, contesta o autor, se definirem como limitadores da narrativa e do próprio método de análise.

Estando etiquetados, os textos iniciam fazendo menção à fonte da mensagem recebida, para que o leitor se certifique da procedência daquela informação. Em seguida, faz-se a descrição da mensagem recebida, salientando falas, entonações e como foi produzida. Por vezes, esta é incorporada na íntegra ao corpo do texto, sendo utilizados os recursos de multimídia. Ainda

nessa estrutura, são utilizados hiperlinks, do começo ao fim do texto, conduzindo o leitor para os textos que complementam ou auxiliam no esclarecimento das informações.

De acordo com o autor, a introdução dos hiperlinks é de suma importância nesse tipo de texto, porque possibilita ao leitor se aprofundar no assunto, fazendo sua própria verificação, como também permite reforçar a linha argumentativa desenvolvida pela checagem, legitimando a análise que está sendo realizada.

Um dado relevante apontado por Granez (2020), e que consideramos inédito, é que a estrutura textual do texto de verificação, principalmente do corpus da sua pesquisa, remete à estrutura da reportagem como tipo textual e à interpretação como gênero discursivo. Isso porque, segundo o autor, o processo de checagem perpassa por processos similares ao processo da reportagem, em que o verificador, de posse da mensagem a ser checada, terá de confirmá-la ou refutá-la, o que exige a mobilização de diversos procedimentos inerentes à apuração jornalística. Nisso, o verificador terá de realizar o contraste entre diferentes versões; fazer entrevistas com especialista sobre o assunto, realizar leituras de documentos; usar instrumentos tecnológicos de investigação da web; entre outros. Evidencia-se, desse modo, que todo o processo se assemelha ao processo de investigação e interpretação que envolve a reportagem, iniciando pela interpretação e seguindo para o aprofundamento dos fatos.

Assim, argumenta Granez (2020, p. 12), “por essas razões, entende-se que a checagem de informações é um dos subgêneros do jornalismo investigativo e interpretativo”. Na visão do autor, o texto de verificação pode ser caracterizado com um texto investigativo e interpretativo, por ter a função de aprofundar a informação, ampliá-la e dar-lhe perspectiva. No nível discursivo, é produzido a partir de um apanhado de diversos textos jornalísticos, que incluem a pesquisa, a análise de dados, o contraste entre fontes e depoimentos, além da escuta a especialistas. Desse modo, o autor assegura que a checagem pode ser enquadrada no gênero reportagem interpretativa.

Sobre isso, Granez (2020, p. 12) esclarece que

O tipo textual da reportagem investigativa e interpretativa permite aprofundar o enfoque e também ampliar a narrativa, distendendo-a no tempo e no espaço. O gênero da interpretação, por sua vez, é o lugar em que se podem encontrar as reflexões e análises que dimensionam o fato à luz do conhecimento especializado.

Diante dessa premissa, nota-se, portanto, que o texto de verificação é um tipo de texto que não se limita apenas a informar, mas ultrapassa os liames da notícia (GRANEZ, 2020, p.

12), avançando para a esfera da investigação e da interpretação das informações, redimensionando os fatos e dando luz ao conhecimento especializado, apontando para a veracidade das informações, como forma de combater o ecossistema de desinformação, que tem nos últimos anos avançado nas mídias digitais, numa era em que os fatos já não são importantes, mas as narrativas que fazem enaltecer as emoções, as crenças e as ideologias dos sujeitos. Uma era hoje reconhecida como pós-verdade. Sobre isso trataremos no próximo tópico.

1.7 O TEXTO DE VERIFICAÇÃO EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE

Em 2016, pelo *Oxford Dictionaries*, dentre uma lista das principais tendências e eventos sociais, culturais, políticas, econômicos e tecnológicos, o verbete pós-verdade foi escolhido como a palavra do ano, destacando-se por apresentar-se como forma abreviada de circunstância em que fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal. De acordo com a revista britânica *The Economist* (2016), “o termo revela algo novo: que a verdade não é falsificada, nem contestada, mas de importância secundária”. É um neologismo que descreve a situação na qual, na hora de criar e modelar a opinião pública, os fatos objetivos têm menos influência do que os apelos às emoções e às crenças pessoais (RUBIO, 2018, p. 2).

Na Europa, a pós-verdade foi a estratégia utilizada na campanha *Leave. Eu*, criada pelos britânicos, em favor da saída (da União Europeia (Brexit), evidenciada na fala de Asron Banks, o empresário que financiou a campanha, quando diz: “A campanha pela permanência da União Europeia apresentou fatos, fatos, fatos, fatos. Não funciona. Você tem de se ligar emocionalmente com as pessoas” (D’ANCONA, 2018, p. 26). O argumento a favor da saída tinha de ser claro e se apegar a ressentimentos específicos do público, acrescenta Dominic Cummings, diretor de campanha do vote *Leave*” (D’ANCONA, 2018, p. 27).

Dessa forma, argumenta Santaella (2018, p. 22), ao referir-se ao termo pós-verdade: “o termo traz o sentido de [...] todas as circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crenças pessoais”. Os fatos já não importam, mas as narrativas fantasiosas que compartilham crenças e ideologias persuadem melhor.

Assim, notícias falsas, desinformação e pós-verdades são definidas como estratégias de desvalorização dos fatos em prol de interesses pessoais (FLOAD, 2016), afetando de forma direta os valores, crenças e convicções dos indivíduos.

Desse modo, alerta Ferrari (2018, n. p.):

As notícias falsas só existem porque as pessoas precisam de notícias, verdadeiras ou não, para alimentar as próprias certezas. As *fake news* e a pós-verdade [...] geram bolhas de percepções equivocadas e perigosas que tendem a comprometer a saúde social (tanto individual quanto coletiva).

Com base em tais preceitos, constata-se que pós-verdade e notícias falsas refletem um fenômeno em que “as notícias circulam segundo os ditames do entretenimento, que se orientam por fontes pulsionais, sem as mediações da razão” (BUCCI, 2018, p. 27). Nisso, fatos e evidências perdem espaço para crenças e conspirações, implicando num mercado baseado em emoções. Nota-se, desse modo que, não é o fato em si que manifesta importância, mas a forma como esse fato é interpretado no ato de fala e quais impressões e expectativas tal fato incitou nos leitores, a ponto de satisfazer seu desejo de certeza e de crença.

Em contrapartida, nesses tempos de pós-verdade, emerge o texto de verificação, uma modalidade jornalística, que vem, de certo modo, contrapor as circunstâncias trazidas por esse fenômeno. Se, por um lado, a pós-verdade alimenta-se da crença, do saber não comprovado, por outro lado, o trabalho de verificação empreende um exercício laborioso de investigação e busca por comprovação dos fatos. Assim, no entorno dessa relação, do ponto de vista discursivo, se estabelece um jogo de contra-argumentos entre as duas realidades que, circunscritas num contexto de desinformação, buscam de seu modo, credibilidade no espaço público. Dessa forma, à medida que um conhecimento científico é posto à prova, discursos conspiratórios são articulados com argumentos não comprobatórios, na tentativa de provar que aquela “verdade” de fato existe.

Isso mostra que na era de pós-verdade a racionalidade perde espaço para as crenças e impressões dos indivíduos, que aceita como verdade narrativas que se apresentem de acordo com seus preceitos e suas ideologias. Evidencia-se, nessa questão, que não existe a verdade, mas “verdades subjetivas”, que impedem que esses sujeitos se esforcem para realizar um exame mais racional diante dos fatos inverídicos encapsulados de verdade. Nesse contexto, o que se busca de fato não é acreditar naquilo que é verdadeiro, mas no que os indivíduos preferem que sejam, que satisfaçam seus anseios e credulidades. É algo internalizado e difícil de se destituir.

Um fato relevante e que merece discussão a esse respeito é, a evidência de que mesmo com o surgimento de inúmeras agências de checagem nos últimos tempos é grande o número de pessoas que ainda acreditam em informações falsas no contexto atual. O efeito de verdade construído sob os textos de desinformação afeta de modo impactante nas crenças e certezas das

pessoas. Isso evidenciado na disseminação de notícias falsas, que mesmo checadas, ainda continuam circulando nas mídias digitais como notícias verdadeiras. Percebe-se com isso que, o efeito de pós-verdade impossibilita os sujeitos de questionar sobre os fatos e buscar uma interpretação mais racional desses acontecimentos. Assim, esses indivíduos conformam-se com negações feitas a acontecimentos científicos, como, por exemplo, a ineficácia da vacina, dentre outros, a favor de conceitos conspiratórios e negacionistas, que, de certo modo, abrigam suas subjetividades.

Há de se reconhecer nesse contexto que, além da questão subjetiva que interfere na verificação mais consciente dos fatos, a circulação excessiva nas mídias sociais de informações de forma efêmera, sejam elas verdadeiras ou falsas, automatiza os modos de compartilhamentos e disseminação dessas notícias, causando uma verdadeira desordem informacional, impedindo que os sujeitos tenham capacidade de selecionar os fatos, diante do fluxo de informações apresentado. É nesse ambiente de transtorno e desordem comunicacional, que o indivíduo busca refúgio naquilo que acredita e defende enquanto ideologia e credulidade.

Constata-se, portanto, que o desafio com que se deparam as agências de checagem e seus verificadores no contexto de pós-verdade é imenso, haja vista o duelo existente entre razão e emoção, entre a objetividade e a subjetividade. Há implícito entre essas duas instâncias o desejo de verdade ou de “verdades” num sentido mais subjetivo. Assim, os discursos produzidos se configuram como representações da realidade moldados de acordo com a perspectiva assumida por cada evento discursivo. Evidencia-se, desse modo, que através do discurso um cenário é construído através da fala encenada, dando ênfase a ideologias, posicionamentos e crenças dos indivíduos.

Ademais, cumpre destacar que, a construção dos conteúdos desinformativos, constitutivos do ecossistema de desinformação ou da desordem informativa nessa era de pós-verdade tem sua base estrutural no discurso. São os discursos que constroem as realidades, e a partir deles que comportamentos são delineados e se transformam. Sobre discurso e Análise do Discurso, discutiremos com mais detalhes no tópico a seguir.

2 DISCURSO E ANÁLISE DO DISCURSO: CAMINHOS PARA UMA ANÁLISE DO TEXTO VERIFICADOR

A Análise do Discurso, que surge por volta dos anos 1960, na França, constitui-se num espaço de questões de natureza pluridimensional, em que pesquisadores, psicanalistas, historiadores e linguistas, de acordo com seus interesses teóricos, buscam explicar o texto em sua materialidade discursiva. Desse modo, numa mescla de correntes teóricas, a Análise do Discurso, se definirá a partir das contribuições advindas das correntes pragmáticas, das teorias da enunciação, assim como da Linguística textual, para finalmente compor seu objeto, o discurso.

Assim, afirma Orlandi (2020, p. 18):

A Análise do Discurso, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso.

Desse modo, discurso é entendido aqui como um objeto sócio-histórico que viabiliza a comunicação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, defende Orlandi (2020), é o que torna possível a permanência e a continuidade quanto ao deslocamento e à transformação do homem na sociedade. Desse modo, a AD concebe o discurso como uma prática de linguagem em movimento, com o estudo desse discurso interligado ao uso, considerando a construção de sentidos.

A autora esclarece ainda que um dos princípios fundamentais do trabalho da AD é relacionar a linguagem à sua exterioridade, observando o sentido construído no tempo e no espaço das práticas discursivas do homem, que são materializadas na ideologia e manifestadas também por meio dessa linguagem. Ao tratar da ideologia, a autora retoma o conceito de Pêcheux (1975), que afirma que na realidade não há discurso sem sujeito, assim também como não há sujeito sem ideologia. O que se vê, de fato, é que temos um indivíduo que é interpelado em sujeito a partir da ideologia. E é só dessa forma que a língua de fato adquire sentido. Desse modo, Orlandi (2020) reforça que o discurso é esse lugar em que podemos observar a relação existente entre língua e ideologia, e que nessa observação é que se compreende como a língua produz sentidos por/para os sujeitos.

Desse modo, nas palavras da autora, discurso pensado assim, ultrapassa a dimensão de discurso definida apenas do ponto de vista da comunicação, com a mera função de transmitir uma mensagem. Para além dessa concepção, o discurso na realidade, constitui um complexo

processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos. “São processos de identificação, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade desses sujeitos” (ORLANDI, 2020, p. 19). Assim, os sujeitos produtores de determinado texto de verificação, instituem por meio de seu discurso um processo de identificação e subjetivação, alinhado à argumentação na perspectiva da construção de sentidos de determinada realidade desinformativa. Nota-se que é no discurso que esse sujeito revela-se como um lugar, uma posição, um ser histórico, interpelado ideologicamente. É aqui que se percebe o quanto nem a história, nem tampouco a linguagem deve ser considerada transparente. Há uma regularidade, um acontecimento, um já-dito.

Assim, para a Análise de Discurso, diz Orlandi (1998):

- a) a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma;
- b) a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentido);
- c) o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Logo, evidencia-se que nem o discurso é totalmente livre sem condicionamento linguístico ou determinação histórica, nem o sujeito é totalmente consciente num ato de fala, sem ser afetado pela história, e consequentemente pela ideologia. Desse modo, assumimos a concepção da autora quando nos diz que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua (ORLANDI, 2008, p. 17)”.

Por fim, vale ressaltar, portanto que, de acordo com a autora, a língua se configura como condição de possibilidade do discurso, cabendo ao analista do discurso, ao trabalhar suas análises, levar em consideração a relação existente entre língua-discurso-ideologia, por encontrarem-se estes intrinsecamente ligados no ato discursivo. É, pois, num ato de discursivo que evidenciamos a construção de sentidos, a história e ideologia que interpelam o indivíduo. É nesse ínterim que os discursos de desinformação, em busca de construção de sentidos são produzidos, numa construção espaço-temporal, sendo legitimados no decorrer da enunciação. Buscaremos, portanto, compreender o enlace entre a desinformação e a sua produção de sentidos a partir dos discursos, no tópico a seguir.

2.1 DESINFORMAÇÃO E DISCURSO

No tópico em que tratamos da desinformação, vimos que uma das características principais da desinformação é a sua intencionalidade (*disinformation*), apesar de algumas vezes ocorrer também o fato de ser compartilhada de forma não intencional (*misinformation*). Mas que de forma geral, o ato de desinformar traz implícito o falseamento da informação, que é propositalmente fabricada ou manipulada com o intuito de enganar a população, para causar dano a uma instituição ou a alguém em particular. Trata-se, portanto, de uma construção discursiva que se utiliza de inúmeras estratégias na ordem do discurso na tentativa de legitimar os fatos e demonstrar o efeito de verdade nessas informações. Desse modo, Recuero (2021, p. 6) reflete que “a desinformação, pode ser definida, portanto, como um tipo de discurso que disputa visibilidade e legitimação”. Não é um discurso construído aleatoriamente, mas que segue algumas regularidades e se inscreve no contexto histórico e social. O enunciador desse discurso, ao deferi-lo, se coloca numa posição de fala que prima pela construção dos sentidos para atingir seu interlocutor, ancorado em marcas históricas e sociais.

Nessa perspectiva, assumimos a noção de discurso defendida por Orlandi (2020) e Maingueneau (2008), em que o discurso é um complexo processo de constituição entre os sujeitos e a produção de sentidos, em que o modo de inscrição histórica possibilita a regularidade enunciativa. Esse sujeito do discurso é interpelado pelo contexto, pela história e pela ideologia. O seu dizer é um dizer outro, caracterizado pelo interdiscurso. Desse modo, os discursos, conforme argumenta Maingueneau (2008, p. 26), “se entrecruzam em todos os sentidos”, o que implica na multiplicidade desses discursos em várias dimensões. Nesse entrecruzamento de discursos, dizeres outros emergem e constroem sentidos nos enunciados.

No âmbito dessa realidade surgem os discursos desinformativos, em que a partir de uma narrativa factual, jornalística, outros dizeres emergem, com discursos que se entrecruzam em busca de validação e visibilidade nos meios de comunicação de massa com o objetivo genuíno de enganar. O enunciador desse discurso, que é um sujeito histórico, manifesta sua posição enquanto sujeito político e ideológico. Não é à toa que os discursos da desinformação têm ampla aceitação e são repentinamente disseminados, porque trazem imbricados em si posicionamentos, ideologias e crenças que vão ao encontro dos conceitos e ideologias defendidos por seus enunciatários. É o efeito da pós-verdade, em que crenças e valores ocupam o espaço da racionalidade dos discursos midiáticos atualmente.

No escopo dessa questão, Recuero (2022, on-line) assinala que, ao realizar um estudo sobre o ecossistema de desinformação contra a vacinação da Covid-19, no Twitter, evidencia

que, os discursos desinformativos sobre a vacinação são discursos incisivos, amplamente sensacionalistas, que fazem uso constante de hipérboles e ironias. Essas ironias são elementos de grande relevância nos discursos, segundo a autora, pois são elas que alimentam a posição de autoridade, influenciando o locutor. Essas estratégias discursivas incidem diretamente nas crenças e ideologias dos sujeitos, que se veem representados nesse tipo de discurso, razão pela qual acentuam a credibilidade na informação veiculada.

Assim, defende Orlandi (2020, p. 19), na complexidade de constituição de sentidos entre os sujeitos e o discurso, ocorrem processos de identificação tanto do sujeito, quanto da argumentação, da subjetivação, como também da construção da realidade. É desse modo que, o discurso é construído, a partir desse efeito de sentidos entre os locutores (ORLANDI, 2020, p. 20). Portanto, partimos do pressuposto de que para que o processo desinformativo de fato alcance seu objetivo, é necessário que enunciador e enunciatário construam socialmente os sentidos desse discurso, que são de sobremaneira decorrentes de fatores histórico-sociais. Assim sendo, compreende-se que os sentidos não se dão de qualquer modo, mas somente a partir das relações constituídas nas/pelas formações discursivas, pois, de acordo com a AD, é a partir de uma dada formação discursiva que os indivíduos marcam uma posição de sujeito, de um lugar historicamente determinado, ancorado de sobremaneira numa dada formação ideológica. Desse modo, tal assertiva nos leva a crer que há uma correlação intrínseca entre desinformação e formação discursiva no contexto dos discursos midiáticos.

2.2 DESINFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DISCURSIVA

Dentre os desdobramentos do estudo sobre o ecossistema da desinformação, encontra-se uma discussão emblemática que merece destaque nesta pesquisa, que é a compreensão de como os sentidos de um dado discurso (no caso, o discurso desinformativo) são construídos e articulados no contexto enunciativo e qual relação existe entre esses discursos e os sujeitos de uma dada conjuntura histórico-social. Essa discussão incide sobre o pressuposto defendido pela Análise do Discurso de que todo sujeito fala a partir de uma formação discursiva, em que, interpelados pela história em sujeitos falantes, sujeitos do seu discurso, esses indivíduos marcam sua posição, representando através da linguagem sua formação ideológica.

Sendo assim, para compreendermos a construção de sentidos articulada nos discursos que constituem o ecossistema de desinformação, faz-se necessário nessa perspectiva, atentarmos para as especificidades que constituem a noção de formação discursiva, especificamente as considerações advindas da Análise do Discurso em torno dos pressupostos

defendidos por Pêcheux (1995) e adotados por Orlandi (2020) e Brandão (2004), pois tais discursos, como bem sabemos, são construídos a partir de uma dada formação discursiva e ideológica.

Nesse sentido, no arcabouço da Análise do Discurso, a formação discursiva pode ser definida como “um conjunto de enunciados marcados pelas mesmas regularidades, pelas mesmas regras de formação” (BRANDÃO, 2004, p. 106). Essa formação discursiva está intrinsecamente relacionada com uma formação ideológica específica, que leva em consideração a relação de classes, definindo “o que pode e deve ser dito”, tendo como referência um lugar social e historicamente determinado. Desse modo, é a formação discursiva que permite ao sujeito-falante construir sentidos nos enunciados e colocar-se como uma posição a partir de uma determinada conjuntura histórica.

A esse respeito explica Orlandi (2011, p. 132):

A formação discursiva é caracterizada pelas marcas estilísticas e tipológicas que se constituem na relação da linguagem com as condições de produção. De outro lado, podemos dizer que o que define a formação discursiva é sua relação com a formação ideológica. Assim podemos perceber como se faz a relação das marcas formais com o ideológico.

Depreende-se, desse modo, que as práticas discursivas são por natureza ideológicas e que os discursos proferidos pelos sujeitos não se dão de forma aleatória, mas na realidade se inscrevem em uma determinada formação discursiva, a partir de uma dada conjuntura histórico-social. Desta feita, são as condições de produção em que esses sujeitos se encontram que determinam as práticas discursivas e possibilitam a construção de sentidos dos enunciados. Por conseguinte, evidencia-se desse modo que, as palavras por si mesmo não têm sentido, uma mesma palavra pode apresentar sentidos diferentes a depender da formação discursiva na qual está inscrita. Nesse contexto, a evidência de sentido nos enunciados na realidade é sobretudo resultado do efeito ideológico e da historicidade de sua construção. São os sujeitos que a partir de uma dada formação discursiva que determinam os sentidos de determinadas palavras e expressões nas práticas discursivas. Acresce-se a isso, o fato de que “toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delineia na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2020, p. 41). Nisso, os sentidos das palavras e expressões se constituem numa formação discurso através do interdiscurso.

Assim, explica a autora:

O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que

constitui uma formação discursiva em relação a outra. Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória (ORLANDI, 2020, p. 41).

Nessa perspectiva, pode-se evidenciar que o sujeito do discurso é interpelado por um exterior específico, por discursos que já foram ditos e marcados na sua memória discursiva. Com isso, no interior de uma formação discursiva, pode-se perceber que outras vozes falam, que ideologias e posições se cruzam, dialogam e se opõem, decorrendo disso a diferença, a heterogeneidade dentro de uma mesma formação discursiva. Portanto, é inegável que o dominante constituinte de uma formação discursiva (ORLANDI, 2020, p. 41) é o interdiscurso.

Realizadas essas considerações, pode-se desse modo perceber que as práticas discursivas do ecossistema de desinformação se constituem a partir de uma dada formação discursiva, pois há um sujeito que, interpelado pela ideologia e por dizeres outros, assume o papel de sujeito do discurso e produz enunciados a partir de uma conjuntura histórico-social. É um sujeito que acredita na transparência de seu dizer, na ilusão de que é a fonte do que enuncia, mas que na realidade produz sentidos a partir de outros discursos dados.

É válido ainda destacar que os discursos desinformativos são discursos que seguem uma certa regularidade na forma, acompanhados de ideologias e posições políticas, que mesmo sendo produzido com a intenção de desinformar, de causar danos, é instituído por um sujeito não intencional, mas assujeitado pela ideologia, pela história e pela posição de classe, tornando-se apto a desenvolver as mais diversas práticas sociais e discursivas. Desse modo, Orlandi (2020), apoiada nos estudos de Pêcheux (1975), salienta que não existe discurso sem sujeito, e consequentemente, não há sujeito sem ideologia. Diante disso, a Análise do Discurso considera que o discurso se configura como o lugar ideal para se compreender a relação existente entre língua e ideologia, o que implica na construção de sentidos realizada por/para os sujeitos (ORLANDI, 2020, p. 15), decorrendo disso a interpretação dos enunciados.

Assumimos portanto com Orlandi (2020, p. 45) que não há sentido sem interpretação e que para interpretar, os sujeitos remetem o dizer a uma dada formação discursiva e não outra, e que esses dizeres são resultados de um processo sócio-histórico, que incide na memória discursiva e formação ideológica dos falantes.

Desse modo, para fins de pesquisa, adotamos neste trabalho, a perspectiva de discurso e análise, defendida pela Análise de Discurso francesa, por considerarmos ser o caminho pertinente ao objetivo a que nos propomos, que foi analisar as cenas de enunciação instituídas no texto de verificação sobre as notícias falsas construídas sobre a vacinação contra a Covid-

19.

As cenas de enunciação metaforizadas na ideia de um teatro, em que os homens apenas desempenham papéis, podem ser definidas como o espaço discursivo em que cenas de falas são encenadas para desenvolver determinadas funções. Elas são articuladas por meio de um quadro cênico, que ao mesmo tempo se constitui como quadro e como um processo, que se desenvolve no decorrer da cenografia. Assim, detalharemos com mais precisão as especificidades dessas cenas no tópico seguinte.

2.3 CENAS DE ENUNCIAÇÃO

Para compreendermos as cenas da enunciação, se faz necessário distinguirmos cena de enunciação de situação comunicativa. Para Maingueneau (2006, p. 250), “a situação de enunciação não é uma situação de comunicação socialmente descritível, mas o sistema no qual se definem as três posições fundamentais do enunciador, do coenunciador e da não pessoa”. Partindo desse pressuposto, os enunciados são constituídos de intencionalidades subjacentes capazes de produzir efeitos de sentido numa construção espaço-temporal legitimados no decorrer do discurso. E é nesse espaço semântico da enunciação que a cena enunciativa se compõe, englobando gêneros do discurso a partir de condições de produção dadas.

Os gêneros do discurso, por sua vez, são considerados por Maingueneau (2015), unidade tópica fundamental, por recobrir o conjunto das atividades discursivas decorrentes de um regime instituído, que situam num quadro enunciativo histórico e pré-construído, orientados como consequência dos sujeitos envolvidos na enunciação. Nesse caso, o discurso pressupõe certo quadro, definido pelas restrições do gênero que, de acordo com o autor, deve ser gerido pela encenação de sua enunciação. Daí o termo “cena” apresentar a vantagem de poder referir ao mesmo tempo um quadro e um processo.

Vale a pena ressaltar que não devemos confundir cenas da enunciação com gêneros do discurso, não são sinônimos, porém, deve-se deixar claro que toda enunciação se dá por meio de um gênero e que esse gênero apresenta cenas enunciativas, pois, segundo o autor um gênero do discurso mobiliza seus participantes por meio de um papel determinado, num determinado momento e lugar, em que a fala é encenada.

Assim, a cena de enunciação de um gênero de discurso, como bem assegura Maingueneau (1993, 1998 a), não é um bloco compacto, fechado em si, mas ela interage com as três cenas de enunciação instituídas pelo autor e que sobremaneira são complementares e indissociáveis no ato discursivo para a produção de efeitos sentido. É a partir da cena englobante, da

cena genérica e da cenografia apresentadas num determinado enunciado que o interlocutor se posiciona quanto ao seu papel e objetivo naquela encenação discursiva.

Nessa perspectiva, a cena enunciativa que primeiro merece destaque é a cena englobante, que corresponde à definição mais conhecida como “tipo de discurso onde é feito um recorte de um setor da atividade social”, em que as falas circulam por meio de sua função social. É a cena englobante que atribui ao discurso um estatuto pragmático, adverte o autor. É a partir dela que percebemos se temos um tipo de discurso publicitário, religioso, administrativo, filosófico. Assim, uma cena englobante política, nos remete, por exemplo, à relação entre um cidadão dirigindo-se a cidadãos numa cena literária, o autor pode ser um pseudônimo, e o que ele diz pode ser ficção. Contudo, ressalta o autor, um texto pode até participar de duas cenas englobantes ao mesmo tempo, a depender de sua origem. Uma entrevista, por exemplo, pode ser difundida simultaneamente na cena englobante midiática e na cena englobante literária. É o pesquisador, a depender do seu objetivo, que articula a cena englobante que considerar pertinente.

Desse modo, podemos dizer que a cena englobante é um parâmetro social para os coenunciadores se situarem quando se depararem com determinados tipos de texto. É a partir dos valores verbais associados à cena que ficam explicitados os objetivos daquele enunciado, assim como a forma como estão organizados esses valores verbais, que os sujeitos interpretarão o discurso em pauta.

A cena genérica pode ser caracterizada pelo gênero discursivo, com um regime preestabelecido de coerções em que um enunciado se submete. É a parte do quadro cênico que pode ser compreendida como o quadro predelineado ao qual o discurso se encontra atrelado. É aqui que se determinam papéis, lugar, tempo e circunstância/situação em que dado discurso se apresenta. Nesse sentido, o autor destaca que as cenas genéricas funcionam como normas, que suscitam expectativas. Desse modo, a cada gênero são associadas: uma ou mais finalidades; papéis para os parceiros; um lugar apropriado para o seu sucesso; um modo de inscrição na temporalidade; um suporte; uma composição e um uso específico de recursos linguísticos.

As duas cenas, a cena englobante e a cena genérica, juntas compõem o quadro cênico da enunciação, e é esse quadro, como afirma Maingueneau (2003, p. 93), que “define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido”. É aqui que nos situamos quanto ao tipo textual e gênero de discurso quando nos deparamos com textos diversos. Em muitos casos, a cena de enunciação é composta apenas dessas duas cenas (MAINGUENEAU, 2008, p. 116), em outros não, pois outra cena pode intervir, sendo instituída pelo próprio discurso, que é o caso da cenografia.

De acordo com Maingueneau (2015, p. 122), “enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma cenografia”, que é onde nasce a fala, e se desenvolve num processo de inscrição e legitimação do discurso. Esse discurso, é constituído de um enunciador, um coenunciador, um lugar e um momento da enunciação que é o que realmente valida sua existência.

É importante ressaltar que a cenografia não é um quadro, um modelo, como se o discurso ocorresse num espaço predeterminado, ela é aquilo que a enunciação instaura, engendra. É o discurso que, ao se desenvolver, estabelece a cena requerida, a fim de legitimar, validar as circunstâncias descritas no enunciado, pois, segundo o autor, “todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima” (MAINGUENEAU, 2008, p. 87).

Nessa perspectiva, a cenografia se dá num processo paradoxal, em que a fala a priori supõe uma situação de enunciação que na verdade, só será validada no decorrer do processo. Nesse sentido, para legitimar, validar o ato enunciativo, a cenografia irá se apoiar em cenas de fala, que o autor denominará de “*cenas validadas*”, que são as cenas que “já estão instaladas na memória coletiva, seja a título de modelos que se rejeitam ou de modelos que se valorizam” (MAINGUENEAU, 2005, p. 92). Essas cenas fazem parte de um repertório que foi adquirido ao longo da história, das experiências de vida, do contexto histórico-social dos indivíduos e que ficaram guardadas na memória. Quando compartilhadas, essas cenas acionam de forma positiva ou negativa, convicções, crenças, valores, ponto de vista, ideologias e estereótipos de um grupo específico ou de qualquer público, que se veem representados ou não, no ato enunciativo. São legitimados, portanto, seus conceitos e estereótipos, já instalados na memória, o que implica na adesão do discurso encenado.

De acordo com Maingueneau (2005, p. 92),

[...] a cena validada não se caracteriza como discurso, mas como estereótipo automatizado, descontextualizado, disponível para reinvestimentos em outros textos. Ela se fixa facilmente em representações arquetípicas popularizadas pelas mídias. Pode se tratar de acontecimentos históricos ou de cenas genéricas.

Para garantir seu papel, a cenografia deve, portanto, ser modulada pelo seu enunciador, de forma que a enunciação, ao se desenvolver, institua progressivamente seu dispositivo de fala, a fim de que seus leitores se situem e sintam-se representados, aceitando seu lugar no universo de sentido do qual participa. Assim, é importante que o enunciador tenha conhecimento das cenas validadas do grupo que deseja persuadir, atribuindo-lhe uma identidade por meio de cenas

de fala que de certa forma valorizem as representações que estão instaladas na memória do coenunciador.

A contribuição do estudo das cenas de enunciação para este trabalho reside na necessidade de se analisar as cenas enunciativas instituídas nos textos que verificam as notícias falsas produzidas sobre a vacinação contra a Covid-19, atentando para os elementos que legitimam esse discurso. O discurso do texto verificador pauta-se na produção de enunciados que visem esclarecer fatos omissos ou inventados em notícias consideradas imprecisas ou de conteúdo enganoso que circulam nas mídias digitais. A fim de atingir tal objetivo, esse tipo de texto é produzido a partir das três cenas enunciativas apresentadas anteriormente, com encenações de falas características do discurso jornalístico, como forma de legitimação dos fatos narrados, com o propósito de desmentir a notícia falsa. Desse modo, evidenciam-se entrelaçamentos de cenografias no decorrer do texto, com cenas de falas de autoridades, instituições ou discursos científicos.

Esse entrelaçamento de cenas no texto verificador revela o desejo de verdade implícito nos enunciados, apontando para uma necessidade urgente de se legitimar através de cenas validadas o que se pretende comprovar aos interlocutores. Assim, ao discurso das notícias falsas são colocados contra-argumentos e fatos para que o objetivo proposto na cenografia apresentada seja efetivamente consolidado. As cenas de fala constituem ainda uma estratégia discursiva para se alcançar a credibilidade requerida pela cenografia apresentada.

As cenas em geral, e a cenografia de modo mais específico, enquanto cena validada, portanto, legitimam a situação de enunciação nos discursos das verificações e estabelecem com o interlocutor uma relação de pertencimento, de partilha de ponto de vista, de conhecimento de mundo, de discursos outros que definem determinados grupos sociais. Por isso, a abordagem das cenas de enunciação advindas da teoria da AD se faz necessária para a concretização de nossos objetivos nesta pesquisa.

2.4 GÊNEROS DO DISCURSO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Maingueneau (2005), ao propor uma discussão a respeito dos gêneros do discurso, busca por uma classificação de tipologias discursivas que, na sua concepção contrapõem-se às tipologias comunicacionais por seu caráter historicamente variável. Assim, diz-nos o autor que os gêneros de discurso podem ser compreendidos como dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes. Desse modo, para que os gêneros de discurso de fato se efetuem, faz-se necessário que a sociedade em geral possibilite

a abertura de vastos setores de atividade social, em que permeiam diversos tipos de discursos aos quais pertencem os gêneros do discurso. Uma sociedade, portanto, defende o autor, poderia ser caracterizada pelos gêneros de discurso que ela possibilita (MAINGUENEAU, 2005, p. 81).

Para o autor, as classificações dos gêneros de discursos não necessariamente poderiam ser realizadas tomando por base apenas os setores de atividade, mas outros critérios poderiam ser adotados nessas classificações, como, por exemplo, tomar como invariante *um lugar institucional*: o hospital, a escola, a empresa, a família etc. De acordo com Maingueneau (2005), nessas instituições é possível listar múltiplos e diversificados gêneros de discursos orais e escritos que ali são praticados.

Uma outra possibilidade de classificação, explicita o autor, poderia se dar tomando como critério *o estatuto dos parceiros* do discurso, como, por exemplo: o discurso entre crianças e adultos; entre crianças, entre homens e mulheres; entre mulheres; entre superiores e inferiores etc. Cada estatuto de parceiros apresenta discursos diferentes, com objetivos também distintos. Ao lado dessas formas distintas de se classificar os gêneros, ainda surgem outras questões, esses discursos dos parceiros, por exemplo, sem dúvida alguma também apresentam posicionamentos de natureza ideológica que são unidades muito importantes que mobilizam os gêneros de discurso.

Diante dessa diversidade, assevera Maingueneau (2005), cabe ao locutor dominar os vários gêneros de discurso, o que ele denomina como um fator considerável de *economia cognitiva*, pois, dominando a diversidade de gêneros, não precisamos nos deter a todos os detalhes dos enunciados com que nos deparamos. Conhecendo-os já somos capazes de identificá-los, compreendê-los e focarmos nossa atenção apenas em alguns elementos. A fim de melhor explicar esse conceito, Maingueneau (2005) toma por base a tese de Bakhtin, que diz:

Aprendemos a moldar nossa fala pelas formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos logo, desde as primeiras palavras, descobrir seu gênero, adivinhar seu volume, a estrutura composicional usada, prever o final, em outras palavras, desde o início somos sensíveis ao todo discursivo [...] Se os gêneros de discurso não existissem e se não tivéssemos o domínio deles e fôssemos obrigados a inventá-los a cada vez no processo da fala, se fôssemos obrigados a construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria impossível (BAKHTIN, 1984, p. 285).

Quando temos conhecimento dos gêneros dos discursos, a nossa interação com o outro se torna mais viável, somos capazes de antecipar comportamentos, moldar nosso enunciado, compreender o objetivo da enunciação, assumir nosso papel responsivo, como tão bem destacou Bakhtin (2011). Sendo partilhada pelos membros de uma coletividade, enfatiza Maingueneau

(2005), essa compreensão evita a violência, o mal-entendido, a angústia de um ou outro dos participantes na troca verbal, o que permite de certo modo, assegurar a comunicação verbal.

Assim, todo gênero de discurso apresenta uma finalidade visando um certo tipo de modificação da situação da qual participa. Não é que os gêneros de discurso tenham uma forma, um modelo para moldar o enunciado e comportamento dos destinatários, pelo contrário, mas que esses destinatários possam ter um comportamento adequado mediante o gênero de discurso utilizado, que sejam capazes de participar ativamente do processo de troca verbal, antecipando, concluindo, respondendo etc. Vale destacar enfim que, além da finalidade, todo gênero de discurso implica ainda, segundo Maingueneau (2005), um lugar e um momento de enunciação, um suporte material e uma organização textual.

No que se refere ao suporte material, é interessante ressaltar que o autor já nos apresenta uma dimensão atual, a dimensão midiológica dos enunciados. Desse modo, destaca que atualmente um texto pode passar por diversos suportes e recursos materiais, e que esses suportes modificam um gênero de discurso: um debate político pela televisão é um gênero de discurso totalmente diferente de um debate em uma sala para um público. Os objetivos serão outros, os destinatários também. Logo, o suporte influenciará na composicionalidade dos gêneros de discurso.

Em *Discurso e análise do discurso* (2015), Maingueneau apresenta uma nova tipologia, distinguindo diversos modos de genericidade e permitindo a integração de produções mais autorais. A tipologia apresentada consiste em mostrar que o recurso a uma cenografia é fortemente restringido pelo gênero em questão. Diante disso, de acordo com o autor, a relação entre cena genérica e cenografia pode sofrer uma variação dependendo da função de cada gênero de discurso envolvido na enunciação, o que implica na constituição de uma tipologia que apresente as especificidades de cada modo. Com base nisso, os modos de genericidade são descritos pelo autor da seguinte forma: gêneros instituídos de modo (1), gêneros instituídos de modo (2), gêneros instituídos de modo (3) e gêneros instituídos de modo (4). A seguir, apresentamos um quadro que esquematiza os gêneros instituídos de modos, postulados por Maingueneau (2015).

Quadro 1 – Gêneros instituídos de modo

GÊNEROS INSTITUÍDOS	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
Modo 1	São pouco ou nada sujeitos à variação.	Carta comercial, relatórios de polícia, lista telefônica, documentos cartoriais, conversas entre pilotos

GÊNEROS INSTITUÍDOS	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
	Repousam sobre fórmulas e esquemas composicionais preestabelecidos sobre os quais se exerce forte composição.	de avião e as torres de controle etc.
Modo 2	Trata-se de gêneros rotineiros, como os precedentes, mas para os quais os locutores devem elaborar a cada vez uma cenografia mais singular.	Jornais televisivos, pronunciamentos presidenciais nas vésperas de Ano Novo etc.
Modo 3	É a própria natureza do gênero que exige que a produção recorra a uma cenografia desejada.	Propagandas, canções, programas de televisão etc.
Modo 4	São os gêneros aos quais o autor associa uma etiqueta, que dá sentido à atividade discursiva, especificando a que título o texto deve ser recebido pelo destinatário.	Meditação, tratado, confissão, utopia, enquête etc.

Nota-se, dessa forma, que, os modos de genericidade não necessariamente se sobrepõem aos recortes do discurso por esferas de atividade social, mas que o discurso de um determinado gênero pode abrigar gêneros resultantes de diversos modos de genericidade. Assim, um romance que deriva da cena englobante literária pode se configurar como gênero de modo 2, no qual o conjunto de parâmetros é previamente definido para a sua constituição. Desse modo, a relação entre cena genérica e cenografia é regulada a partir do modo de genericidade estabelecido, levando em consideração a flexibilidade de variação ou não de determinado gênero.

Convém salientar, portanto, que os gêneros do discurso constituem uma entidade considerada como semiótica e dinâmica, em que à medida que as práticas discursivas se complexificam, novas possibilidades de gêneros podem surgir. Decorre disso o nascimento de novos

gêneros, que consideramos como gêneros emergentes, que emergem especificamente no contexto midiático, espaço em que uma colônia de gêneros ⁴se entremeiam construindo novas formas discursivas de acordo com a intenção comunicativa de cada gênero. Dito de outro modo, como bem notou Bakhtin (1979 apud MARCUSCHI 2008, p. 163), os gêneros se imbricam e interpenetram para constituírem novos gêneros, dando origem, desse modo, aos gêneros emergentes nas mídias digitais. A observância e estudo dessa categoria, portanto, muito nos interessa para o teor analítico desta pesquisa, haja vista pretendemos analisar o fenômeno da desinformação, sob o olhar da multiplicidade de gêneros a que é submetido.

2.5 GÊNEROS EMERGENTES NAS MÍDIAS DIGITAIS

Partindo da noção de que os gêneros constituem formas de organização social, com propósitos comunicativos específicos e formas estruturais relativamente estáveis no contexto histórico-social, consideramos relevante iniciar a discussão sobre os gêneros emergentes virtuais, dando ênfase aos estudos que tratam a questão do gênero sob a perspectiva do texto, dos gêneros textuais. Desse modo, a esse respeito, destaca-se o posicionamento de Marcuschi (2002, p. 22), ao defender que “é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto”. Evidencia-se, desse modo, o quanto se faz fundamental o papel do texto para a materialidade do gênero, pois, de acordo o autor, toda a manifestação verbal só é possível por algum gênero textual (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Assim, Marcuschi (2008, p. 155) define gêneros textuais como sendo

Os textos materializados em situações comunicativas recorrentes...que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas.

Em consonância, Bhatia (1997, p. 629) assevera que cada gênero textual apresenta suas peculiaridades, com propósito bem definido e claro, que é que o determina e lhe dá uma esfera de circulação. Desse modo, retruca o autor, cada gênero textual apresenta uma forma, um estilo e um conteúdo. Porém, o que realmente permite sua determinação é basicamente sua função e

⁴ Bhatia (2004) propõe o conceito de colônia de gêneros para mostrar a versatilidade que permite aos gêneros manifestarem-se e serem analisados em diversos níveis de generalização.

não a sua forma. Daí a importância de concebemos os gêneros textuais como entidades dinâmicas e passíveis de mudanças de acordo com seu propósito comunicativo.

Sobre isso, Marcuschi (2002, p. 20) pondera que os gêneros textuais podem ser considerados como eventos textuais “altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos”. Emergindo a partir das necessidades e atividade socioculturais, estando intrinsecamente interligados com as inovações tecnológicas, fazendo emergir outros gêneros, o que é facilmente perceptível ao se considerar a quantidade de gêneros textuais hoje existentes em relação a sociedades anteriores à comunicação escrita.

Esses gêneros, definidos como gêneros emergentes, despontam no ambiente virtual revestidos de novidade, mas que na realidade não são totalmente inéditos. Para Silveira e Motta (2011, p. 2), suas características se assemelham às dos gêneros tradicionalmente conhecidos nas várias formas de comunicação e nas práticas de linguagem escrita na sociedade. De acordo com Marcuschi (2004), são gêneros que consistem em práticas sociais e comunicativas decorrentes de variações de antigos gêneros já consolidados como, por exemplo, a carta que gerou o e-mail, o diário que deu lugar ao weblog, a conversa informal que cedeu espaço ao chat (bate-papo), são exemplos típicos dessa variação. Não são muitos os gêneros emergentes, segundo o autor, mas são extremamente versáteis no ambiente virtual, isso porque nas atividades comunicativas, há a integração de recursos variados de linguagem.

Desse modo, evidenciamos nesse contexto, que novas interfaces acompanham a escrita, numa mescla de recursos visuais, sonoros, verbais, de animação, caracterizados como multimodalidade e que integram as mais variadas formas de comunicação no meio digital hoje. Araújo (2011) defende que a rede mundial tem permitido novas práticas de leitura e escrita, que antes eram feitas apenas por meio do papel, mas que agora, com a nova linguagem digital, em busca da construção de sentidos, há uma mescla de palavras, imagens e sons, que são compactuados em um mesmo espaço. A internet, diz a autora, possibilita, dentre outras habilidades, novas formas de produção e novas formas de circulação de discursos.

De fato, é notória a versatilidade nas práticas discursivas nos meios de comunicação digital atualmente. Se antes nos comunicávamos por cartas, agora utilizamos o e-mail, um diálogo face a face passou a ser realizado via chat, aulas presenciais passaram a ser virtuais, uma entrevista frente a frente com o convidado, assume nova modalidade, interações síncronas passaram a ser assíncronas, dentre outras transformações. Com isso, mudamos nossas práticas, novos discursos são implementados e novas formas de circulação desses discursos também emergem com esse processo de construção.

Diante de toda essa versatilidade que a tecnologia abriga, uma questão se sobrepõe aos estudos sobre gêneros no contexto atual: é possível definir e identificar esses gêneros virtuais? De acordo com Marcuschi (2008), é um grande risco que se corre ao tentar definir e identificar esses gêneros, dada a própria natureza da tecnologia, com seu avanço vertiginoso, capaz de invalidar de forma efêmera toda essa classificação, por isso assegura o autor, qualquer tentativa de definição deve ser realizada com muita cautela.

Desse modo, a título de exemplificação, o autor apresenta entre os gêneros mais conhecidos e estudados estes, que ele qualifica como designações tentativas:

1. **e-mail**²² (correio eletrônico na forma com formas de produção típicas). Inicialmente um **serviço** (*electronic mail*), resultou num gênero (surgiu em 1972/3 nos EUA).
2. **bate-papo virtual em aberto (room-chat)**²³ (inúmeras pessoas interagindo simultaneamente). Surgiu como IRC na Finlândia em 1988.
3. **bate-papo virtual reservado (chat)** (variante dos *room-chats* do tipo (2) mas com as falas acessíveis apenas aos dois selecionados, embora vendo todos os demais em aberto).
4. **bate-papo agendado (ICQ)** (variante de (3), mas com a característica de ter sido agendado e oferecer a possibilidade demais recursos tecnológicos na recepção e envio de arquivos).
5. **bate-papo virtual em salas privadas** (sala privada com apenas os dois parceiros de diálogo presentes). Uma espécie de variação dos bate-papos de tipo (2).
6. **entrevista com convidado** (forma de diálogo com perguntas e respostas num esquema diferente do que os dois anteriores).
7. **aula virtual** (interações com número limitado de alunos tanto no formato de *e-mail* ou de *arquivos hipertextuais* com tema definido em contatos geralmente assíncronos).
8. **bate-papo educacional** (interações síncronas no estilo dos *chats* com finalidade educacional, geralmente para tirar dúvidas, dar atendimento pessoal ou em grupo e com temas prévios).
9. **vídeoconferência interativa** (realizada por computador e similar a uma interação face a face; uso da voz pela rede de telefonia ou a cabo)
10. **lista de discussão** (grupo de pessoas com interesses específicos, que se comunicam em geral de forma assíncrona, mediada por um responsável que organiza as mensagens e eventualmente faz triagens).
11. **endereço eletrônico** (o endereço eletrônico seja o pessoal para e-mail ou para a *home-page* tem hoje características típicas e é um gênero).

Marcuschi (2008) salienta que o quadro acima foi elaborado tendo em vista a visão tri-dimensional adotada em sua obra para caracterizar os gêneros textuais, e observa, a **composição** (aspectos textuais e formais, incluindo as relações entre os participantes ou a audiência); o **tema** (natureza dos conteúdos, funções e profundidade) e o **estilo** (aspectos relativos à linguagem, seus usos e usuários).

Vale ressaltar que, mesmo com a incorporação simultânea de múltiplas semioses nos recursos linguísticos utilizados nesses gêneros, um dos aspectos essenciais da mídia virtual é a centralidade da escrita, pois, de acordo com o autor, a tecnologia digital depende totalmente da escrita.

Um outro fator que merece ressalva é o fato de esses gêneros se caracterizarem por serem altamente interativos e geralmente síncronos, onde ocorre a simultaneidade temporal. E nessa interação, principalmente nos bate-papos, novas identidades são construídas, novos comportamentos e práticas discursivas vão emergindo, diferentes daquelas efetivadas na conversação face a face. Acresce-se a isso que com a dinamicidade da tecnologia, essas definições postuladas pelo autor, acabam sendo suscetíveis de revisão e reformulação, haja vista a efetivação de mudanças contextuais, históricas e culturais terem ocorrido nesse espaço de tempo.

Se observamos, em uma análise mais detalhada, muitos outros gêneros e espaços de interação no ambiente virtual já se consolidaram e constituíram novos comportamentos no meio midiático na contemporaneidade. Voltando-se para a esfera jornalística, por exemplo, pode-se evidenciar a imbricação de gêneros diversificados, que fomenta a interação entre os interlocutores, a fim de atingir objetivos distintos, de acordo com o propósito comunicativo a que se destina. Não raro observar gêneros e tipos textuais, entremeando os discursos jornalísticos, num jogo linguístico entre a objetividade e o sensacionalismo. Dito isso, reitero a importância de analisarmos esses gêneros emergentes neste trabalho, dada a diversidade de gêneros virtuais com que nos deparamos quando analisamos o texto de verificação no contexto do ecossistema de desinformação atualmente. Isso porque a desinformação se apresenta numa diversidade de gêneros e recursos midiáticos tão grande que impossibilita muitas vezes que se faça uma análise mais criteriosa desses modos discursivos.

Ainda nessa perspectiva dos gêneros emergentes, vale ressaltar a importância de discutirmos no entorno dessa questão o surgimento dos textos de verificação. Advindos do contexto jornalístico, emergindo a partir da necessidade de se coibir a disseminação de notícias falsas, compreende-se nesta pesquisa, que esse tipo de gênero pode ser caracterizado também como gênero emergente, tendo em vista suas especificidades inerentes ao gênero noticioso, como se desenvolvido a partir do gênero notícia.

Assim, consideramos importante neste trabalho enfatizar o papel da notícia enquanto gênero discursivo que contribui sobremaneira para a compreensão da cena genérica do texto verificador, nosso principal objeto de pesquisa. Dito isso, apontaremos algumas discussões sobre o gênero notícia no tópico adiante.

2.6 NOTÍCIA ENQUANTO GÊNERO DO DISCURSO

A definição de gêneros do discurso tem por base os tipos de enunciado que se apresentam um tanto quanto estáveis e normativos, vinculados a situações da comunicação social. Desse modo, podemos perceber que há uma relação indissociável entre os gêneros e o enunciado, sendo os gêneros vistos a partir de sua historicidade, enquanto o enunciado se caracteriza por sua natureza social, discursiva e dialógica. Nessa perspectiva, os gêneros discursivos se manifestam através de enunciados que se estabelecem a partir de determinados campos sociais, com objetivos, finalidades e interlocutores definidos. Feita essa ressalva, nos debruçamos a partir de então na discussão sobre o gênero notícia enquanto gênero do discurso, por sua composição, finalidade e caráter discursivo e social.

Difundida em inúmeros lugares e suportes, a notícia é um dos gêneros discursivos com o qual nos deparamos recorrentemente na vida cotidiana. A cada instante, a todo o momento, somos confrontados por muitas de notícias, que de forma efêmera surge, desaparece, se transforma, a ponto de na maioria das vezes não conseguirmos acompanhar o volume de conteúdos que são produzidos e instantaneamente disseminados nos meios de comunicação de massa, inviabilizando o processo de acompanhamento de tudo o que está exposto na ordem do dia. Num portal, por exemplo, o número de notícias apresentadas é assombroso, dado que a inconstância e a circulação de novos acontecimentos são fatores predominantes. Inclusive, é comum que tenhamos acessado uma mesma notícia por várias vezes durante o dia e em suportes diferentes. Nessa dinâmica, em busca de compreensão a respeito desse fenômeno, estudiosos e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento intensificam estudos e pesquisas sobre o gênero notícia, a fim de conhecer melhor suas especificidades e funcionalidade, sobretudo mediante o atual contexto tecnológico e midiático. Desse modo, partimos agora para a discussão de alguns autores que elucidaram sobre essa temática.

Em o *Discurso das mídias*, obra de Patrick Charaudeau (2019), o gênero notícia é definido como um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espaço temático*, tendo um *caráter de novidade*, proveniente de uma determinada *fonte* e podendo ser *diversamente tratado*. Desse modo, explica o autor, todo acontecimento, que de certo modo é fato, está vinculado a certo domínio do espaço público. Assim, quando um jornal publica títulos como: “Greve”, “Energia nuclear” “Bósnia”, cada um desses títulos refere-se a lugares, fatos, atores que de certa forma aparecem num determinado setor da vida social, portanto num espaço temático. Quanto ao caráter de novidade, alude o autor, tem a ver com um elemento novo trazido pela notícia, não significa dizer que não possa ser um acontecimento que já tenha sido falado,

mas que de certa forma seja desconhecido do público. Quanto à fonte, destaca que o conhecimento é convertido em informação por uma determinada fonte ou instância, e que a depender da credibilidade dessa fonte a informação será avaliada de forma positiva ou não. Enfim, ao se tratar do diversamente tratado, Charaudeau (2019), defende que, no mesmo instante em que se apresenta a notícia, ela é tratada sob uma forma discursiva, que consiste em descrever o que se passou, reportar reações e analisar os fatos.

Dessa forma, acrescenta Charaudeau (2019, p. 134):

Com efeito, a notícia só tem licença para aparecer nos organismos de informação enquanto estiver inscrita numa atualidade que se renova pelo acréscimo de pelo menos um elemento novo; além do mais, é preciso que esse elemento novo seja portador de uma forte carga de inesperado para evitar o que as mídias temem – e que depende da representação que têm a esse respeito-, a saber: a saturação.

Nessa mesma perspectiva, Van Dijk (1988 apud ALVES FILHO, 2011, p. 91), anos antes, postulava que a palavra notícia, conforme usada contemporaneamente, já indica que está relacionada à informação nova sobre acontecimentos recentes e relevantes, o que implica dizer que o tratamento temático limita o que pode ser noticiado, deixando subentendido que o fato precisa ser novo, recente e também relevante para despertar o interesse do interlocutor. Sendo assim, as estruturas temáticas no discurso noticioso de certo modo, obedecem a uma ordem, uma estrutura de relevância que indica ao leitor qual a informação ou o tópico mais importante.

Quanto a essa estrutura de relevância, Alves Filho (2011, p. 99) diz que, de modo geral, as notícias reorganizam os fatos, e que estes não seguem uma ordem cronológica, mas uma ordem de relevância, o que de fato aparece primeiro é aquilo que os redatores acreditam que os leitores avaliarão como mais surpreendente, ou inusitado, ou fantástico, com alguma grande importância. Segundo Lage (2012, p. 79), a notícia enquanto gênero jornalístico, é o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante. Desse modo, a relevância no enunciado da notícia recai não especificamente no que se diz, mas como se diz, mesmo que esse dizer faça parte de um já-dito. Dizer de outro modo, de forma inusitada, faz com que os fatos narrados se tornem realmente acontecimentos. São os enunciados da forma como são construídos que transformam os fatos em notícia.

Isso posto, um fator preponderante que há de se considerar na produção desses enunciados, é o projeto enunciativo subjacente na estrutura composicional do gênero notícia, sempre endereçado para o seu interlocutor. Vejamos a definição dessa estrutura explicitada por Van Dijk.

De acordo com Van Dijk (1988 apud ALVES FILHO, 2011, p. 98), a estrutura das notícias apresenta as seguintes categorias: manchete/*lead*, episódio (eventos e consequências/reações) e comentários. A manchete e o *lead*, segundo o autor, têm como função resumir o evento para captar a atenção dos leitores para os fatos mais relevantes, despertando-lhes o interesse. O episódio tem por objetivo relatar com mais detalhes o fato noticioso, indicando os eventos que ocorreram e quais consequências ou reações provocaram. E, por último, os comentários, que objetivam divulgar como atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no fato, avaliam o que ocorreu.

Evidencia-se nesse trecho, portanto, a tese de Bakhtin (2011, p. 302) de que, “ao falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação”. São essas percepções que determinarão também a escolha do gênero do enunciado e a escolha dos procedimentos composicionais e, por último, dos meios linguísticos, isto é, o estilo do enunciado.

Desse modo, o gênero notícia, também considerado como gênero do discurso, não se exime desse processo de construção enunciativa, a fim de cumprir com sua finalidade de comunicação enunciativa na sociedade, que, segundo Rodrigues (2005, p. 174 apud GUBERT, 2015, p. 6), é a finalidade discursiva de apresentar os acontecimentos sociais em si. Em suma, finalidade de informar.

2.7 O QUE QUER DIZER INFORMAR?

Parece simples, algo pronto, determinado, mas que por trás da definição do que é informar se sobrepõem questionamentos vários, e por que não dizer complexos, pois demanda uma série de reflexões a seu respeito. Mas afinal, o que quer dizer informar? O debate em torno dessa problemática se intensifica cada vez mais na contemporaneidade por estudiosos das ciências sociais, que buscam compreender esse processo comunicativo na sociedade atual. Partindo dessa premissa, buscamos também nesta pesquisa discutir sobre ato de informar, tendo em vista a informação como ato de comunicação. Para tanto, nessa discussão nos apoiaremos nos postulados de Charaudeau, presentes em *Discurso das mídias* (2019), que apresenta, entre outros temas, estratégias de funcionamento no discurso da informação.

A priori, o autor apresenta o conceito de informação, numa definição empírica mínima, seria a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que não possui. Desse modo, ocorreria um ato de transmissão que faria com

que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber. É como se alguém com boas intenções, um benfeitor, tirasse alguém do desconhecido para mergulhá-lo no mundo do conhecido.

Definição simples, mas que de acordo com o autor desvela problemas consideráveis, tais como: quem é o benfeitor e quais são os motivos de seu ato de informação? Qual a natureza do saber a ser transmitido e de onde ele vem? Quem é esse outro para quem a informação é transmitida e que relação mantém com o sujeito informador? Enfim, qual é o resultado pragmático, psicológico, social, desse ato e qual é seu efeito individual e social?

Ao considerarmos essas discussões, levamos em conta que sempre que nos posicionarmos para respondê-las voltaremos para a questão da linguagem. Não a linguagem apenas como um sistema de signos, mas como um sistema de valores, alerta o autor. O que implica dizer que tratamos da linguagem enquanto ato de discurso, que tendo por base enunciados, busca produzir sentidos numa comunidade social. Desse modo, a informação se configura no processo de produção de discurso em situação de comunicação.

De modo complementar, assegura o autor:

A informação é pura enunciação. Ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento (CHARAUDEAU, 2019, p. 36).

Por sua vez, a informação enquanto ato discursivo tem suas peculiaridades e objetivos, que vão desde a situação de enunciação ao seu dispositivo de funcionamento. A construção do saber não se dá de qualquer jeito, mas a partir de critérios de escolhas, decisões, organizações, percepções e avaliações. É preciso saber enunciar, para quem enunciar e como enunciar. Desse modo, o ato de informar também evoca uma série de questionamentos, que vão desde à relação com a fonte de informação à relação com o seu receptor.

Quanto à fonte de informação, que é definida como um lugar no qual haveria certa quantidade de informações, diz-nos o autor, coloca-se como primeira questão a sua validade, ou seja, seu valor de verdade. E essa é uma questão que suscita uma série de dúvidas: o que é a autenticidade de um fato? O que é a verossimilhança de um fato? Qual é a sua pertinência enquanto fato de informação? Dentro dessa perspectiva, surgem ainda indagações outras que poderiam ser elencadas pelo receptor, como: será que o fato existe? Será que esse fato é possível? Será que isso precisa ser comunicado? O autor ainda alerta nesse ponto para a questão da seleção da informação que é realizada pela fonte e que se opera num conjunto de fatos que

parecem impossíveis de transmitir sua totalidade: em função de que são definidos esses critérios? Dos interesses do alvo? Afinal, há ou não garantias contra a subjetividade ou possíveis atos de manipulação do mediador? São questionamentos relevantes, e que se fazem necessários para compreendermos todo o processo discursivo que sustenta o ato de informar.

Com relação ao receptor, explica o autor, é importante saber quem ele é e como atingi-lo. Muitas vezes, retruca o autor, o receptor acaba não sendo aquele visado pelo fornecedor da informação e os efeitos ocorrem de forma distinta. Daí a importância de saber diferenciar efeito visado de efeito produzido e levantar alguns questionamentos: que efeito é visado quando se quer informar e que tipo de destinatário é o alvo? A mesma informação terá o mesmo efeito num espaço que seja privado e num espaço público? Pode-se controlar o destino de uma informação quando ela é recebida, recolhida e posteriormente retransmitida fora de seu dispositivo inicial? Não poderia produzir efeitos de rumores ou boatos? Enfim, uma acumulação de informação não acabaria por produzir um efeito de saturação contraprodutivo? Como se observa, são questões polêmicas e complexas que se desenvolvem em torno do receptor, quando se pensa em informar. São também questionamentos relevantes para esta pesquisa, pois buscamos compreender como se desenvolve o processo de informação e desinformação no contexto atual, em meio a tanta acumulação de informações nas mídias digitais, e que procuraremos discuti-las posteriormente. Desse modo, tendo levantado todas essas questões, cabe ao sujeito informador agora pensar no tratamento da informação.

Quanto ao tratamento da informação, define Charaudeau (2019), é a maneira de fazer, o modo pelo qual o sujeito informador decide transpor em linguagem os fatos selecionados, tendo em vista o alvo predeterminado e o efeito que escolheu produzir. Tudo agora depende das escolhas discursivas efetuadas pelo redator que quando escolhe, se retém ou se despreza algo. Desse modo, inúmeras questões também surgem nesse momento, posto que a linguagem é cheia de armadilhas, diz o autor. Uma forma pode ter vários sentidos ou sentidos próximos, um mesmo enunciado pode ter vários valores, vem ainda a questão de crenças, multiplicidade de valores, o jogo do dito e não dito, jogo do implícito e explícito. São diversas manobras que o redator precisa desdobrar para atingir seu objetivo, e uma delas é a de ter consciência da multiplicidade de efeitos discursivos que os enunciados acarretam. E acrescenta o autor:

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolhas de estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2019, p. 39).

Enfim, como observamos, informar vai além de notificar, dar conhecimento ou tomar ciência, como foi definido anteriormente, mas é um processo que demanda escolhas e estratégias enunciativas, para fazer sentido e produzir sentidos no outro. O informador precisa ter a consciência de que está engajado num jogo da linguagem, que traz uma multiplicidade de sentidos, e que a depender das escolhas que efetua sua informação poderá atingir ou não os objetivos pretendidos. O discurso, os enunciados, a forma como escolheu dizer, os efeitos que escolheu produzir, fazem toda a diferença na comunicação discursiva, e por que não dizer, na esfera jornalística. Informar, portanto, é influenciar, é levar o outro a acreditar, a aceitar que o que está sendo enunciado faz sentido, é real e relevante para a sociedade. E todos esses efeitos, visados ou produzidos, efetivamente só acontecem através do discurso.

Desse modo, o discurso jornalístico, conforme veremos no tópico seguinte, tendo em vista o ato de informar, na perspectiva de efeitos produzidos, e mediante as novas modalidades de interação, perpassa por um processo de reconstrução e adequação aos mais recentes recursos impostos pela inovação tecnológica e midiática.

2.8 O DISCURSO JORNALÍSTICO E SUAS INTERFACES NO CONTEXTO ATUAL

Durante muitos anos o jornalismo sustentou-se sob o ethos profissional de articulador de opinião, de modo “a informar cidadãos de uma forma que lhes permita agir como cidadãos” (DEUZE apud COSTEIRA MEIJER, 2001, p. 13), sob a égide de princípios e valores deontológicos que privilegiassem a imparcialidade, a verdade e a objetividade. Valores estes considerados universais e institucionais no campo jornalístico, compartilhados como valores típicos-ideais por todos os jornalistas. Sob essa perspectiva, a ideologia do jornalismo, conforme Deuze (2015, p. 4), consistiria em cinco elementos basilares para a profissão, em que todos os jornalistas deveriam espelhar-se de modo a verem-se como (a) fornecedores de um serviço público; (b) imparciais, objetivos, justos e críveis; (c) trabalhadores autônomos, livres e independentes; (d) comprometidos com uma lógica operacional do imediatismo, da realidade e da velocidade; e (e) com um senso de ética, validade e legitimidade. Nota-se, desse modo, um certo enrijecimento das regras que conduzem o trabalho jornalístico, numa visão estática e inflexível do fazer jornalístico.

Contudo, por mais que as organizações comunicacionais busquem sustentar-se nesses aparatos de ordenamento de conduta e estabilidade, com o advento da comunicação em rede e a cultura midiática, empresas e profissionais se veem obrigados a redesenhar seus projetos e

limites de atuação. Novas técnicas, novas necessidades e valores emergem nesse contexto tecnológico, exigindo mudanças nas redações do jornalismo contemporâneo. São movimentos que surgem para dar mais agilidade a essa estrutura engessada do jornalismo, para um reposicionamento social e mercadológico, conforme ressalta Christofolletti (2011, p. 26). Nesse contexto, novas tendências e estruturas organizacionais se impõem no cenário das redações, como também novos gêneros, formatos, produtos e serviços jornalísticos. Para adaptar-se a essas novas transformações, jornalistas foram impulsionados a desenvolver novas táticas, novas estruturas e uma nova autoconcepção da profissão (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 8).

Para isso

[...] os jornalistas do presente precisam dominar outros códigos linguísticos, lidar com novas ferramentas de trabalho e coordenar toda essa bagagem conceitual e técnica com uma conduta exemplar, ou seja, condizente com as expectativas que a sociedade tem em relação ao jornalismo (RODRIGUES DA SILVA, 2011, p. 167).

Para o jornalismo contemporâneo, já não basta apenas escrever bem e dominar a teoria e a técnica jornalística, mas num contexto em que ocorre a integração do impresso com o online, faz-se necessário que o profissional dessa área tenha mais destreza e competência para trabalhar com os conteúdos informativos em diversos formatos e gêneros, que serão veiculados também em diferentes suportes. É preciso ter a capacidade de produzir relatos nas mais diversas modalidades (textos, fotos, vídeos, podcast etc.), para atender a demanda que o contexto midiático exige (RODRIGUES SILVA, 2011, p. 170). Tudo isso incide substancialmente no perfil profissional do jornalista, que passa a assumir novas demandas e novos tipos de serviço, tornando-se um profissional polivalente, que, de acordo com Deuze e Witschge (2016, p. 10), caracteriza “centralmente o jornalista multitarefas”, configurando-se como aquele que realiza inúmeras tarefas, inclusive serviços que eram tradicionalmente assumidos por designers, profissionais de marketing, publicitários ou editores. Desse modo, o profissional multitarefas precisa conciliar tanto saberes relacionados à técnica quanto aos conhecimentos jornalísticos universais. Tem de dominar saberes relativos à estética e à linguagem audiovisual, como também a técnicas de entrevista, valores-notícias e éticas para atender as necessidades emergentes que o contexto midiático impõe.

Com base nisso, Deuze e Witschge (2016, p. 9) definem o jornalismo contemporâneo como um conjunto bastante complexo e dinâmico, em que suas práticas incluem narrativas crossmídias e transmídias, trabalhos por projetos, convergência editorial, empreendedorismo e a cultura da convergência (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 14). Esse novo contexto implica

novas tendências, que os autores classificam em quatro, como: uma reorganização dos ambientes de trabalho; a fragmentação das redações; a emergência de uma sociedade redacional e a ubiquidade das tecnologias midiáticas. Decorre disso uma tendência ao trabalho individual do jornalista, com novas perspectivas empreendedoras, em que cada um torna-se uma empresa, uma marca. As redações tornam-se fragmentadas e vazias e a produção de notícias ocorre tanto dentro quanto fora das instituições jornalísticas, o que implica numa terceirização das práticas jornalísticas. Nisso, surge a possibilidade de ocorrer “atos de jornalismo”, em que qualquer sujeito que adote técnicas jornalísticas em alguma medida, assuma a responsabilidade de produzir notícias. Sobre isso, Christofolletti (2011, p. 26), aponta que, por conta da facilidade de publicação de conteúdos em ambientes digitais, qualquer usuário pode produzir e disseminar informações, o que resulta, segundo o autor, no jornalismo cidadão.

O autor retrata ainda que, o que de fato está acontecendo no contexto midiático e jornalístico, é o fortalecimento de uma cultura de compartilhamento de arquivos e disseminação massiva de sites de relacionamento. Com isso, um grande afluxo de usuários não se contém em apenas consumir passivamente as informações, e coloca-se como participante do processo. Assim, surge o que Deuze e Witschge (2016, p. 9) denominam de sociedade redacional.

Uma sociedade redacional é aquela cujas práticas editoriais são requeridas para a sobrevivência de qualquer pessoa na era digital e, portanto, não pode ser considerado algo exclusivo de um grupo profissional particular como os jornalistas empregados em organizações jornalísticas (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 14).

Tal assertiva leva a crer que o jornalismo atual é composto por diversos atores da sociedade, não necessariamente profissionais do jornalismo. Esses produtores de informações de certa forma são influenciados por inúmeros fatores sociais, desde a economia, a política, a audiências, a anunciantes e grupos de interesse ideológico. Desse modo, de acordo com os autores, a filiação em jornalismo não compete mais em estar “dentro” das redações, pois na era digital não se trata tanto de um lugar, mas da comunicação em rede de pessoas, tecnologias e espaços (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 15). Nisso implica, na maioria das vezes, na construção de discursos enviesados e tendenciosos, atendendo a interesses de determinados grupos políticos, religiosos e econômicos da sociedade.

Nessa seara, há a possibilidade de notícias serem fabricadas com o intuito de enganar e causar danos à sociedade, o que implica dizer que essas produções podem muitas vezes contribuir para o fortalecimento de um ecossistema de desinformação no contexto midiático jorna-

lístico. Em contrapartida, com inserção dos textos de verificação como nova modalidade discursiva no contexto jornalístico, assumindo o papel também de informar, as agências jornalísticas implementam ao seu trabalho também novas formas de produção, que realizadas por diversos atores mobilizam estratégias de checagem e organização informacional.

Assim, advindo do contexto jornalístico, o texto de verificação apresenta-se com características inerentes ao jornalismo, com discurso e composição formal prototípicos da notícia, articulando recursos linguísticos e expressivos na construção de sentidos dos enunciados, em busca da precisão e narrativa objetiva, num tom incisivo, evidenciando, desse modo, o perfil de texto jornalístico. É um discurso que pretende apresentar a veracidade dos fatos, com comprovações e validações de acontecimentos. Pode-se considerar com um texto de caráter emergencial, por ter surgido a partir da necessidade imposta pelo contexto desinformativo, que, adequando-se a essa realidade, busca consolidar-se e se estabelecer no debate público atual.

3 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, adotamos procedimentos característicos da pesquisa bibliográfica, descritiva, analítica e exploratória, configurando-se, nesse caso, numa pesquisa de cunho qualitativo. Desse modo, apresentamos neste tópico, o percurso que nos propomos desenvolver no decorrer do trabalho, explicitando desde o método de abordagem ao procedimento de análise dos dados, a partir das cenas de enunciação dos textos, de verificação das notícias falsas sobre a vacinação contra a Covid-19.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Com base nos objetivos traçados neste trabalho, acreditamos que a abordagem qualitativa seja a mais adequada, visto que, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), a pesquisa qualitativa se caracteriza por analisar “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Nisso, revelam que:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Por valer-se de diferentes abordagens é que esse tipo de pesquisa nos possibilita realizar leituras, análises e comparações variadas concernentes ao objeto de pesquisa proposto, estimulando desse modo uma melhor compreensão do processo. Nessa perspectiva, esse trabalho também se qualifica como uma pesquisa de cunho bibliográfico.

Sobre isso nos diz Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Posto isso, vale a pena ressaltar que a pesquisa recorre, a princípio, à revisão bibliográfica, a fim de apresentar os conceitos referentes à Análise do Discurso, às Cenas de enunciação e às notícias falsas (desinformação), princípios nos quais nos apoiamos e que nortearam as discussões neste trabalho.

No que diz respeito ao trabalho de análise, Foucault (2002, p. 18) destaca que “toda a tarefa crítica, interrogando as instâncias de controle, deve ao mesmo tempo analisar as regularidades discursivas por intermédio das quais aquelas se formam”. Nesse sentido, em consonância com o que Foucault (2002) preconiza, definimos o caminho que se deve percorrer nesta pesquisa, tendo por base a análise das cenas de enunciação evidenciadas nos discursos que fazem a verificação das *fake news* sobre a vacina contra a Covid-19.

Para tanto, adotamos ainda como método a pesquisa descritiva e analítica, pois nos propomos a descrever e analisar as cenas enunciativas nos textos de verificação de notícias falsas. De acordo com Lakatos e Marconi (2000, p. 77), os estudos descritivos têm como objetivo conhecer a natureza do fenômeno estudado, a forma como ele se constitui, as características e processos que dele fazem parte.

Concernente ao processo analítico, Thomas & Nelson (2002, p. 37) asseveram que, “a pesquisa analítica envolve o estudo e a avaliação, em profundidade, das informações disponíveis na tentativa de explicar fenômenos complexos”. Nesse sentido, o trabalho analítico amplia as conclusões da pesquisa descritiva, por analisar e explicar por que ou como os fatos estão acontecendo, na tentativa de compreender como ocorre um determinado fenômeno.

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, reforçamos a importância de a investigação apoiar-se nos processos bibliográfico, descritivo e analítico para uma melhor compreensão dos fenômenos a que se destina a pesquisar.

3.2 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS

No que se refere ao procedimento de pesquisa, observamos semanalmente, em sites de checagem, no período de janeiro a setembro de 2021, textos de verificação das principais notícias falsas compartilhadas sobre a vacinação contra a Covid-19, a fim de analisarmos a partir das cenas de Enunciação de Maingueneau (2005) como os textos que verificam as *fake news* sobre a vacinação contra a Covid-19 são mobilizados no ecossistema de desinformação.

Quanto à escolha dos sites de verificação, selecionamos aqueles nos quais consideramos mais reconhecidos nas mídias digitais e que no período pandêmico atuaram de forma proemi-

nente, realizando verificações com grande frequência sobre as notícias falsas de maior disseminação sobre a pandemia, especificamente sobre a vacinação, são eles: a Agência Lupa, o Fato ou Fake e Projeto Comprova. São instituições que merecem destaque pelo serviço de combate à desinformação e educação midiática desenvolvidos na sociedade, sobretudo num momento em que redes organizadas investiram de forma veemente na disseminação da desinformação a fim de desqualificar a Ciência, minimizar a eficácia da vacina e ainda incentivar a prática de tratamento precoce ⁵ contra o coronavírus, implicando em consequências fatais para a população brasileira. Vejamos, portanto, o papel desempenhado por cada um deles a seguir.

Fundada em 2015 e considerada a pioneira em *fact-checking* no Brasil, a Agência Lupa é uma plataforma que tem como principal objetivo combater a desinformação e promover a educação midiática através de projetos especiais de produção de trabalhos jornalísticos e orientação e discussão sobre as consequências da desinformação para a sociedade. Ligada à *Folha de S. Paulo* e ao UOL, a Agência Lupa realiza um trabalho de acompanhamento dos mais diversos noticiários, desde conteúdos que envolvam política, economia, cultura, educação, saúde, aos que se referem às relações internacionais, analisando informações imprecisas e duvidosas. No período pandêmico ganhou destaque pela recorrência de verificações voltadas para notícias inverídicas, demonstrando intensa preocupação com a desinformação a respeito da vacinação contra a Covid-19.

Do modo similar, a seção Fato ou Fake, idealizada pelo grupo Globo, composta por jornalistas de grandes veículos de informação como a *Época*, *Extra*, *G1*, *CNB*, *TV Globo*, *GloboNews* e *Jornal O Globo*, criada em julho de 2018, ocupa-se de apurar notícias com conteúdos duvidosos disseminadas na internet e compartilhadas nas redes sociais, dos mais diversos campos da sociedade, ganhando proeminência as (des)informações voltadas para a Covid-19. É um site atuante que monitora com frequência mensagens suspeitas com grandes compartilhamentos nas redes sociais e por aplicativos como *WhatsApp*, buscando esclarecer o que é fato (notícia) e o que é falso (*fake*). Neste trabalho, a participação dos leitores também se faz ativa, pois são solicitados a sugerir por meio das redes sociais à equipe de jornalistas, a checagem das notícias que consideram inverídicas.

Por fim, o Projeto Comprova, formado pela coalizão de diversos meios de comunicação, a partir de 2018, é considerado o maior projeto colaborativo entre redações brasileiras. Assim, fazem parte do projeto instituições como: o *Correio Braziliense*, a agência especializada em

⁵ Tratamento feito com base em medicamentos como cloroquina e ivermectina no combate ao coronavírus, com resultados infrutíferos.

temática racial *Alma Preta*, a revista digital *Crusoé*, e três organizações de forte presença regional: *Tribuna do Norte* (RN), *O Liberal* (PA) e Grupo Sinos (RS). São organizações que realizam um trabalho colaborativo de investigação jornalística liderado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), no intuito de verificar conteúdos suspeitos sobre políticas públicas e a pandemia de covid-19 que se tornaram virais nas redes e aplicativos de mensagens. Desse modo, o trabalho do Comprova apresenta como principal objetivo garantir a qualidade do jornalismo para a permanência de um ecossistema de informação aberto e de qualidade, em busca de uma sociedade mais justa e democrática. Além disso, o Comprova apresenta como estratégia, o engajamento dos cidadãos no combate à desinformação, oportunizando a participação dos sujeitos no processo de denúncias e sugestões de verificação.

Evidencia-se, portanto, a partir desse contexto, que a escolha dos referidos sites para esta pesquisa justifica-se pelo comprometimento com a integridade do ecossistema de informação e pelo trabalho político e social de combate à desinformação. São sites associados a instituições jornalísticas reconhecidas no país, pela qualidade e integridade na prática jornalística, tais quais: Uol, G1 e Estadão, jornais de referência no campo da comunicação.

No que se refere ao período de coleta, consideramos relevante observar o período em que se iniciou a vacinação contra a Covid-19 no Brasil, que foi em janeiro de 2021, ao período em que se estabilizou o processo de vacinação, em setembro do mesmo ano. Frente a isso, dada a natureza do contexto, foi um período em que pudemos evidenciar uma manifestação súbita de boatos e (des)notícias⁶. Tais desnotícias foram apresentadas em forma de vídeos, áudios, mensagens, memes e correntes de oração veiculados nos principais meios digitais, com um incalculável número de teses, teorias e conspirações que despontaram a respeito da vacinação, negando a eficácia da vacina. Além disso, apontavam para possíveis efeitos colaterais, que levariam a sequelas graves, inclusive à morte daqueles que a tomassem, coadunando justamente com o período de campanhas de estímulo e motivação à vacinação no país. Observamos que as campanhas antivacinas nesse período pontencializaram-se nas redes sociais, implicando em mudanças de comportamentos dos indivíduos que a partir disso se negaram a tomar a vacina contra a Covid-19.

Assim, a princípio, a pesquisa centrou-se no levantamento bibliográfico que consubstanciasse os temas que aqui nos propomos a estudar: desinformação e Cenas de enunciação. Desse modo, o estudo contou com as seguintes bases teórico-metodológicas: 1) com relação ao

⁶ De acordo com Figueira (2017, p. 240), a desnotícia, é fruto da paródia tanto do gênero notícia quanto do campo e do discurso jornalístico.

conceito de *fake news* e desinformação, utilizamos Derosa (2019), Braga (2018), Tandoc (2019), Bucci (2018), Delmazo (2018), Obercom (2018); 2) e Wardle, (2020) para tratar das cenas de enunciação, tomaremos como base Maingueneau (2005, 2006, 2013, 2015); 3) no que concerne à Análise do Discurso de origem francesa, lançamos mão das contribuições de Orlandi (1998) e Brandão (1999).

Em seguida, demos início ao processo de observação nos sites de checagem, Agência Lupa, Fato ou Fake e Projeto Comprova, a fim de acompanharmos as verificações das notícias falsas divulgadas e compartilhadas sobre a vacina contra a Covid-19, no período de janeiro a setembro de 2021, que constou de um período de nove meses, em que consideramos importante para avaliar o aumento ou diminuição da frequência dessas notícias nesses sites de checagem, tendo em vista que nesse período a pandemia da Covid-19 tenha reduzido seus índices de evidências da contaminação, por conta das medidas sanitárias tomadas e da chegada da vacina.

Quanto à coleta do corpus, o acompanhamento se deu semanalmente em pesquisas nos sites de checagem já mencionados das principais verificações sobre as notícias falsas que se tratavam da pandemia de Covid-19. Em média, coletamos entre três a quatro verificações por semana, com um total de 185 *textos de verificação* coletados para análise. Diante disso, a fim de obtermos um melhor trabalho analítico e resultado em tempo hábil, fizemos um filtro dessas coletas, em que selecionamos apenas dezesseis textos de verificação para a análise.

Quanto ao processo de seleção desses textos, a escolha se deu tomando por base os valores-notícia⁷ utilizados na produção de notícias na cultura jornalística, dentre os quais destacamos: o impacto, a proeminência, o interesse coletivo, a notoriedade, o inesperado e a dramatização. Desse modo, selecionamos para a análise somente os textos que verificaram as notícias falsas sobre vacinação que fizeram alusão à morte de profissionais da saúde, morte de crianças, morte de muitas pessoas ao mesmo tempo, efeitos magnéticos na vacina, ineficácia da vacina, artistas que têm certa notoriedade na sociedade, entre outros. São textos desinformativos que se constituem a partir desses valores-notícia, fazendo com que aquele acontecimento noticiado, de certa forma, acabe incidindo e causando impacto na vida das pessoas e nas políticas públicas de uma nação.

⁷ Os valores-notícia, de acordo com Traquina (2005), constituem um aspecto fundamental da cultura jornalística, por constituírem referências claras e disponíveis a conhecimentos práticos sobre a natureza e os objetos da notícia, facilitando sua complexa e rápida elaboração. São os óculos particulares dos jornalistas, que veem certas coisas e outras não e que operam no processo de seleção e construção das notícias.

Dando prosseguimento, passaremos à descrição, comparação e análise, dos fenômenos encontrados nos textos das *verificações* coletadas nos sites de checagem. Para isso, nos baseamos nos pressupostos da Análise do Discurso, sob o viés da das cenas de enunciação de Main-
gueneau (2008, 2015), classificadas como: cena englobante, cena genérica e cenografia, com destaque neste trabalho as cenas validadas, por acreditarmos que os discursos enunciados nessas notícias se constroem a partir de conhecimentos guardados na memória e que legitimam as cenas enunciadas em análise.

3.3 CARACTERIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO CORPUS

Escolhemos trabalhar com textos de verificação de notícias falsas sobre a vacina contra a Covid-19 retiradas dos sites de verificação por percebermos que, provocados pela circulação de informações inverídicas nesse período pandêmico, que se deu de forma desordenada e instantânea, os sites de verificação abruptamente foram motivados a descredibilizar conteúdos tidos como confiáveis, mas que na realidade constituíam-se de boatos, conspirações e teses sem comprovações científicas. No decorrer da pesquisa, percebemos que não se tratava apenas de notícias falsas, mas de algo mais abrangente, bem mais complexo, tratava-se de um ecossistema de desinformação, que emergiu potencialmente mobilizado por uma gama de gêneros e suportes discursivos. Assim, boatos, correntes de orações pelo WhatsApp, memes, vídeos, áudios, tweets, fotos descontextualizadas, textos dos mais variados formatos, circulavam nas mídias digitais com força e persuasão, disseminando desinformação e afetando todas as esferas da sociedade. E nesse ecossistema amplo e ainda difuso, merece destaque o papel dos discursos de verificação da desinformação na busca pela clareza e desmistificação de mentiras e teses conspiratórias.

Com base nisso, realizamos um recorte do material coletado, selecionando os textos que apresentam similaridades entre as cenas e os recursos linguísticos utilizados no desenvolvimento dessas cenas enunciativas. Em seguida, observamos as cenas mais presentes e recorrentes nesses discursos e explicamos seu funcionamento.

Para Orlandi (2005, p. 63):

Os recortes que demonstram repetições são de especial interesse para o analista de discurso. A recorrência de expressões verbais ou de traços pictóricos semelhantes e presentes em textos diversos são caminhos que o analista poderá percorrer. Os sujeitos envolvidos e os contextos de produção dos textos

são levados em consideração – tanto o contexto imediato, que são as circunstâncias das enunciações, como o contexto histórico, que são as condições de produção em um sentido mais amplo.

É nesse sentido que a presente pesquisa pretende se estabelecer, levando em consideração as recorrências de ordem estrutural, semântica, verbal e lexical nos discursos e como os sujeitos são levados em consideração nessa enunciação, não esquecendo, claro, do contexto, circunstâncias e condições de produção para a construção de sentidos.

Sobre isso postula Orlandi (2005, p. 63): “A metodologia de um trabalho inscrito em Análise do Discurso já inicia na escolha do corpus de análise, na criação de parâmetros, na opção por este ou aquele excerto, na identificação de determinado discurso e no estabelecimento de etapas de análise”.

Cabe ao pesquisador, portanto, empreender esforços para a delimitação de parâmetros e etapas de análise, a fim de almejar os objetivos designados na pesquisa. Nesse contexto, passamos à etapa de descrição dos procedimentos analíticos desta pesquisa.

3.4 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

Esta pesquisa comporta algumas etapas de análise do corpus levantado, ancoradas nos postulados da Análise do Discurso, sob o viés das cenas de enunciação, de Maingueneau (2008, 2015).

Dito isso, seguimos as etapas, a seguir:

O primeiro passo consistiu em uma análise detalhada das características de cada cena. Assim, analisamos suas especificidades, recorrências, modos de apresentação, recursos mobilizados, papéis dos sujeitos, finalidades, lugar de produção, aspectos semânticos, lexicais e formais.

Esse processo levou-nos ao segundo passo, que foi identificar quais cenas de enunciação se evidenciavam nos textos de verificação das notícias falsas sobre a vacina contra a Covid-19. Nesta etapa nos amparamos nas cenas de enunciação, defendidas por Maingueneau (2005): cena englobante, cena genérica e cenografia. Saber as cenas presentes nesses discursos verificadores nos possibilita situar nosso objeto de pesquisa.

Uma vez identificadas as cenas, passamos à próxima etapa, que é analisar a cena englobante desses discursos que fazem a verificação sobre a vacina contra a Covid-19, retirados dos principais sites de verificação, digo principais por se qualificarem como referência no campo

jornalístico e tiveram grande atuação nesse período de pandemia e infodemia. Nesse passo buscamos saber que elementos discursivos utilizados no processo de enunciação são característicos e prototípicos dessa atividade verbal, para que possamos enquadrá-lo nessa cena.

Situados na cena englobante, buscamos analisar a cena genérica da qual esses discursos fazem parte. Nessa etapa nos debruçamos na análise mais detalhada dos recursos utilizados. Procuramos saber como se dá a estrutura composicional desses discursos, qual a finalidade, qual o papel do locutor e interlocutor, em que lugar essa cena se inscreve, como se caracterizam as partes constitutivas dessa cena e que recursos linguísticos específicos foram utilizados para que possamos discutir o gênero em análise.

Compreendendo o quadro cênico discursivo, passaremos à próxima etapa que consideramos uma etapa fundamental no desenvolvimento desta pesquisa, que é analisar como são produzidas as cenografias dos discursos que verificam os discursos das notícias falsas do ecossistema de desinformação construído sobre a vacina contra a Covid-19, nos sites de verificação selecionados por esta pesquisa. Nesta etapa nos voltamos para a análise e comparação desses discursos, observando de que modo cada texto estabelece sua cenografia, analisando assim diferenças e similaridades, como o enunciador se institui nessas cenografias, de que modo o destinatário é visto, e por fim, que características estão implícitas nesse processo de encenação.

Desse modo, o percurso metodológico descrito contribuiu para atender o objetivo geral proposto nesta pesquisa, que é o de analisar as cenas enunciativas do ecossistema de desinformação construído sobre a vacinação contra a Covid-19, levando-nos ao capítulo de análise, a seguir.

4 ANÁLISE DAS CENAS DE ENUNCIÇÃO DOS TEXTOS DE VERIFICAÇÃO

Neste capítulo, realizamos o processo de análise discursiva tendo por base o corpus desta pesquisa, que são os discursos produzidos nos sites de verificação de notícias falsas sobre a vacinação contra a Covid-19. Para tanto, buscamos analisar quais cenas de enunciação estão presentes nos discursos que compõem o ecossistema de desinformação construído sobre a vacinação no período pandêmico no Brasil. De acordo com Maingueneau (2015, p. 118), “a cena de enunciação de um gênero de discurso não é um bloco compacto. Ela faz interagir três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia”. Logo, para atender aos objetivos desta pesquisa, nos pautamos nessas cenas, tomando por base alguns textos que verificaram notícias sobre a vacinação contra a Covid-19, num contexto que coincidia com o início da vacinação à sua ampliação na sociedade.

4.1 CENA ENGLOBANTE

Conforme já discutido no capítulo 2 sobre Cenas de enunciação, a cena englobante tem a ver com o que costumamos classificar como “tipo discursivo” quando nos referimos aos discursos proferidos numa sociedade. E esse tipo discursivo, de certo modo, é definível por um “recorte de um setor da atividade social, caracterizável por uma rede de gêneros de discurso” (MAINGUENEAU, 2015, p. 118). Assim, sob essa condição, consideramos nesta análise que a cena englobante do discurso de verificação de notícias falsas é aquela determinada pelo tipo de discurso jornalístico, conforme veremos.

A princípio, consideramos relevante destacar o caráter visual da página em que se apresenta a cena englobante jornalística. Esta sugere o protótipo de um jornal impresso, onde a disposição e o formato das letras, acrescidas da cor preta num fundo branco, refletem a ideia já instituída na memória discursiva dos sujeitos, que é a concepção do jornalismo enquanto veículo de comunicação que transmite a informação de forma imparcial e ética, e acima de tudo verdadeira. Um jornalismo que fomentado pelo seu papel político e social esclarece e informa os sujeitos na sociedade, contribuindo para a construção da democracia e da cidadania. O interlocutor, desse modo, vê-se, portanto, interpelado por uma construção discursiva e estilística que lhe remete a ideias já instituídas historicamente na sua memória discursiva. A exemplo disso, vemos nas construções enunciativas “É#fake que imagens mostrem pessoas caindo nas ruas após tomarem vacina na Índia”, “#Verificamos: É falso que Angélica disse que não vai tomar vacina contra Covid-19 por ter ‘imunidade alta’” e “ Postagem usa vídeo de 2018 para afirmar

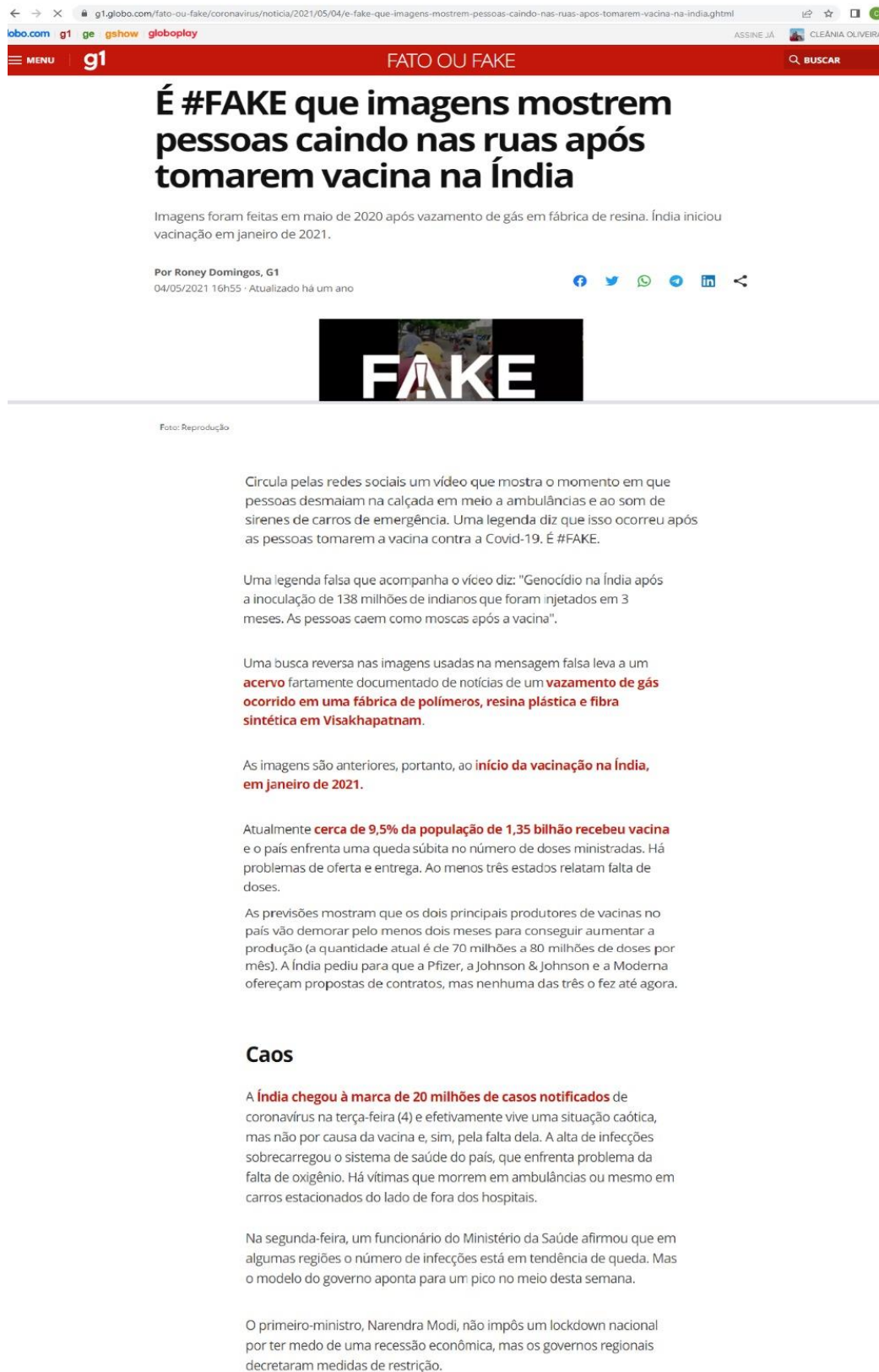
que idosa morreu após tomar vacina” implícita a ideia pré-concebida e instaurada na memória dos sujeitos de que o discurso jornalístico faz prevalecer a verdade e a imparcialidade, e, por conta disso, o locutor através de seu local de fala destaca que aquele fato é ausente dessa verdade, sendo, portanto, merecedor de verificação.

Desta feita, expressões como “tomar vacina”, “após tomar vacina”, “doses”, “tomar o imunizante” e “fila estabelecida de vacinação”, utilizadas pelo enunciador no desenvolvimento dos discursos verificadores remetem a um fenômeno historicamente marcado, advindo de testes científicos e que tem o importante papel de imunização, que é a vacinação. Essas expressões retomam ideias ideologicamente estabelecidas na sociedade, dentre elas a concepção consolidada de que vacinas “salvam vidas”. O termo “tomar vacina”, portanto, reflete a ideia de combate, de defesa e imunização, e que deve, pois, constituir-se como algo de extrema importância numa sociedade. Não tomar a vacina significa negar-se a salvar vidas, negar a qualidade da ciência e, além de tudo, contribuir para a disseminação de doenças que levam à fatalidade, como, por exemplo, a Covid-19. Nota-se, portanto, que a escolha dessas expressões no corpo do texto, aponta para a retomada de princípios historicamente inscritos na memória discursiva dos sujeitos e os direciona para a construção de sentidos nos enunciados, que por sua vez contribuem para legitimar a narrativa de verificação. Tais expressões fazem parte de um saber discursivo que já foi pronunciado por alguém em um outro lugar, mas que de acordo com as condições de produção do texto de verificação, também fazem sentido nesse lugar de fala da cena englobante jornalística em análise.

Compreendemos, juntamente com Orlandi (2020, p. 30) que, o fato de haver um já-dito que possibilita e sustenta os dizeres constitui um fator de fundamental relevância para que possamos compreender como se efetiva verdadeiramente o funcionamento do discurso, assim também como para entendermos qual a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. Observa-se que o sujeito do discurso da cena englobante jornalística instituída no discurso de verificação sustenta sua fala em um saber discursivo que já foi dito, que já fez sentido em outros lugares de fala, mas que de certa forma vem significar no momento atual, que é representado pelo contexto do ecossistema de desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19.

Com base nisso, partindo do princípio de que os discursos de verificação são construídos a partir da cena englobante jornalística, consideramos importante ressaltar que esse tipo discursivo se estabelece a partir de alguns critérios formais preestabelecidos, para a sua devida interação nos meios de comunicação de massa. Desse modo, voltemos-nos para a análise desses aspectos de composição do tipo discursivo instituído nos textos verificação em questão.

Figura 1 – Captura de tela do site g1.globo/Fato ou fake



g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/05/04/e-fake-que-imagens-mostrem-pessoas-caindo-nas-ruas-apos-tomarem-vacina-na-india.ghtml

lobo.com g1 ge gshow globoplay ASSINE JÁ CLEANIA OLIVEIRA

MENU g1 FATO OU FAKE BUSCAR

É #FAKE que imagens mostrem pessoas caindo nas ruas após tomarem vacina na Índia

Imagens foram feitas em maio de 2020 após vazamento de gás em fábrica de resina. Índia iniciou vacinação em janeiro de 2021.

Por Roney Domingos, G1
04/05/2021 16h55 · Atualizado há um ano

Facebook Twitter WhatsApp Telegram LinkedIn Compartilhar

FAKE

Foto: Reprodução

Circula pelas redes sociais um vídeo que mostra o momento em que pessoas desmaiam na calçada em meio a ambulâncias e ao som de sirenes de carros de emergência. Uma legenda diz que isso ocorreu após as pessoas tomarem a vacina contra a Covid-19. É #FAKE.

Uma legenda falsa que acompanha o vídeo diz: "Genocídio na Índia após a inoculação de 138 milhões de indianos que foram injetados em 3 meses. As pessoas caem como moscas após a vacina".

Uma busca reversa nas imagens usadas na mensagem falsa leva a um **acervo** fartamente documentado de notícias de um **vazamento de gás ocorrido em uma fábrica de polímeros, resina plástica e fibra sintética em Visakhapatnam**.

As imagens são anteriores, portanto, ao **início da vacinação na Índia, em janeiro de 2021**.

Atualmente **cerca de 9,5% da população de 1,35 bilhão recebeu vacina** e o país enfrenta uma queda súbita no número de doses ministradas. Há problemas de oferta e entrega. Ao menos três estados relatam falta de doses.

As previsões mostram que os dois principais produtores de vacinas no país vão demorar pelo menos dois meses para conseguir aumentar a produção (a quantidade atual é de 70 milhões a 80 milhões de doses por mês). A Índia pediu para que a Pfizer, a Johnson & Johnson e a Moderna ofereçam propostas de contratos, mas nenhuma das três o fez até agora.

Caos

A **Índia chegou à marca de 20 milhões de casos notificados** de coronavírus na terça-feira (4) e efetivamente vive uma situação caótica, mas não por causa da vacina e, sim, pela falta dela. A alta de infecções sobrecarregou o sistema de saúde do país, que enfrenta problema da falta de oxigênio. Há vítimas que morrem em ambulâncias ou mesmo em carros estacionados do lado de fora dos hospitais.

Na segunda-feira, um funcionário do Ministério da Saúde afirmou que em algumas regiões o número de infecções está em tendência de queda. Mas o modelo do governo aponta para um pico no meio desta semana.

O primeiro-ministro, Narendra Modi, não impôs um lockdown nacional por ter medo de uma recessão econômica, mas os governos regionais decretaram medidas de restrição.

Fonte: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/05/04/e-fake-que-imagens-mostrem-pessoas-caindo-nas-ruas-apos-tomarem-vacina-na-india.ghtml/>. Acesso em: 04 maio 2021.

A Figura 1 apresenta características inerentes ao gênero jornalístico, com manchete em destaque, autor da produção discursiva, data, local e horário. Consideramos que essa estrutura afigura-se como o tipo de discurso jornalístico, quando utiliza-se de recursos linguísticos e estilísticos padronizados no meio midiático de comunicação para chamar a atenção do leitor para a notícia a ser lida. Note que a princípio, na parte superior do texto, há o logotipo da instituição jornalística G1, que remete a um suporte jornalístico reconhecido nos meios de comunicação de massa, pela veiculação de notícias e fatos na atualidade. Em seguida, a expressão fato ou fake, que remete ao projeto de verificação do jornal, que definirá se aquela notícia figurará como algo verdadeiro (fato) ou como algo falso (fake). Logo, o leitor diante dessa performance, mobilizará estratégias de antecipação em relação ao que será apresentado.

A expressão “É #FAKE”, disponibilizada em caixa alta no início da manchete, além de chamar a atenção do leitor para o fato de que a notícia é falsa, aciona sua curiosidade para descobrir por que aquele acontecimento de fato não procede. Observemos que a manchete, conforme vemos nos jornais, tanto impressos como on-line, apresenta-se de forma destacável frente ao restante do texto. Um outro fator que assemelha-se ao tipo jornalístico em alguns textos de verificação, é que há a apresentação do título seguido de um subtítulo, como forma de esclarecer melhor do que se trata. O nome do autor, seguido de data e horário daquela publicação, além de representar o estilo jornalístico, legitima as informações dadas.

Assim, pressupomos com Maingueneau (2015) que quando somos interpelados por uma determinada cena englobante, devemos reconhecer que tipo de discurso resulta dessa cena, para assim compreendermos a que se destina tal discurso, e para que, como destinatários possamos nos posicionar na interação discursiva de acordo com as normas preestabelecidas de tal discurso. Desse modo, o leitor, ao deparar-se com a cena englobante jornalística desse texto de verificação, já presuppõe a que se destina esse tipo de discurso e busca delinear seu comportamento enquanto leitor, a fim de que possa compreender o objetivo do que está sendo enunciado, e a interação entre locutor e interlocutor de fato aconteça.

Com relação à interação comunicativa, um aspecto que merece destaque na página online de verificação, é a possibilidade de compartilhamento dessa informação verificada, nas principais redes sociais utilizadas no momento atual pelos usuários, tais como: Facebook, Instagram, WhatsApp, Twitter, LinkedIn e Telegram. Essa estratégia midiática permite que a informação verificada alcance o maior número possível de leitores, a fim de que o conhecimento da veracidade dos fatos, assim como a desinformação também seja veiculado e disseminado na sociedade e o combate à desinformação verdadeiramente se efetive.

Figura 2 – Captura de tela do site Lupa.uol

Lupa **JORNALISMO** [Siga membro](#) [Entrar](#)

VERIFICAÇÃO

É FALSO QUE ANGÉLICA DISSE QUE NÃO VAI TOMAR VACINA CONTRA COVID-19 POR TER 'IMUNIDADE ALTA'

19.01.2021 - 19h17 [Estado do Paraná](#) [Rio de Janeiro](#) [São Paulo](#) [Brasília](#) [Belo Horizonte](#) [Curitiba](#) [Foz de Iguaçu](#) [Goiânia](#) [Manaus](#) [Recife](#) [Rio de Janeiro](#) [São Paulo](#) [Vitória](#)

Clique nas redes sociais a informação de que a apresentadora Angélica afirmou em entrevista à rádio Jovem Pan que ela e a família não tomariam a vacina contra a Covid-19 porque elas têm "imunidade alta". Por meio do [projeto de verificação de notícias](#), usuários do Facebook solicitaram que esse material fosse analisado. Confira a seguir o trabalho de verificação da Lupa.

Angélica esposa do Huck foi entrevistada pela Jovem Pan. Ela disse que é a favor de todo povo brasileiro tomar vacina da China. O repórter perguntou se ela tem coragem de tomar a vacina, ela disse que nem ela e nem a família dela precisa tomar vacina porque eles têm a imunidade alta.

A informação analisada pela **Lupa** é falsa. Por WhatsApp, a assessoria da apresentadora Angélica negou as informações. "Esse post não é real. Angélica não deu entrevista falando sobre isso", diz a mensagem. Por áudio, a assessoria afirmou ainda que a família da apresentadora vai tomar a vacina contra a Covid-19 "no momento em que o grupo deles se encaixar, seguindo os protocolos e a fila estabelecida de vacinação no Brasil".

Nas redes sociais (Facebook e Twitter), e no site da Jovem Pan não há entrevistas recentes dadas pela apresentadora à emissora; nas redes sociais de Angélica (Facebook, Twitter e Instagram) também não há nenhuma menção sobre a declaração do post, tampouco na imprensa.

Em 14 de janeiro, a apresentadora publicou em sua conta no Instagram uma série de fotos cuja legenda era "Eu quero a vacina". O apresentador Luciano Huck, marido de Angélica, postou no Twitter, em 16 de dezembro, que ele e a família irão tomar o imunizante. "Eu vou tomar a vacina, minha família vai tomar a vacina, recomendo que as pessoas tomem a vacina e ponto final".

Checkagem similar foi feita por [Aos Fatos](#).

Nota: esta reportagem faz parte do [projeto de verificação de notícias](#) no Facebook. Dúvidas sobre o projeto? Entre em contato direto com o Facebook.

Editado por [Chico Marcos](#)

Fonte: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/01/19/verificamos-angelica-vacina-covid/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

Características semelhantes encontramos na Figura 2, retirada do site de verificação da Agência Lupa. A palavra “JORNALISMO”, centralizada na parte superior da notícia, disponibilizada na cor branca e destacada em fundo preto, demonstra ao leitor um tom de seriedade jornalística, enquanto isso, a palavra “Lupa”, em tamanho menor, disponibilizada no lado esquerdo, também em letra branca com fundo preto, sugere observação, análise, seriedade e afincamento na investigação, além de evocar compromisso com a verdade. Essas estratégias linguísticas, sugerem que há ali um trabalho sensato, que denota seriedade e que de antemão merece credibilidade por parte do leitor. Logo em seguida, a palavra verificação situa o leitor no propósito discursivo que será desenvolvido. Da mesma forma que a Figura 1, temos a manchete em destaque, o autor, local, data e horário, enfatizando o aspecto de tipo de discurso jornalístico. Enquanto na Figura 1 utilizou-se da expressão fake para demonstrar a inverdade da notícia, na Figura 2, o locutor optou por utilizar a palavra falso. Isso revela uma questão de ordem estilística, como registro de uma marca, pelo fato de o site anterior denominar-se como

Fato ou Fake.

Figura 3 – Captura de tela do site Estadão/Verifica



Fonte: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/postagem-usa-video-de-2018-para-afirmar-que-idosa-morreu-apos-tomar-vacina/>. Acesso em: 04 fev. 2021.

A Figura 3 representa um texto de verificação do Projeto Comprova, que é vinculado ao jornal *O Estado de S. Paulo*, conhecido como *Estadão*. O Comprova, em sua quarta fase, verifica conteúdos suspeitos sobre pandemia, políticas públicas do governo federal e eleições. Note que há na parte superior da imagem, no lado esquerdo, o logotipo do jornal "Estadão",

como forma de demonstrar o teor jornalístico e institucional da checagem. Centralizada a expressão “Política”, pois nessa etapa o projeto se propõe a analisar também políticas públicas no período pandêmico. Vê-se que quanto à forma, a imagem apresenta características semelhantes às Figuras 1 e 2, com manchete em destaque, seguida de subtítulo explicando o fato que foi verificado. No entanto, encontramos algumas diferenças de caráter linguístico e estilístico. Enquanto nas imagens 1 e 2, o locutor utiliza-se de etiquetas como “É#Fake” e “Falso”, nessa publicação o autor, de forma direta, logo apresenta o conteúdo a ser analisado. Um outro aspecto diferencial nesse recorte, é a falta de identificação do autor, constando apenas data e horário da postagem. Isso se deve ao fato de o interlocutor, no decorrer do discurso, qualificar-se como porta-voz de um coletivo, de um projeto, de um grupo de sujeitos que através dos discursos pretendem revelar a realidade dos fatos que até então apresentam-se obscuros à sociedade. Desse modo, esse interlocutor abstém-se da individualidade para assumir os princípios de uma comunidade.

Diante disso, a fim de salientar o aspecto coletivo do trabalho de verificação, evidenciamos através do discurso produzido, termos como: “O Comprova encontrou”, “notamos”, “consequimos” “Como verificamos”. Trata-se de um posicionamento advindo de um coletivo, onde o sujeito do discurso sugere que juntos realizaram as ações propostas para atender as necessidades de um público ávido por conhecer a verdade. Há ainda nesses enunciados a representação de uma instituição jornalística, sinalizada pelo termo *Comprova* que de certo modo, representa o jornal *Estadão*, do qual o projeto comprova faz parte. Assim, a ausência do autor no topo da página, justifica-se pela representação de autoria coletiva, conforme fica explícito no decorrer do discurso verificador.

A partir disso, percebe-se que mesmo imbuídos do mesmo objetivo que é o de verificar informações falsas, os textos estabelecem regras e especificidades próprias, a depender dos objetivos da instituição à qual esses projetos de checagem estão vinculados. Cada instituição estabelece seus critérios e normas específicas de produção para atingir seus propósitos comunicativos. Nisso, salientamos que, mesmo fazendo parte da mesma tipologia discursiva, esses textos diferenciam-se em alguns aspectos linguísticos e estilísticos na produção de sentidos. É importante ressaltar ainda que nesse processo de construção discursiva, o papel do interlocutor se faz necessário para que de fato a interação comunicacional se estabeleça.

Vejamos a quadro a seguir:

Quadro 2 – Comparação dos aspectos formais da notícia nos sites de verificação

SITES DE VERIFICAÇÃO	MANCHETE (Título e subtítulo)	LEAD	AUTOR	DATA E HORÁRIO
AGÊNCIA LUPA	#Verificamos: É falso que Angélica disse que não vai tomar vacina contra Covid-19 por ter ‘imunidade alta’ Obs: Apresenta apenas o título.	Circula nas redes sociais a informação de que a apresentadora Angélica afirmou em entrevista à rádio Jovem Pan que ela e a família não tomarão a vacina contra a Covid-19 porque eles têm “imunidade alta”.	Ítalo Rômany	22 de janeiro de 2021 Obs: Não apresenta o horário.
COMPROVA	Título: Postagem usa vídeo de 2018 para afirmar que idosa morreu após tomar vacina Subtítulo: Retirado de contexto, vídeo que viralizou em um perfil no Facebook corta propositalmente os trechos nos quais as palavras "gripe" e "H1N1" são mencionadas. Ainda assim, o laudo de óbito não indica relação entre a morte da idosa e a vacina contra a gripe.	É enganoso um vídeo publicado no Facebook que sugere que uma idosa morreu após ser vacinada contra a covid-19. A postagem usa somente um trecho de uma reportagem, veiculada na TV Record em 2018, com a legenda “mulher morre imediatamente depois da vacina”. A matéria trata da morte de uma mulher de 71 anos por infarto, após a vacinação contra a gripe Influenza A (H1N1), naquele mesmo ano (e antes do surgimento da covid-19), na cidade de Goiânia (GO).	Não apresenta autor.	02-04-2021 Obs: Não apresenta horário

SITES DE VERIFICAÇÃO	MANCHETE (Título e subtítulo)	LEAD	AUTOR	DATA E HORÁRIO
FATO OU FAKE	Título: É #FAKE que imagens mostrem pessoas caindo nas ruas após tomarem vacina na Índia Subtítulo: Imagens foram feitas em maio de 2020 após vazamento de gás em fábrica de resina. Índia iniciou vacinação em janeiro de 2021.	Circula pelas redes sociais um vídeo que mostra o momento em que pessoas desmaiam na calçada em meio a ambulâncias e ao som de sirenes de carros de emergência. Uma legenda diz que isso ocorreu após as pessoas tomarem a vacina contra a Covid-19. É #FAKE.	Roney Domingos	04/05/2021 16h55

Em termos de estrutura linguística, ainda encontramos semelhanças e diferenças entre os sites, no que se refere à descrição da notícia falsa que está sendo verificada. Os sites Fato ou Fake e Agência Lupa, apresentam organização textual bem parecida para descrever a notícia que está sendo veiculada nas principais mídias digitais. Assim encontramos nos dois sites, de forma semelhante, a expressão “Circula pelas redes sociais um vídeo que...”, ou ainda “Circula pelas redes sociais uma mensagem que diz...”. São expressões que apontam para uma certa regularidade nesse tipo de texto, apresentando ao leitor um resumo da informação falsa, a fim de situá-lo no contexto de verificação. Essa recorrência evidenciou-se a partir da análise realizada tendo por base 16 textos do corpus da pesquisa, e, de antemão, constatou-se que 10 dos 16 textos analisados apresentam a mesma organização textual. Por outro lado, o site Comprova distingue-se nessa estrutura, apresentando de forma sucinta o conteúdo verificado, não seguindo estruturas fixas na construção do enunciado. Assim, temos expressões tipo “Tuíte sugere que...”, “Postagem em um perfil no Fabebook...”, “Publicações nas redes sociais que afirmam que...”, “Post do blog católico Mater Salutis alega que...”, as quais, dependendo do assunto veiculado, resumem o conteúdo verificado sem seguir necessariamente um formato de estrutura linguística.

A compreensão dessa organização textual possibilita ao leitor colocar-se na sua posição de coparticipante do discurso, acionando determinadas estratégias de percepção e interpretação, para efetivamente estabelecer uma relação de interação entre os parceiros do discurso, pois, segundo Maingueneau (2015, p. 121), a cada um desses parceiros são atribuídos direitos e deveres, assim como competências específicas. Assim, o leitor situado em determinada cena englobante, já antecede seu comportamento diante do discurso a ser enunciado. No caso da cena englobante jornalística instituída pelos textos de verificação em análise, consideramos que o papel atribuído ao interlocutor é aquele definido como alguém que por encontrar-se diante de uma informação potencialmente falsa, busca por informações verídicas dos conteúdos que causam desconfiança. E isso é evidenciado quando nos deparamos com expressões do tipo “Como verificamos?” ou “Confira o trabalho de verificação” nos enunciados de verificação. São expressões que convocam o leitor a assumir seu papel de sujeito desinformado e buscar por informações verdadeiras, a partir do trabalho de verificação das informações apresentado nos textos.

Assim, assumimos com Maingueneau (2015, p. 32), a concepção de que a partir do momento em que enunciamos, além de nos posicionar de um certo lugar, também atribuímos ao outro um lugar complementar, a fim de que ele possa se reconhecer no nosso lugar de fala e assumir seu papel enquanto enunciatário. Dito de outra forma, a eficácia de uma interação

discursiva só é possível a partir do momento que o outro se reconhece no lugar discursivo do produtor do discurso e se coloca na posição daquele que tem um papel a cumprir nessa interação.

Desse modo, ainda nessa perspectiva dos papéis atribuídos aos parceiros da enunciação na dada cena englobante jornalística, deve-se considerar como se dá a construção da figura do locutor nos discursos de verificação em análise. Sob essas condições, foi possível perceber que o locutor de tal cena produz o ethos daquele que seguramente obtém o conhecimento das informações analisadas, por colocar-se na figura de pesquisador e estudioso no assunto, demonstrando a autoridade do jornalismo. Vê-se, desse modo, que o uso das expressões “Verificamos”, “A informação analisada pela Lupa é falsa”, “É#Fake”, “São falsas as informações”, aponta para o ethos de um sujeito que prontamente sabe a veracidade dos fatos, que demonstra lucidez e certeza naquilo que enuncia. Quando se diz “Verificamos”, o tom da expressão indica que um trabalho foi realizado e que somente a partir de agora se tem a verdade dos fatos. Do mesmo modo, as expressões “fake” e “falsa” sinalizam para esse propósito, de demonstrar o que de fato é verdadeiro. Assim, temos um locutor que deixa entrever a imagem de alguém que pretende informar, esclarecer dúvidas e legitimar sua posição enquanto sujeito nesse contexto. Desse modo, a fim de reafirmar esse ethos, o enunciador, através do discurso reflete o papel do jornalista, quando diz: “Procuramos informações”, “Por Whatsapp, entramos em contato”, “Também consultamos”, “A reportagem ainda consultou”, “a partir do relato do pastor, apuramos”, “Ainda tentamos conversar com”. Note-se, portanto, que o produtor da cena englobante jornalística da qual faz parte o discurso de checagem de notícias falsas, pretende apresentar-se como um sujeito conhecedor autêntico dos fatos, que pretende informar e comunicar de forma objetiva e imparcial a veracidade dos fatos narrados.

No esteio dessa questão, enfatizamos, juntamente com Maingueneau (1997, p. 31), a proposição de que sempre que falamos, adotamos uma forma de comportamento que é intencional e regida por regras. Essas regras são constituídas pelas instituições e fazem parte da memória coletiva de uma determinada comunidade. Logo, enquanto se inscreve no discurso, o produtor dessa cena englobante jornalística se reveste da figura do jornalista, do profissional ético, pesquisador e conhecedor dos fatos, que por sua vez tem sua imagem definida historicamente na memória coletiva da comunidade, sugerindo credibilidade e validação naquilo que porventura venha a ser enunciado.

Por fim, há de se destacar nessa dada cena englobante jornalística, instituída a partir dos textos de verificação, a presença contundente da intertextualidade no processo enunciativo das verificações.

Figura 4 – Captura de tela do site g1.globo/Fato ou fake

É #FAKE que bebê de 2 anos morreu após receber vacina da Pfizer durante teste

Mensagem falsa afirma que criança morreu em 3 de março. No entanto, testes só começaram no dia 24 de março. Pfizer afirma que estudos pediátricos da vacina não registraram nenhum evento adverso grave.

Por Roney Domingos, G1
10/05/2021 16h42 - Atualizado há um ano

FAKE

Circula pelas redes sociais uma mensagem que diz que um bebê de 2 anos de idade morreu durante os experimentos da vacina contra a Covid-19 da Pfizer em crianças. É #FAKE.

OFERTAS ANTECIPADAS
DA BLACK FRIDAY
Os estoques são limitados
Clique aqui para a App >

FAKE

Fato: G1

A mensagem falsa diz que a criança morreu no dia 3 de março e que a vacina foi aplicada em 25 de fevereiro. **No entanto, a Pfizer só começou a fazer os testes no dia 24 de março**, como foi amplamente divulgado.

Também está errada a informação que diz que os testes em andamento incluem mais de 10 mil crianças com idades entre 5 e 11 anos em um dos grupos e outras 10 mil crianças com até 6 meses de idade no outro. Na verdade, a Pfizer e a BioNTech planejam avaliar a segurança de sua vacina de duas doses em três dosagens diferentes - 10, 20 e 30 microgramas - em um teste de estágio inicial e intermediário com 144 participantes.

Mais tarde, elas pretendem passar para um teste de estágio avançado com 4.500 participantes no qual avaliarão a segurança, a tolerância e a reação imunológica gerada pela vacina, medindo os níveis de anticorpos nos participantes jovens.

A Pfizer diz, em nota, que os estudos pediátricos da vacina realizados com crianças entre 6 meses e 11 anos estão em andamento e não registraram nenhum evento adverso grave.

"Sobre a suposta morte de uma criança de dois anos com teste da vacina ComiRNaty da Pfizer/BioNTech, esclarecemos: os estudos pediátricos da vacina que estão sendo realizados com crianças entre 6 meses e 11 anos estão em andamento e não registraram nenhum evento adverso grave; a empresa não comenta outros estudos que não sejam próprios."

A mensagem falsa tem origem em um site que ficou conhecido após ter sua página no Facebook banida pela rede social por violar os termos da plataforma.

O boato cita fontes que, por sua vez, dizem se basear em dados extraídos do Sistema de Notificação de Eventos Adversos de Vacinas (VAERS) do Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC). Mas esses não são dados finais, tampouco confirmados pelas autoridades de saúde.

O próprio Vaers deixa claro, em seu site, que é um sistema de relatório passivo, o que significa que depende de indivíduos que podem enviar relatórios de suas experiências ao CDC e à FDA (Food And Drug Administration), equivalente à Anvisa brasileira.

"Qualquer pessoa pode relatar um evento adverso ao VAERS. O VAERS não foi projetado para determinar se uma vacina causou um problema de saúde, mas é especialmente útil para detectar padrões incomuns ou inesperados de notificação de eventos adversos que podem indicar um possível problema de segurança com uma vacina. O VAERS pode fornecer ao CDC e à FDA informações valiosas de que trabalho e avaliação adicionais são necessários para avaliar uma possível preocupação de segurança."

Fonte: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/05/10/e-fake-que-bebe-de-2-anos-morreu-apos-receber-vacina-da-pfizer-durante-teste.ghml/>. Acesso em: 10 maio 2021.

Figura 5 – Captura de tela do site Lupa.uol

← → ↻ lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/01/19/verificamos-angelica-vacina-covid/

Lupa **JORNALISMO** Seja membro Entrar

VERIFICAÇÃO

É FALSO QUE ANGÉLICA DISSE QUE NÃO VAI TOMAR VACINA CONTRA COVID-19 POR TER 'IMUNIDADE ALTA'

19.01.2021 - 18h17 *Ítalo Rômney* Rio de Janeiro - RJ

Circula nas redes sociais a informação de que a apresentadora Angélica afirmou em entrevista à rádio Jovem Pan que ela e a família não tomarão a vacina contra a Covid-19 porque eles têm "imunidade alta". Por meio do [projeto de verificação de notícias](#), usuários do Facebook solicitaram que esse material fosse analisado. Confira a seguir o trabalho de verificação da Lupa:

Angélica esposa do Huck foi entrevistada pela Jovem Pan. Ela disse que é a favor de todo povo brasileiro toma vacina da China. O repórter perguntou se ela tem coragem de tomar a vacina. Ela disse que nem ela e nem a família dela precisa tomar vacina porque eles têm a imunidade alta.



18:51 - 18 jan 21 - Twitter for Android

"Angélica esposa do Huck foi entrevistada pela Jovem Pan. Ela disse que é a favor de todo povo brasileiro toma [sic] vacina da China. O repórter perguntou se ela tem coragem de tomar a vacina. Ela disse que nem ela e nem a família dela precisa tomar vacina porque eles têm a imunidade alta"

Texto de post publicado no Facebook que, até as 16h de 19 de janeiro de 2021, tinha mais de 240 compartilhamentos.

A informação analisada pela Lupa é falsa. Por WhatsApp, a assessoria da apresentadora Angélica negou as informações: "Essa postagem não é real. Angélica não deu entrevista dizendo o contrário", diz a mensagem. Por e-mail, a assessoria afirmou ainda que a família da apresentadora vai tomar a vacina contra a Covid-19 "no momento em que o grupo deles se encaixar, seguindo os protocolos e a fila estabelecida de vacinação no Brasil".

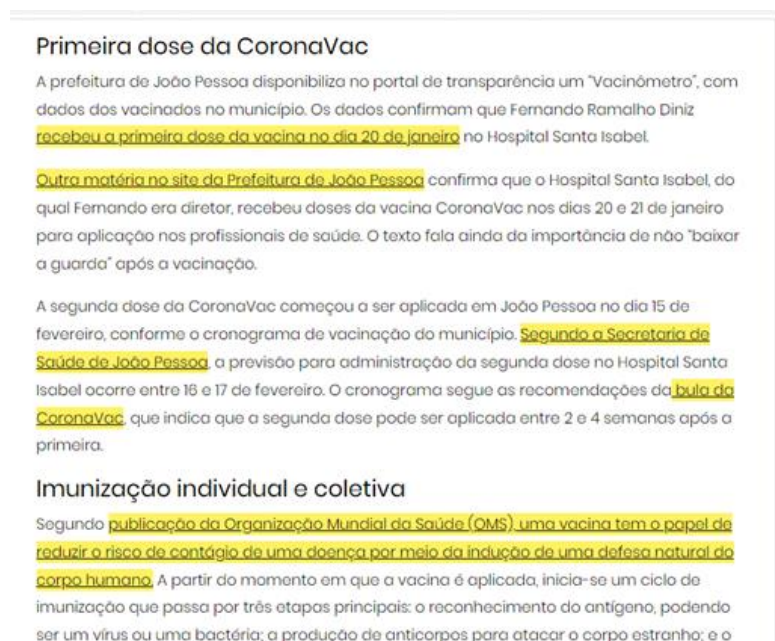
Nas redes sociais (Facebook e Twitter) e no site da Jovem Pan não há entrevistas recentes dadas pela apresentadora à emissora; nas redes sociais de Angélica (Facebook, Twitter e Instagram) também não há nenhuma menção sobre a declaração do post, [nem postado na imprensa](#).

Em 14 de janeiro, a apresentadora [publicou em sua conta no Instagram](#) uma série de fotos cuja legenda era "Eu quero a vacina". O apresentador Luciano Huck, marido de Angélica, [postou no Twitter](#), em 16 de dezembro, que ele e a família irão tomar o imunizante. "Eu vou tomar a vacina, minha família vai tomar a vacina, recomendo que as pessoas tomem a vacina e ponto final".

Checkagem similar foi feita por [Após Fatos](#).

Nota: esta reportagem faz parte do [projeto de verificação de notícias](#) no Facebook. [Saiba mais sobre o projeto](#). Entre em contato direto com o Facebook.

Editado por [Chico Mares](#)

Figura 6 – Captura de tela do site Projeto Comprova

Fonte: <https://projeto comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/e-enganoso-post-no-facebook-sobre-morte-de-medico-por-covid-19-apos-tomar-a-vacina/>. Acesso em: 17 fev. 2021.

Nota-se que a intertextualidade nos discursos de verificação assume papel preponderante no processo de validação da cena englobante jornalística. É a partir do diálogo entre textos diferentes que discursos são ratificados e legitimados, a fim de atender a necessidade de compreensão e interpretação por parte dos interlocutores. Assim, encontramos nos textos de verificação outras vozes, que se relacionam no interior dos discursos para complementar informações e construir novos sentidos. Há, na materialidade desse tipo de discurso, a presença de outros textos, de outros gêneros textuais que se intercalam e se unificam na busca por adesão do enunciatório.

Desse modo, consideramos nessa análise que a cena englobante jornalística do texto de verificação é constituída tendo por base o agrupamento de outros gêneros, que de certa forma se fazem importantes para a formação do todo discursivo. Assim, o texto se configura como um texto não linear, haja vista ser interpelado por outros gêneros no decorrer da enunciação. Conforme a Figura 4, temos incorporada ao texto, uma imagem da *fake news* que está sendo veiculada nas principais mídias digitais, composta de texto e imagem. Na Figura 5, temos anexada ao texto, a imagem da notícia falsa, retirada de uma rede social, que traz texto, imagem e comentários. Enquanto isso, na Figura 6, temos a presença de hiperlinks, que possibilita ao leitor sair do texto de origem e ampliar seus conhecimentos adentrando os hiperlinks em busca de outros textos. Defendemos, nesse contexto, que o uso desses recursos na cena, além de possi-

bilitar a conexão do conteúdo verificado a outros, viabiliza estratégias de compreensão e interpretação do texto, à medida que esclarece e acrescenta informações ao texto verificado, e ainda, serve para legitimar os argumentos selecionados para desmentir a notícia falsa. São recursos advindos dos meios de comunicação digital que contribuem de forma significativa para a persuasão e o convencimento dos leitores.

Desse modo, concluímos a descrição da cena englobante jornalística instituída pelos textos de verificação e passemos à análise da cena genérica, pois, conforme vimos no capítulo teórico, somente a cena englobante em si “não é suficiente para especificar as atividades discursivas em que os sujeitos estão engajados”, mas são os gêneros dos discursos que definem, a partir de rituais sociolinguageiros, o espaço estável no interior do enunciado (MAINGUENEAU, 2008, p. 116). Mediante isso, partiremos para a análise da cena genérica da qual faz parte esses discursos de verificação de notícias falsas.

4.2 CENA GENÉRICA

Afinal, a que gênero pertencem os textos de verificação que compõem o corpus? Que nomenclatura utilizar para esse gênero em fase de consolidação? Qual a finalidade desse gênero discursivo? A partir dessas discussões é que desenvolveremos a análise da cena genérica dos textos de verificação. Vejamos os dois primeiros textos analisados na busca pelas respostas a essas perguntas:

Figura 7 – Captura de tela do site Lupa.uol

VERIFICAÇÃO

É FALSO QUE ENFERMEIRA SIMULOU APLICAÇÃO DE VACINA EM PRESIDENTE FIGUEIREDO (AM)

27.01.2021 - 13h41 Ítalo Rômany Rio de Janeiro - RJ Twitter Facebook YouTube Telegram LinkedIn

Circula nas redes sociais um vídeo da primeira pessoa a receber a vacina da Covid-19 no município de Presidente Figueiredo (AM). O post sugere que a aplicação do imunizante foi encenada, já que nas imagens não é possível ver a agulha, tampouco o enfermeiro pressionando o êmbolo da seringa. Por meio do [projeto de verificação de notícias](#) usuários do Facebook solicitaram que esse material fosse analisado. Confira a seguir o trabalho de verificação da Lupa:

FALSO

A informação analisada pela Lupa é falsa. O vídeo foi editado, e mostra só um trecho do procedimento. Cópias completas dessa gravação mostram que, primeiro, a paciente recebe a vacina. É possível ver, no vídeo, a agulha entrando na pele e o êmbolo sendo pressionado pelo enfermeiro. Logo depois, a cena é repetida. Como o espaço em que a enfermeira foi vacinada era pequeno e restrito, alguns veículos de comunicação pediram para que houvesse uma simulação para fins de registros fotográficos. O trecho que está circulando nas redes sociais mostra apenas este momento.

A primeira pessoa a receber a vacina da Covid-19 no município de Presidente Figueiredo (AM) foi a enfermeira Aline Moura, em 19 de janeiro. Em sua conta no Instagram, a profissional [publicou o vídeo completo](#), no qual é possível perceber que, de fato, a aplicação da vacina ocorreu. "Pra quem anda falando besteiras, tá aqui! Sou uma profissional de respeito, não brinco com coisa séria", escreveu a enfermeira no post. O fato chegou a ser noticiado em diversos veículos locais (confira [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)).

O jornalista Bosco Cordeiro, do [Portal do Urubuj](#), esteve no local e confirmou, por telefone, que os próprios fotógrafos solicitaram que a aplicação fosse simulada para fins de registro. Também por mensagem, a enfermeira Aline Moura confirmou que foi um pedido da imprensa para repetir a cena.

Não é a primeira vez que a Lupa verifica fotos e vídeos de aplicação de vacinas retirados de contexto para divulgar teorias da conspiração sobre imunizantes contra a Covid-19. Em julho, uma situação idêntica foi usada para [sugerir que a vacina Coronavac, na época, em testes, seria uma "farsa"](#). Já em dezembro, circulou nas redes sociais uma foto que mostrava um senhor de idade supostamente [recebendo uma injeção sem levantar as mangas da camisa](#). Na legenda, era dito que isso "provava" que a vacinação contra Covid-19 no Picão Unido era uma "farsa". Os boatos foram desmentidos.

Fonte: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/01/27/verificamos-vacina-presidente-figueiredo/>. Acesso em: 27 jan. 2021.

Figura 8 – Captura de tela do site g1.globo/Fato ou fake



The screenshot shows a web browser displaying a G1 article. The URL in the address bar is g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/04/13/e-fake-que-stf-autorizou-abertura-de-campos-de-concentracao-para-pessoas-que-recusam-vacinacao-contr-covid-19-gh.html. The page header includes the G1 logo, a 'FATO OU FAKE' banner, and a search bar. The article title is 'É #FAKE que STF autorizou abertura de 'campos de concentração' para pessoas que recusam vacinação contra Covid-19'. The sub-headline reads: 'Mensagens falsas dizem que ação foi pedida pela PGR e direcionada ao governo do Paraná. Órgãos negam. Não há, nos registros do Supremo Tribunal Federal, ação com o número indicado nas mensagens. Trata-se de uma montagem.' The author is 'Por Thaís Matos, G1' and the date is '13/04/2021 16h21 · Atualizado há um ano'. The article text states: 'Circula nas redes sociais um print como se fosse de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que autoriza a criação de campos de concentração para pessoas que recusem se vacinar contra a Covid-19. Segundo a imagem, a ação foi requerida pela Procuradoria-Geral da União e direcionada ao governo do Paraná e à Assembleia Legislativa do estado. É #FAKE.' To the right of the text is a social media share icon and a thumbnail image with the text 'BLACK DAS BLACKS novembro inteiro, é no Magalu'. Below the article text is a large 'FAKE' heading. The body text explains: 'O print diz que o processo é uma Ação Direta de Constitucionalidade, de número 3.979. Essa categoria não existe. O que existem são: Ação Declaratória de Constitucionalidade ou Ação Direta de Inconstitucionalidade. A primeira categoria não tem registro com o número que consta das mensagens. Já a segunda categoria tem registro, mas **se trata de um processo de 2007, com origem em Minas Gerais.**' It continues: 'Além disso, **o próprio Supremo Tribunal Federal fez um desmentido em sua página oficial.** "O Supremo informa que a notícia é uma montagem grotesca, utilizando o padrão visual de seu sistema público de acompanhamento processual com o intuito de disseminar informações falsas."' The text then says: 'Segundo o print, a criação dos campos de concentração e do passaporte Covid ficam estabelecidos pela lei nº 153979, de 26 de março de 2021. Este número de lei, porém, **não existe na legislação federal** nem na **estadual do Paraná.**' Finally, it states: 'Procurado pelo **G1**, o governo do Paraná também nega ter recebido qualquer determinação com esse conteúdo. "Nada nesse post é verdadeiro", informa o governo, por meio de sua assessoria de imprensa.' At the bottom of the article is a quote box: 'STF autoriza construção de campos de concentração. Mas é pela saúde tá!'.

Fonte: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/04/13/e-fake-que-stf-autorizou-abertura-de-campos-de-concentracao-para-pessoas-que-recusam-vacinacao-contr-covid-19-gh.html>. Acesso em: 13 abr. 2021.

Consideramos, a partir das imagens, que do ponto de vista genérico trata-se de um texto de caráter noticioso, que apresenta em sua estrutura formal características do discurso jornalístico, conforme vimos anteriormente na cena englobante. Vale ressaltar nesse contexto que, da cena englobante do discurso jornalístico, fazem parte textos produzidos em cenas genéricas diversas, porém, no presente tópico, é a cena genérica específica na qual se enquadram os textos de verificação que se busca identificar e analisar. Desse modo, buscaremos, a partir da observação e análise desses textos, evidenciar qual a cena genérica instituída nos discursos de verificação. Dito isso, observamos que, o leitor desse tipo de texto vê-se diante de uma estrutura textual com título, subtítulo, lead, autor, data e horário, acompanhado de elementos multimodais, como disposição das letras, imagens, vídeos, hiperlinks, dentre outros. Assim sendo, a cena apresentada mobiliza uma série de estratégias, que por sua vez condicionam o comportamento e atitudes dos parceiros do discurso, despertando expectativas e antecipações diante dos enunciados apresentados. Note-se, nesse contexto, por exemplo, que o uso das palavras “falso” e “simulou” no discurso da Figura 7, de princípio, já sugerem ao leitor que o fato apresentado na manchete passou por um processo de investigação e verificação e que por esse motivo tal acontecimento é considerado inverídico. Do mesmo modo, a expressão “É#Fake, utilizada na Figura 8, pressupõe que a notícia considerada falsa é resultado de uma atividade de análise e comparação, realizada com base em critérios factuais que revele a verdade dos acontecimentos.

Com base nesses pressupostos, pudemos perceber que os enunciados dos textos de verificação analisados, de fato, mobilizam uma estrutura prototípica do jornalismo interpretativo. Esse tipo de jornalismo tem como finalidade levar o público a compreender o que de fato está consumindo enquanto informação, buscando apresentar-lhes os acontecimentos de forma globalizada. Evidencia-se, desse modo, que é nessa mesma direção que o trabalho de verificação se encaminha. Para tanto, o locutor desses discursos coloca-se na posição daquele que pretende realizar um estudo mais analítico e criterioso do conteúdo duvidoso para torná-lo mais esclarecedor ao leitor, a fim de que este possa ter a visão dos fatos em sua totalidade. É o que se pode observar, por exemplo, a partir do trecho extraído do texto de verificação do Projeto Comprova, intitulado *Vacina contra a Covid não tem efeito magnético*, publicado no site Comprova.

É falso que a vacina contra o coronavírus seja capaz de magnetizar a pele no local da aplicação, ao contrário do que alega uma idosa em um vídeo que viralizou no Facebook.

Em vários outros experimentos também publicados na internet, é possível ver que basta um pouco de umidade para que uma moeda, ímã ou qualquer objeto pequeno e leve fique grudado no braço de qualquer pessoa – tendo ela tomado ou não a vacina.

Segundo professores de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que responderam ao boato que circula online, o efeito de adesão, propiciado por forças intermoleculares, é o responsável pelo truque. O princípio científico define a tendência que superfícies e partículas formadas por moléculas diferentes têm de “grudar” uma na outra.

Além disso, o único metal presente na composição das vacinas – em dose baixíssima – é o hidróxido de alumínio, que não tem capacidade magnética nessa proporção.

O Instituto Butantan, responsável pela fabricação da Coronavac, também já desmentiu as alegações.

O Comprova entrou em contato com a mulher que aparece no vídeo e com a autora do post no Facebook, mas não teve retorno até a publicação desta verificação.

Fonte: <https://projetocomprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/vacina-contracovid-nao-tem-efeito-magnetico/>.

Note-se, com base nesse trecho, que a informação não é simplesmente dada, mas através do discurso do enunciador pretende apresentar-se de forma contextualizada, numa dimensão que privilegia a discussão e a análise mais detalhada dos fatos. Vê-se que há por parte do locutor, explicitado por meio do seu discurso, o desejo de mostrar ao seu enunciatário o acontecimento de forma integral e analisado. Para tanto, recorre à interpretação dos fatos, à análise comparativa e a vozes de autoridades científicas, para validar tal propósito. Acresça-se a isso, o aspecto investigativo nesse processo, explicitado na passagem em que diz: “O Comprova entrou em contato com a mulher que aparece no vídeo e com a autora do post no Facebook...”, observa-se que assim como ocorre no jornalismo interpretativo, há a intenção de se compreender as causas e as consequências desse acontecimento para interpretá-lo na sua integridade. Com base nisso, evidenciamos, portanto, que tais estratégias articuladas no interior dos discursos verificativos, denotam as especificidades do gênero reportagem, que de certo modo advêm desse tipo de jornalismo.

A reportagem é um gênero textual que apresenta como principal característica o detalhamento da informação, tendo por base a coleta de dados, opiniões, fatos históricos, fala de autoridades e documentos comprobatórios de um determinado tema. É um gênero híbrido que engloba vários outros gêneros, a fim de construir um texto mais completo e informativo. Do ponto de vista estrutural, esse gênero organiza-se com título, lead e corpo do texto. Essas características tornaram-se evidentes nos textos analisados desse corpus, conforme apontaremos a seguir.

Recorte 1: Médica engana ao dizer que vacinas contra covid são experimentais

Como verificamos?

Consultamos o painel de fármaco vigilância da Anvisa, chamado VigiMed, para ver os dados de efeitos adversos relacionados a vacinas. Como esta ferramenta não traz a conclusão dos técnicos sobre a relação (ou não) dos eventos com os imunizantes, entramos em contato com o órgão por e-mail para obter essa informação.

Os especialistas procurados para comentar sobre a segurança das vacinas atualmente em uso no Brasil foram Renato Kfoury, diretor da Sociedade Brasileira de Imunizações, e Denise Garrett, vice-presidente do Instituto Sabin de Vacinas. Eles deram informações sobre o uso de alumínio em imunizantes. Para este fim, Instituto Sabin de Vacinas. Eles deram informações sobre o uso de alumínio em imunizantes. Para este fim, também foram consultados os sites do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), dos Estados Unidos, e da Alzheimer's Society, do Reino Unido.

As informações sobre vacinados e infecções na Inglaterra foram obtidas por meio de consultas a reportagens da mídia local. As mesmas informações sobre Israel foram consultadas em duas checagens recentes do Comprova (esta e esta) que já haviam entrado em contato com o Ministério da Saúde de Israel. Foram verificados, ainda, dados oficiais de ambos os governos.

Solicitamos informações sobre vacinados e infectados ao Ministério da Saúde do Brasil e também acessamos publicações da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Entramos em contato com o Instituto Butantan, produtor no território nacional da Coronavac. Também consultamos o artigo do instituto com as informações sobre os estudos clínicos da vacina.

Por fim, a médica que fez as alegações foi procurada, mas não respondeu.

O Comprova fez esta verificação baseado em informações científicas e dados oficiais sobre o novo coronavírus ea covid-19 disponíveis no dia 24 de agosto de 2021.

Fonte: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/medica-engana-vacinas-experimentais/>.

A partir do excerto acima, retirado do texto de verificação intitulado *Médica engana ao dizer que vacinas contra covid são experimentais*, do Projeto Comprova, pode-se perceber que o trabalho de verificação, semelhante ao processo de produção de uma reportagem, se dá tendo por base apurações dos fatos, pesquisas, entrevistas, escuta, análises e comparações, explicitado, por exemplo, em construções linguísticas do tipo: “Consultamos o painel de fármaco,” “Os especialistas procurados” “Solicitamos informações” “Entramos em contato” e “O Comprova fez esta verificação baseado em informações científicas e dados oficiais”. Nota-se, desse modo, que os discursos sugerem haver um processo criterioso e analítico, fundamentado em documentos, dados científicos, falas de especialistas e comprovações na verificação das notícias falsas. Vê-se que o enunciador tenta descrever com mais detalhes por quais critérios ancorou-se para realizar a verificação dos fatos. Percebe-se, dessa forma, que há um trabalho investigativo e interpretativo na apuração desses acontecimentos, a fim de comprovar a sua veracidade.

Diante disso, consideramos importante para fins de pesquisa, adotarmos para esta análise, a perspectiva que trata o texto de verificação como pertencente ao jornalismo interpretativo, classificando assim o gênero do discurso como reportagem interpretativa, por percebemos que sua estrutura tanto em nível formal quanto em nível de textualidade, assemelha-se a esse gênero. De acordo com Machado (2021, p. 5), esse tipo de gênero “faz a interpretação e a análise dos factos e dos acontecimentos numa história”. É um gênero que apresenta caráter dialógico, em que o jornalista tem relação mais próxima com as fontes analisadas. Além disso, possibilita a interação entre outros gêneros em busca de interpretação para os fatos narrados. Desse modo, a reportagem interpretativa ocupa-se sobretudo mais da compreensão desses fatos. E esse fenômeno, conforme observado, ocorre “através da complementação de fatos que situem ou interpretem o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato” (MEDINA; LEANDRO, 1973, p. 25). Assim, consideramos que a cena genérica instituída pelo texto verificador, é aquela que se classifica como cena genérica reportagem interpretativa, por utilizar-se na sua produção discursiva, das mais diversas possibilidades de comprovação dos fatos, a fim de levar aos interlocutores a devida interpretação desses acontecimentos na sua completude.

Figura 9 – Captura de tela do site g1.globo/Fato ou fake



É #FAKE que bebê de 2 anos morreu após receber vacina da Pfizer durante teste

Mensagem falsa afirma que criança morreu em 3 de março. No entanto, testes só começaram no dia 24 de março. Pfizer afirma que estudos pediátricos da vacina não registraram nenhum evento adverso grave.

Por Roney Domingos, G1
10/05/2021 16h42 - Atualizado há um ano

FAKE

A mensagem falsa diz que a criança morreu no dia 3 de março e que a vacina foi aplicada em 25 de fevereiro. **No entanto, a Pfizer só começou a fazer os testes no dia 24 de março**, como foi amplamente divulgado.

Também está errada a informação que diz que os testes em andamento incluem mais de 10 mil crianças com idades entre 5 e 11 anos em um dos grupos e outras 10 mil crianças com até 6 meses de idade no outro. Na verdade, a Pfizer e a BioNTech planejam averiguar a segurança de sua vacina de duas doses em três dosagens diferentes - 10, 20 e 30 microgramas - em um teste de estágio inicial e intermediário com 144 participantes.

Mais tarde, elas pretendem passar para um teste de estágio avançado com 4.500 participantes no qual avaliarão a segurança, a tolerância e a reação imunológica gerada pela vacina, medindo os níveis de anticorpos nos participantes jovens.

A Pfizer diz, em nota, que os estudos pediátricos da vacina realizados com crianças entre 6 meses e 11 anos estão em andamento e não registraram nenhum evento adverso grave.

"Sobre a suposta morte de uma criança de dois anos com teste da vacina ComiRNAty da Pfizer/BioNTech, esclarecemos: os estudos pediátricos da vacina que estão sendo realizados com crianças entre 6 meses e 11 anos estão em andamento e não registraram nenhum evento adverso grave; a empresa não comenta outros estudos que não sejam públicos."

Circula pelas redes sociais uma mensagem que diz que um bebê de 2 anos de idade morreu durante os experimentos da vacina contra a Covid-19 da Pfizer em crianças. É #FAKE.



Fonte: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/05/10/e-fake-que-bebe-de-2-anos-morreu-apos-receber-vacina-da-pfizer-durante-teste.ghml/>. Acesso em: 10 maio 2021.

Conforme vemos na Figura 8, a estrutura formal do texto de verificação, apresenta a mesma estrutura composicional do gênero reportagem. Nele encontramos elementos como: a manchete ou título, subtítulo, lead e o corpo da notícia. A linguagem de forma clara e contextualizada, pretende esclarecer o que parece estar oculto ou manipulado na informação verificada. A cena genérica reportagem interpretativa é instituída a partir da organização formal e textual. Assim, encontramos a recorrência de verbos na 3ª pessoa do pretérito perfeito do indicativo, por tratar-se de informações que foram publicadas recentemente, mas já passadas. O uso dos verbos declarativos/dicendi na 3ª pessoa nessa cena, também se faz recorrente e serve para mobilizar vozes de autoridades, que de certo modo, dão autenticidade e validação aos argumentos propostos no desenvolvimento do discurso.

Nesse contexto, deve-se observar ainda em conformidade com Maingueneau (2015, p. 120-121), as especificidades inerentes a esse tipo gênero do discurso. Vê-se, portanto, que a cena genérica reportagem interpretativa instituída nos textos de verificação, como todo gênero discursivo, também apresenta suas especificidades e objetivos, tais quais: finalidade, papéis entre os parceiros, lugar, temporalidade, composição e recursos linguísticos, conforme veremos.

Sobre a finalidade, deve-se levar em consideração, em primeiro lugar, a dimensão interpretativa do gênero reportagem interpretativa. Desse modo, o enunciador, por meio do seu discurso, apresenta como principal finalidade mostrar se a informação que está sendo veiculada nas mídias digitais com intensa propagação é verdadeira ou falsa, de modo que venha a

apresentar a seus interlocutores o fato de forma mais completa e contextualizada, para que este obtenha o conhecimento do acontecimento na sua amplitude. Em outras palavras, o texto de verificação enquanto reportagem interpretativa, permite sublinhar a finalidade de, através de um estudo mais aprofundado, esclarecer a verdade dos fatos, com recursos de análise e comparação entre os conteúdos noticiosos, a fim de comprovar que se trata de um conteúdo enganoso, para desse modo mostrar aos seus interlocutores o fato de forma mais globalizada.

Assim, expressões como “É fake”, “O fato ou fake desmentiu...”, “Verificamos”, “A informação analisada pela Lupa”, “A Lupa entrou em contato”, “Ao buscar por ocorridos...descobrimos que...”, “Pesquisamos sobre...”, “Buscamos matérias publicadas...”, “Conversamos com o...”, “Procuramos ainda a...”, “Baseado em informações científicas e dados oficiais...”, evidenciadas nos discursos de verificação apontam para a finalidade de investigação mais detalhada dos conteúdos em análise. Não se trata simplesmente de dizer que uma informação é falsa ou não, mas de, semelhante à reportagem interpretativa, realizar um trabalho de apuração dos fatos, com pesquisas, análises, comparações, entrevistas com especialistas, leituras e releituras dos fatos. Destaque-se, desse modo que, a partir das construções discursivas apresentadas, revela-se a busca ostensiva por comprovação da falsificação de tais fatos, desvelando de antemão a finalidade proposta pela cena enunciativa proposta, que é de desmentir, esclarecer, informar, comprovar, mostrar a veracidade desses fatos. Essa atribuição de finalidades dada a uma determinada atividade pelo locutor do discurso, serve, de acordo com Maingueneau (2015), para regular suas estratégias de produção e interpretação dos enunciados. Assim, a partir da evidência dessa finalidade, produz-se um contrato de relação entre os parceiros do discurso, onde papéis são articulados e desempenhados na interação enunciativa, a fim de que a interpretação de fato se estabeleça.

Sob essa perspectiva, pode-se perceber que o enunciador se institui no papel de jornalista, como aquele que detém a informação e o esclarecimento dos fatos. Coloca-se como porta-voz de uma instituição que prima pela veracidade e autenticidade dos fatos. Há um comportamento discursivo que constrói uma imagem de seriedade, impessoalidade e tom jornalístico, que trazem implícitas características de um sujeito que imprime respeito e responsabilidade no ato discursivo. Ao voltar-se para o seu destinatário, o enunciador coloca-se numa posição de mediador, que direciona o olhar do leitor para conhecer melhor os fatos. Isso inscrito em marcas de expressões que determinam comandos, direcionamentos e pedidos, como “Confira a seguir”, “Leia o texto a seguir”, “Confira”, “Basta olhar para a publicação...”, que aparecem com frequência na cena enunciativa dos textos de verificação. Esse comportamento discursivo apresenta ainda a relação existente entre enunciador e enunciatário,

em que um se coloca numa posição de autoridade, de sabedor das informações, enquanto o outro é inscrito como um sujeito que necessita conhecer a veracidade dos fatos. Cabe ao enunciatário portanto, colocar-se no seu papel de ouvinte ou leitor, e conformar-se à situação de não informado e obedecer aos comandos que lhes são direcionados, pois, conforme elucida Maingueneau (2015, p. 121), a cada um desses papéis são atribuídos direitos e deveres, assim como também competências específicas. Desse modo, como num movimento de troca enunciativa, a fala se direciona de um papel a outro, desvelando comportamentos e atitudes dos sujeitos durante a enunciação.

Quanto ao lugar, no caso da cena genérica reportagem interpretativa do discurso de verificação, o lugar do qual a enunciação pretende surgir é daquele ocupado por um enunciador que busca desmentir fatos que foram noticiados como verdadeiros, mas que na realidade o sujeito do discurso considera falso. Nisso, esse sujeito se insere num espaço histórico-social marcado pela desinformação, conforme verificamos em passagens como: “Verificamos..”, “A informação analisada pela Lupa é falsa..”, “O vídeo foi editado..”, “É fake que morte de médico..”, “Publicação enganosa não esclarece...”, note-se que há um enunciador que parte de um contexto marcado pela desinformação, e que, no seu lugar de fala apresenta a preocupação de esclarecer os fatos duvidosos. À medida que esse discurso desenvolve-se, observa-se que o tom de fala do elocutor deixa transparecer cada vez mais o lugar de onde se posiciona enquanto sujeito interpelado por esses acontecimentos. É um sujeito preocupado com a situação de desinformação e que demonstra necessidade em desmentir as informações falsas. O tom de fala apresenta ainda seriedade e firmeza no posicionamento desse enunciador, contribuindo desse modo para a promoção da validade e credibilidade dos resultados obtidos naquela verificação. Assim, consideramos que esse modo de dizer, além de evidenciar o lugar de onde surge a enunciação, ainda deixa transparecer a impressão de estarem “acima” de qualquer possível questionamento, tornando-se referências quase inquestionáveis, a ponto de todos tê-los realmente como fonte de verdade.

Quanto à temporalidade, a enunciação se inscreve num período de curta duração, num espaço de tempo que perdura no período em que há a disseminação da notícia considerada falsificada e sua devida verificação. Consideramos, portanto, que sua validade é temporária, existindo apenas enquanto há o interesse do público em conhecer a totalidade dos fatos e verificar que se trata de um fato manipulado ou falsificado. O texto de verificação, por sua finalidade, se inscreve desse modo num tempo efêmero e de curta estabilidade.

No que se refere à composição, os textos de verificação analisados apresentam um plano de texto característico dos textos jornalísticos, em especial da estrutura formal da reportagem.

Assim, apresentam em sua estrutura formal: título, subtítulo, chamada inicial, apresentação da notícia falsa, etiquetas e corpo da notícia, conforme vimos anteriormente. Essa estrutura é evidenciada nos três sites em análise: Agência Lupa, Fato ou fake e Comprova. A distinção entre tamanho, formato e disposição das letras dão a impressão de que se trata de um texto comunicativo e informacional, por permitir ao leitor uma visualização padrão do texto jornalístico. O interlocutor, a princípio, se depara com um texto em formato de notícia, que será desenvolvido no decorrer da cenografia instaurada. Ao conhecer essa estrutura composicional do texto verificador, o enunciatário já tem uma noção da enunciação a ser desenvolvida, o que facilitará a sua interpretação sobre o discurso a ser enunciado, pois, segundo Maingueneau (2015, p. 122), dominar um gênero do discurso é uma atividade que se faz necessária para que os sujeitos tenham uma consciência mais ou menos clara de suas partes e encadeamentos. A composição dos textos de verificação, assim, contribui para o sucesso da interpretação dos discursos enunciados.

Ainda na construção da cena genérica em estudo, vale destacar o uso específico dos recursos linguísticos na constituição do quadro cênico. Sobre isso Maingueneau (2015, p. 122) elucida que todo locutor encontra à sua disposição um aparato mais ou menos extenso de recursos linguísticos para selecionar e escolher no momento da enunciação, e que cada gênero carrega em si restrições na matéria. Assim, para a construção de sentidos dos enunciados de verificação, evidencia-se uma série de estratégias enunciativas utilizadas nos discursos. A princípio, evidenciamos o uso de etiquetas a exemplo de “#Verificamos”, “É #fake”, “Falso”, “É verdadeiro”, “#boato”, com letras de formato e tamanho diferentes, que se distinguem do restante do texto, como forma de chamar a atenção dos leitores para o que será enunciado. O tom do discurso nessas expressões transmite a ideia de certeza, de problema solucionado, de que os fatos foram devidamente analisados e chegou-se a uma conclusão. Logo, o enunciatário, ao deparar-se com essa construção lexical, ativa hipóteses e expectativas sobre o conteúdo analisado, despertando o interesse para a leitura e interpretação do texto.

Um outro fator preponderante enquanto recurso linguístico nesse tipo de texto, é a construção das formas verbais. Evidenciamos que o sujeito do discurso optou por utilizar com maior recorrência nos enunciados, verbos na 3ª pessoa do singular e/ou do plural. É uma estratégia comumente utilizada em textos jornalísticos para criar a ilusão de impessoalidade diante dos fatos narrados. O enunciador dos textos de verificação, de certo modo, tenta demonstrar certo distanciamento e impessoalidade diante dos fatos como forma de manter o ethos jornalístico do enunciado, apesar de no decorrer da encenação, tornar-se perceptível sua posição enquanto sujeito histórico e social. Disso decorre ainda, através da construção verbal

em 3ª pessoa, o surgimento de outras vozes no discurso. São vozes de autoridades, de instituições e especialistas sobre determinados assuntos, que legitimam os argumentos que tentam comprovar que aquela notícia de fato não é verdadeira. Assim, encontramos expressões como “A instituição afirma”, “A autoridade suíça diz”, “A pesquisa científica que apontou”, a assessoria de imprensa afirmou que”, como forma de validar e dar consistência aos enunciados que se propõem a desmentir as notícias falsas. Essa é uma estratégia bem característica do gênero reportagem, que se qualifica como uma forma de aprofundar-se no conteúdo, dar saliência a outras vozes e comparar posicionamentos distintos. Vale ressaltar, nesse contexto, que para a seleção dessas vozes também há critérios e objetivos, não se trata de qualquer voz a ser ouvida, mas daquelas que se fazem pertinentes à discussão e que contribuem para validar o discurso enunciado. Ademais, a estratégia pela busca por outras vozes, além de ratificar a argumentação nos discursos, possibilita ainda que a relação entre enunciador e enunciatário se estabeleça ancorada na confiança e na credibilidade no que está sendo enunciado, além de se evidenciar um certo direcionamento alcançado pela seleção das vozes.

No esteio dessa questão, evidenciamos ainda, como estratégia de esclarecimento nos textos de verificação, o uso de links. Como estratégia do meio digital, o link possibilita que o usuário tenha acesso a outro tipo de texto contido no próprio texto, a fim de que assuma uma atitude mais ativa, sendo capaz de selecionar as informações que preferir.

Figura 10 – Captura de tela do site Lupa.uol

A informação analisada pela **Lupa** é falsa. O vídeo foi editado, e mostra só um trecho do procedimento. Cópias completas dessa gravação mostram que, primeiro, a paciente recebe a vacina. É possível ver, no vídeo, a agulha entrando na pele e o êmbolo sendo pressionado pelo enfermeiro. Logo depois, a cena é repetida. Como o espaço em que a enfermeira foi vacinada era pequeno e restrito, alguns veículos de comunicação pediram para que houvesse uma simulação para fins de registros fotográficos. O trecho que está circulando nas redes sociais mostra apenas este momento.

A primeira pessoa a receber a vacina da Covid-19 no município de Presidente Figueiredo (AM) foi a enfermeira Aline Moura, em 19 de janeiro. Em sua conta no Instagram, a profissional [publicou o vídeo completo](#), no qual é possível perceber que, de fato, a aplicação da vacina ocorreu. “Pra quem anda falando besteiras, tá aqui! Sou uma profissional de respeito, não brinco com coisa séria”, escreveu a enfermeira no post. O fato chegou a ser noticiado em diversos veículos locais (confira [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)).

O jornalista Bosco Cordeiro, do [Portal do Urubui](#), esteve no local e confirmou, por telefone, que os próprios fotógrafos solicitaram que a aplicação fosse simulada para fins de registro. [Também por mensagem](#), a enfermeira Aline Moura confirmou que foi um pedido da imprensa para repetir a cena.

Não é a primeira vez que a **Lupa** verifica fotos e vídeos de aplicação de vacinas retirados de contexto para divulgar teorias da conspiração sobre imunizantes contra a Covid-19. Em julho, uma situação idêntica foi usada para [sugerir que a vacina Coronavac, na época, em testes, seria uma “farsa”](#). Já em dezembro, circulou nas redes sociais uma foto que mostrava um senhor de idade supostamente [recebendo uma injeção sem levantar as mangas da camisa](#). Na legenda, era dito que isso “provava” que a vacinação contra Covid-19 no Reino Unido era uma “farsa”. Os boatos foram desmentidos.

Nota: esta reportagem faz parte do [projeto de verificação de notícias](#) no Facebook. Dúvidas sobre o projeto? Entre em contato direto com o [Facebook](#).

Fonte: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/01/27/verificamos-vacina-presidente-figueiredo/>. Acesso em: 2 jan. 2021.

Vê-se que a figura acima mostra que a cena genérica reportagem é instituída a partir da descrição do processo de análise e investigação do fato que fora noticiado e causara dúvidas. Nisso, entremeando o texto, nota-se o destaque de algumas expressões ou construções oracionais, que se caracterizam como hiperlinks, possibilitando ao leitor a busca por mais informações e esclarecimentos.

Para o texto de verificação, esse tipo de recurso consiste em esclarecer melhor os fatos, acrescentar informações e ratificar a ideia de veracidade desses fatos. O leitor tem em suas mãos a possibilidade de ampliar seus conhecimentos sobre determinado acontecimento e confirmar ideias. Além do mais, pode-se considerar ainda como sendo mais um aspecto investigativo da cena genérica reportagem interpretativa, a fim de estabelecer relações entre os enunciados, possibilitando ao enunciatário a devida interpretação de tais fatos.

Em síntese, com base nas categorias do gênero apresentadas por Maingueneau (2015), a cena genérica reportagem interpretativa instituída nos textos de verificação, pode ser caracterizada da seguinte forma:

Quadro 3 – Características do gênero reportagem interpretativa dos textos de verificação

CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO	CENA GENÉRICA REPORTAGEM INTERPRETATIVA DOS TEXTOS DE VERIFICAÇÃO
Finalidade	Esclarecer a verdade dos fatos, com recursos de análise e comparação entre os conteúdos noticiosos. Assim, expressões como “É fake”, “O fato ou fake desmentiu...”, “Verificamos”, “A informação analisada pela Lupa”, “A Lupa entrou em contato”, “Ao buscar por ocorridos...descobrimos que...”, “Pesquisamos sobre...”, “Buscamos matérias publicadas...”, “Conversamos com o...”, “Procuramos ainda a...”, “Baseado em informações científicas e dados oficiais...”, evidenciadas nos discursos de verificação apontam para a finalidade de investigação mais detalhada dos conteúdos em análise.
Papéis para os parceiros	O papel atribuído ao interlocutor é aquele definido como alguém que por encontrar-se desinformado, busca por informações verídicas dos conteúdos que causam desconfiança, evidenciado nas expressões do tipo “Como verificamos?”, ou “Confira o trabalho de verificação” nos enunciados de verificação. O enunciatário se institui no papel de jornalista, como aquele que buscou investigar uma determinada situação e o esclarecimento dos fatos.

CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO	CENA GENÉRICA REPORTAGEM INTERPRETATIVA DOS TEXTOS DE VERIFICAÇÃO
Lugar apropriado	O lugar é aquele ocupado por um enunciador que busca desmentir fatos que foram noticiados como verdadeiros. Nisso, esse sujeito se insere num espaço histórico-social marcado pela desinformação, conforme verifica-se em passagens como: “Verificamos..”, “A informação analisada pela Lupa é falsa..”, “O vídeo foi editado...”, “É fake que morte de médico...”, “Publicação enganosa não esclarece...”.
Modo de inscrição na temporalidade	A enunciação se inscreve num período de curta duração, num espaço de tempo que perdura no período em que há a disseminação da notícia considerada falsificada e sua devida verificação.
Suporte	Sites de verificação (Web)
Composição	Apresenta um plano de texto característico dos textos jornalísticos, com estrutura formal composta por: título, subtítulo, chamada inicial, apresentação da notícia falsa, etiquetas e corpo da notícia. Além disso, existe uma estrutura de apresentar a mentira e depois comprovar que a informação é (parcialmente) falsa.
Recursos linguísticos	• Uso de etiquetas, a exemplo de “#Verificamos”, “É #fake”, “Falso”, “É verdadeiro”, #boato; • Verbos na 3ª pessoa do singular e/ou do plural, denotando imparcialidade nos discursos; • Recorrência ao uso de expressões como: “A instituição afirma”, “A autoridade suíça diz”, “A pesquisa científica” apontando para o discurso de autoridades, de instituições e especialistas como forma de validar os fatos; • O uso de hiperlinks no interior do texto; • Construções linguísticas do tipo: “Consultamos o painel de fármaco,” “Os especialistas procurados,” “Solicitamos informações” e “fez esta verificação baseado em informações científicas e dados oficiais” dando aspecto de coleta de dados, investigação, análise e relação entre dados, característicos do gênero reportagem.

Mediante isso, percebe-se que a cena genérica reportagem interpretativa dos textos de verificação, apresenta todas as características associadas ao gênero, conforme as categorias de análise do gênero determinadas por Maingueneau (2015) em seus trabalhos. Nisso, o gênero cumpre o papel a que se destina no decorrer da enunciação, que é o de analisar se uma notícia é considerada verdadeira ou falsa, com base em princípios investigativos e analíticos, a fim de levar aos seus enunciatários a interpretação dos fatos de forma integrada. Para tanto, os discursos se complementam e, como num movimento que vai de um sujeito ao outro, produzem sentidos e instituem uma encenação, denominada pelo autor de Cenografia. É a partir dessa fala encenada, portanto, que os sujeitos organizam a situação de enunciação propriamente dita daquilo que pretendem enunciar.

4.3 CENOGRAFIA

A cenografia não é imposta nem pelo tipo textual, nem pelo gênero de discurso, mas é instituída pelo próprio discurso. Assim, o discurso ao desenvolver-se a partir de sua cenografia, pretende convencer instituindo a cena de enunciação adequada no intuito de legitimá-lo. Ela é ao mesmo tempo a origem e o produto do discurso, legitima um enunciado e ao mesmo tempo precisa desse enunciado para legitimá-la e estabelecer a cenografia necessária para cada situação (MAINGUENEAU, 2008, p. 70). Com base nesses pressupostos, nos deteremos à análise da cenografia construída nos textos de verificação, especificamente os que foram selecionados para o corpus desta pesquisa.

Assim, evidenciamos que a princípio, a cenografia estabelecida nos textos de verificação pretende seguir a cenografia prototípica das notícias formalmente conhecidas, com a narração e a descrição dos fatos, porém, à medida que se desenvolve, o enunciado assume a cenografia da reportagem interpretativa, com um viés mais investigativo, argumentativo e com profundidade, distinguindo-se da notícia que apresenta como principal propósito a função de relatar um acontecimento.

Dessa forma, a cenografia construída nos textos de verificação projeta o simulacro de um discurso jornalístico, com aspectos que se identificam com as características de um jornal impresso, que veicula notícias diariamente de forma emergencial e atraente. Desse modo, o interlocutor, ao entrar em contato com dada cenografia, logo é interpelado de forma impactante, com uma chamada que desperta o interesse para o conhecimento da notícia. Expressões do tipo “É FAKE” e “Verificamos” conduzem o leitor a busca de mais informações sobre o que de fato

não é verídico, o que de fato não condiz com a verdade. Nesta cena, o interlocutor é direcionado ao motivo pelo qual aquela notícia foi verificada e comprovada que é falsa. A forma assertiva com que o enunciado é produzido demonstra a figura de um enunciador consciente e confiante daquilo que está falando, capaz de comprovar agora a verdade. Por outro lado, temos subentendida a figura de um coenunciador que precisa urgentemente tomar conhecimento dessa verdade. A manchete, assim com seu título e subtítulo, sumariza e ratifica o conteúdo a ser analisado e incute no interlocutor a necessidade de junto ao enunciador verificar o quanto aquele acontecimento é comprovadamente falsificado.

Observa-se que em um dos subtítulos, o enunciador, além de reforçar que a publicação é enganosa, deixa transparecer a ideia de que só agora é que a notícia irá esclarecer os fatos, pois a notícia falsa “não esclarece” devidamente o que deve ser anunciado. Evidencia-se que para isso o locutor busca amparo em conhecimento científico, destacando a presença do interdiscurso em seu enunciado, como “a imunidade só é alcançada plenamente após a segunda dose” e “ele já podia estar com a doença”. São discursos científicos ou empíricos já-ditos, que fazem parte da memória discursiva dos sujeitos e que são tidos como novos.

A cenografia da notícia segue, apresentando uma organização discursiva que sugere ser o lead, o primeiro parágrafo da notícia, no qual destaca-se a importância do enunciador em situar o interlocutor sobre o conteúdo a ser verificado, deixando claro a que se refere, quem são os participantes, quando os fatos acontecem e onde circularam aquelas notícias consideradas por ele, o enunciador, como falsas. Aqui reafirma-se a figura de locutor desconfiado do conteúdo a ser verificado, revelado nas seguintes expressões “circula pelas redes sociais uma mensagem que diz”, “circula nas redes sociais um vídeo que diz” e “segundo o vídeo”, reforçadas pela expressão no final do enunciado “É#FAKE”, são expressões que revelam a descrença de um sujeito que não vê credibilidade no conteúdo propagado e transmite isso ao seu interlocutor, como forma de fazê-lo aderir ao mesmo ponto de vista. Isso porque, de acordo com Maingueneau (2015), todo discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende de fato suscitar a adesão dos destinatários, e para isso, instaura uma cenografia que o legitima.

Figura 11 – Captura de tela do site g1.globo/Fato ou fake



Fonte: verificação de *fake news* sobre a morte do médico após a primeira dose da vacina. Fonte: Portal de notícias G1.

Na notícia verificada pelo site Fato ou Fake, que tenta mostrar que a morte do médico não se deu por conta da primeira dose da vacina, temos um discurso que busca a todo custo provar a eficácia da vacina. Para isso, o enunciador recorre a vozes outras, de especialistas e instituições reconhecidas sobre o assunto, para legitimar seu ponto de vista. O enunciador reconhece que o médico teria morrido realmente de Covid-19, “mas ele tinha tomado apenas a primeira dose da vacina”. Essa fala interpela o coenunciador, tentando mostrar que a culpa não

foi da vacina, pois a pessoa só adquire imunidade após tomar a segunda dose.

Ainda no intuito de legitimar esse discurso, o enunciador usa o discurso de um médico, autoridade no assunto, que diz que “para a vacina Coronavac são necessárias duas doses para promover sua defesa satisfatória”, desse modo reafirma a estratégia de convencimento, de mostrar que a vítima não morreu por causa da vacina. Subentende-se a partir daí a proposta desse enunciador de esclarecer o outro de que as vacinas não causam mortes e que devemos tomá-la sem medo. A cenografia se instaura, portanto, a partir da voz outra que evidencia de certa forma a eficácia da ciência, e posteriormente da vacina Coronavac. Note-se, desse modo, que há no discurso o desejo de apresentar a veracidade, deixando transparecer nesse modo de dizer, a posição de um sujeito ideológico, que é o tempo todo interpelado por questões sociais e históricas.

Assim, a cenografia se constrói a partir de várias cenas validadas. A fala médica por exemplo, institui um conhecimento culturalmente reconhecido pelos sujeitos de que os médicos detêm os saberes voltados à medicina, no que implica dizer que é seguro acreditar em sua fala, porque eles não erram. Quando se trata de imunidade e anticorpos, faz lembrar o conhecimento consolidado e comprovado cientificamente, de defesa no organismo. Do mesmo modo, quando se refere ao termo bula, há o reconhecimento de que há informações precisas ao paciente, por conta disso, deve-se confiar. O interlocutor é interpelado por várias cenas que suscitam conhecimentos e discursos já validados na sociedade, e, portanto, registrados na memória discursiva. São essas cenas que possibilitam que a cenografia de fato cumpra seu papel, no caso dos textos de verificação, o de avaliar se determinada informação é verdadeira ou falsa.

À medida que se desenvolve, percebe-se que a cenografia da notícia vai cedendo espaço à cenografia da reportagem, em que os discursos revelam a figura de um locutor que assume o papel de repórter, num tom investigativo e analítico. Assim, como num trabalho de reportagem, entra em cena a investigação, a comparação, a análise dos fatos, a tentativa de comprovação e a conclusão de que se chegou diante dessas apurações, através dos discursos entremeados no texto, de outros sujeitos.

Para a vacina Conoravac são necessárias duas doses para proporcionar uma defesa satisfatória, e o dr. Fernando Ramalho recebeu apenas uma, não tendo o tempo para desenvolver anticorpos e defesa celular contra a presença do vírus. Também é importante relatar que o paciente pode contrair o vírus e só apresentar sintomas até 14 dias depois do contágio. Logo, o paciente pode ter sido vitimado pela infecção até duas semanas antes, bem no período que recebeu a vacina. Portanto, o adoecimento não representa falta de eficácia nem mesmo representa adoecimento por ter recebido a vacina (Site G1, 2021).

Note-se nessa cena que o discurso pretende comprovar através de estudos científicos, que a morte do referido médico não tem relação direta com a vacina, pois o paciente teria tomado apenas uma dose e não teria dado tempo suficiente para produzir anticorpos, conforme estudos. Para aqueles que pretendem conhecer a realidade dos fatos, essa fala se faz necessária na enunciação, pois as dúvidas em relação à ineficácia da vacina podem ser erradicadas, e ainda contribui para que o leitor construa sua interpretação sobre o fato verificado. Esse é um dos aspectos da reportagem interpretativa, apresentar os detalhes dos acontecimentos para que seus leitores mobilizem suas estratégias de compreensão sobre o assunto noticiado. Desse modo, a cenografia apresentada produz um efeito de texto jornalístico com tom mais investigativo, com o propósito de desmontar ou desmentir uma dada versão circulante dos acontecimentos.

Figura 12 – Captura de tela do site Lupa.uol

lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/06/01/verificamos-virologista-einstein

Lupa **JORNALISMO** Seja membro Entrar

VERIFICAÇÃO

ÁUDIO DE FALSO VIROLOGISTA DO EINSTEIN TRAZ INFORMAÇÕES ERRADAS SOBRE VACINAS

01.06.2021 - 15h48 Bruno Nemura Rio de Janeiro - RJ

Circula pelo WhatsApp um áudio no qual um suposto virologista chamado Roberto Klaus, que seria vinculado ao Hospital Albert Einstein, diz que as vacinas desenvolvidas contra a Covid-19 são experimentais e não têm segurança comprovada. Além disso, o suposto virologista alerta que os imunizantes não foram testados em idosos e que podem alterar o DNA de quem recebê-los. A assessoria do hospital afirmou que o suposto virologista não faz parte do corpo clínico da instituição. Por **WhatsApp**, leitores da **Lupa** sugeriram que esse conteúdo fosse analisado. Confira a seguir o trabalho de verificação:

"A segurança [da Coronavac] não dá nem pra gente ter ideia, porque depende da variável tempo. Quem está tomando vacina agora faz parte de ser um voluntário, porque nós vamos avaliar os efeitos colaterais a longo prazo. [...] Essas vacinas são experimentais. Pode dar certo, como pode não dar certo"

Trecho de áudio atribuído a médico que circula em grupos de WhatsApp

FALSO

A informação analisada pela **Lupa** é falsa. Todos os imunizantes contra a Covid-19 aprovados no Brasil, incluindo a Coronavac, foram testados em milhares de voluntários e **posteriormente aprovados após análise técnica** da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

"Os testes de fase 1, 2 e 3 demonstraram que são vacinas seguras, imunogênicas — ou seja, promovem resposta imune contra o coronavírus —, e apresentam a eficácia mínima recomendada pela OMS [Organização Mundial da Saúde] para aprovação", explica o epidemiologista e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Guilherme Werneck.

De acordo com Werneck, o uso do termo "experimental" é completamente inadequado e não tem base científica. "Seriam experimentais se as vacinas não tivessem sido aprovadas em protocolos de ensaios clínicos que respeitam aquilo que é feito para o uso em populações. Elas cumpriram os requisitos. Essa é uma ideia que só contribui para diminuir a adesão das pessoas à imunização", critica o epidemiologista.

Werneck ressalta que os imunizantes continuam sendo avaliados, mesmo após a aprovação para uso, na fase 4 de testes. Nessa etapa, a utilização das vacinas é acompanhada para **gerar detalhes adicionais sobre a segurança e a eficácia do produto**, além de detectar efeitos colaterais previamente desconhecidos. "Os estudos estão mostrando, na prática, o quanto essas vacinas são efetivas", avalia.

"E o pior de tudo, ela [Coronavac] não foi avaliada nem em jovens abaixo de 18 anos, nem acima de 59 anos. [...] Na bula da vacina Coronavac, na bula da própria empresa Sinovac, laboratório chinês, tá escrito lá que ela não foi testada em pessoas acima de 59 anos"

Trecho de áudio atribuído a médico que circula em grupos de WhatsApp

FALSO

A informação analisada pela **Lupa** é falsa. Não está escrito na bula da Coronavac, que a vacina não foi testada em pessoas acima de 59 anos. De acordo com o **relatório técnico entregue à Anvisa**, 362 pessoas com 60 anos ou mais participaram dos testes da vacina conduzidos pelo Instituto Butantan. Deles, 166 tomaram o imunizante e outros 176 receberam placebo. São, no entanto, minoria em comparação ao número de voluntários entre 18 e 59 anos (8.861 pessoas).

Na última semana, um estudo preliminar de pesquisadores brasileiros e estrangeiros apontou que a efetividade da Coronavac entre idosos varia entre 61,8% (70 a 74 anos) a 28% (pessoas acima de 80 anos). Essa diminuição da proteção é comum em qualquer tipo de vacina, já que o sistema imunológico se deteriora à medida que a pessoa envelhece.

No entanto, especialistas já esperavam que os testes da Coronavac demonstrassem que o imunizante é seguro, inclusive entre idosos, porque sua tecnologia de vírus inativado é tradicional e utilizada na vacina da gripe, por exemplo. "É uma técnica antiga, bem testada. O Brasil, inclusive, tem muita experiência na produção de vacinas desse tipo", explica Werneck.

"Nenhuma vacina no mundo até hoje foi lançada em 4 meses como foram essas testadas em 4 meses em voluntários. A vacina mais rápida do mundo foi a da caxumba — 4 anos demorou pra ser lançada. A maioria das vacinas são 15 anos."

Trecho de áudio atribuído a médico que circula em grupos de WhatsApp

VERDADEIRO, MAS...

A informação analisada pela **Lupa** é verdadeira, mas não pode ser utilizada para descredibilizar os imunizantes produzidos contra o coronavírus. De fato, até 2020, a vacina que levou menos tempo para ser desenvolvida era a da caxumba, aprovada em 1967. A nova recordista, a da Pfizer/BioNTech contra a Covid-19, levou apenas 10 meses.

Fonte: Verificação de *fake news* sobre áudio falso com informações erradas sobre vacinas. Fonte: Folha de S. Paulo.

No texto verificado pela Agência Lupa, que trata de desmentir a notícia falsa de um áudio de um falso virologista do Hospital Albert Einstein que traz informações erradas sobre vacinas, o interlocutor logo de início é interpelado pela estrutura formal da notícia. O título em destaque, com letras de cor preta, em tamanho que diferencia das outras, chama a atenção do leitor para o que será enunciado. O uso das palavras “falso” e “erradas” atribui ao texto a ideia de distorção da informação. O interlocutor já sabe que o assunto do texto tratará de uma notícia falsa sobre vacinas. A partir de então, mobiliza estratégias de leitura e compreensão diante do texto, bem como modera seu comportamento enquanto parceiro da interação.

Diante disso, a cenografia se instaura a partir de uma breve apresentação da notícia verificada pelo site, na qual destaca que “Circula pelo WhatsApp um áudio no qual um suposto virologista ..., que seria vinculado ao Hospital Albert Einstein...”. Vê-se nesse discurso a pretensão de mostrar que uma informação produzida por um suposto profissional está circulando na sociedade. A referência dada ao profissional remete à ideia de que não se pode confiar nessa informação, pois fora produzida por alguém que violou os princípios da ética e da boa conduta. Mediante isso, o leitor é convocado através do discurso, a conferir o trabalho de verificação realizado sobre esse acontecimento. Pode-se considerar com base nisso, que há por parte do locutor, uma tentativa de aproximação com o seu interlocutor, como se o convocasse para verificar mais de perto como se deu o processo de verificação. Uma relação de confiabilidade se faz necessária entre os parceiros do discurso nesse momento, para que o processo de interação e construção de sentidos se estabeleça com sucesso. Há uma busca pela verdade dos fatos, fatos esses que foram distorcidos ou produzidos para enganar os sujeitos. Os discursos de verificação, nesse sentido, buscam a todo custo reverter essa situação por meio da mobilização de uma série de estratégias para alcançar o objetivo de esclarecer a realidade dos acontecimentos.

Assim, a cenografia desenvolve-se a partir da cena que apresenta a transcrição da fala do suposto médico que produz a desinformação sobre a vacina. Parte-se do princípio de que o leitor precisa inteirar-se da situação, a fim de que possa compreender o propósito comunicativo da verificação. A cenografia, assim, é construída por meio da movimentação de várias cenas. Ora entra em cena o discurso de desinformação, ora o discurso verificador. O leitor transita entre um discurso e outro, na tentativa de construir sua interpretação dos fatos. A cada encenação, os discursos sugerem um trabalho criterioso de pesquisas, análises, entrevistas, busca de dados, contrastes, diálogos, comparações e comparações entre fatos. A cenografia se configura como aquela representativa da reportagem interpretativa, como forma de aprofundamento dos acontecimentos para se chegar a uma conclusão. O leitor vê-se confrontado com uma série de discursos que buscam legitimar a cenografia em pauta. Vejamos alguns trechos:

- “De acordo com Werneck, o uso do termo ‘experimental’ é completamente inadequado e não tem base científica. ‘Seriam experimentais se as vacinas não tivessem sido aprovadas em protocolos de ensaios clínicos que respeitam aquilo que é feito para o uso em populações. Elas cumpriram os requisitos. Essa é uma ideia que só contribui para diminuir a adesão das pessoas à imunização’, critica o epidemiologista”.
- “Na última semana, um estudo preliminar de pesquisadores brasileiros e estrangeiros apontou que a efetividade da Coronavac entre idosos varia entre 61,8% (70 a 74 anos) a 28% (pessoas acima de 80 anos). Essa diminuição da proteção é comum em qualquer tipo de vacina, já que o sistema imunológico se deteriora à medida que a pessoa envelhece”.
- “De acordo com o relatório técnico entregue à Anvisa, 362 pessoas com 60 anos ou mais participaram dos testes da vacina conduzidos pelo Instituto Butantan. Deles, 186 tomaram o imunizante e outros 176 receberam placebo. São, no entanto, minoria em comparação ao número de voluntários entre 18 e 59 anos (8.861 pessoas)”.
- “Os estudos de fase 3 poderiam ser, mas não foram prolongados como ocorreu com outros imunizantes já produzidos, devido à urgência da pandemia. ‘À medida que os estudos mostram segurança, imunogenicidade e eficácia em curto prazo, isso é suficiente para você já autorizar o uso emergencial dessas vacinas’, avalia”.

Note-se que os discursos apontam para um enunciador que deteve-se num trabalho de investigação e apuração dos fatos de modo criterioso, configurando-se na imagem de um repórter, que de forma investigativa e detalhada constrói a reportagem. É interessante destacar que, assim como ocorre no processo de produção da reportagem, a cenografia apresentada pontua a possibilidade do diálogo entre vários discursos, no intuito de proporcionar legitimidade aos discursos de verificação. Nisso, é possível observar que ocorre a apropriação/tradução/explicação de um discurso especializado — o da imunologia —, uma tarefa para a qual o jornalismo foi convocado nesse período, em que se tornou necessário tematizar as vacinas. Esse traslado de um discurso de especialidade para outro domínio, o do jornalismo, apresenta-se como uma marca nos discursos de verificação, ocorrendo de forma mais detida e criteriosa. Ao deparar-se com tal cenografia, o enunciatário reitera fatos, realiza comparações e constrói sua interpretação dos dados. Pode-se considerar, desse modo, que a cenografia instituída nos textos de verificação cumpre seu papel, que é o de esclarecer a realidade dos fatos e apresentá-los na sua globalidade,

para que de fato os interlocutores os interpretem e tomem alguma posição relacionada à desinformação.

Figura 13 – Captura de tela do site Projeto Comprova

Adesão à pele

Em maio, os professores do Centro de Referência para o Ensino da Física, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CREF/URFGS), Fernando Kokobun e Fernando Lang da Silveira, **fizeram um post** com explicações do que pode provocar a adesão de uma moeda ou outros objetos metálicos ou magnéticos à pele.

Em **um vídeo**, os professores mostram que uma moeda de 50 centavos adere facilmente ao braço de uma pessoa, em local **onde não havia sido aplicada nenhuma vacina**. O efeito, segundo eles, é produzido "sem magnetismo algum, apenas com uma leve hidratação do local (caso a pele esteja seca) onde se deseja a adesão da moeda. Se a pele estiver seca, basta passar um pano úmido no local, para que a moeda, levemente pressionada à **pele** hidratada, tenha aderência suficiente para ali ficar".

No Twitter, o médico e clouderino da Universidade de Oxford, no Reino Unido, Ricardo Parolin, **também publicou um vídeo**, mostrando que, mesmo sem ter tomado a vacina, foi capaz de provocar a adesão de uma moeda ao próprio braço, passando antes uma toalha levemente molhada no local.

Para os professores do CREF/URFGS, todo o boato é uma "teoria conspiratória", e tudo não passa de um "comum efeito de adesão propiciado por forças intermoleculares".

Composição da vacina

O único componente metálico da vacina do Butantan e do laboratório Sinovac é o hidróxido de alumínio. **De acordo com a instituição brasileira**, trata-se de um "componente adjuvante, seguro, aprovado e utilizado há décadas", que não causa problemas de saúde. Os **adjuvantes** são compostos que estimulam a produção dos anticorpos e melhoram a resposta imune do organismo após a vacinação.

"Segundo o diretor de ensaios clínicos do Instituto Butantan, Ricardo Palacios, materiais paramagnéticos como o alumínio fazem parte da composição do corpo humano e só podem ser influenciados magneticamente por forças muito potentes, como as usadas nos aparelhos de ressonância magnética nuclear", diz a publicação no site do Butantan.

E o diretor ainda complementa: "Em situações cotidianas, as pessoas não se expõem a essas grandes forças magnéticas. A quantidade de alumínio existente na composição do corpo humano e a exposição diária por ingestão é muito maior que a administrada na vacina, que não é capaz de alterar significativamente a proporção de alumínio de uma pessoa".

Kokobun e Lang da Silveira, do CREF/URFGS, apontam ainda que a quantidade da substância presente em uma dose de vacina é um milésimo da encontrada em comprimidos de antídoto – que não possuem qualquer efeito magnético.

Todos os possíveis efeitos colaterais gerados pela Coronavac, que não incluem magnetismo, estão descritos na **bulas da imunizante**.

Por que investigamos?

O Comprova verifica, em sua quarta fase, conteúdos sobre a pandemia ou políticas públicas do governo federal que tenham viralizado nas redes sociais.

O vídeo em questão acumula mais de 40 mil interações em um único post no Facebook, e já foi compartilhado diversas outras vezes em outras plataformas, como o Twitter, Youtube, Instagram e Whatsapp. Outros vídeos semelhantes, com as mesmas alegações, também se espalham por todas essas redes, inclusive em outros países, aumentando a desconfiança do público com as vacinas – apontadas por especialistas como a principal medida para solucionar a pandemia.

O Comprova já concluiu que **era falso um boato que associava a imunização ao câncer, doenças genéticas e homossexualismo** e que **a OMS não recomendou uma terceira aplicação da Coronavac**.

Outros conteúdos sobre a suposta "vacina magnética" – seja a Coronavac ou a imunizante da AstraZeneca – já foram desmentidos no Brasil pelo **Estado de São Paulo**, **ABC** e **UOL**. Fora do país, o tema também foi checado pela **BBC**, **Veritas**, **Animal Politics**, **Factcheck.org** e **Maldita**.

Falso, para o Comprova, é o conteúdo inventado e divulgado de modo deliberado para espalhar uma mentira.



Fonte: verificação da *fake news* sobre efeito magnético em vacina contra a Covid. Fonte: site Folha de S. Paulo.

Ao analisar a cenografia construída para a verificação do conteúdo no site Comprova,

percebemos um diferencial no quadro cênico que o distingue dos sites analisados anteriormente. Enquanto naqueles o discurso de verificação se constrói de forma mais sucinta, neste há um maior detalhamento das cenas, delineando melhor a cenografia da reportagem interpretativa. Assim, de início chama a atenção o título, diferentemente dos outros sites analisados, que começa com o uso de etiquetas tipo “#Éfake” ou “Verificamos”, neste vemos que o título se apresenta de forma direta, denotando o perfil de reportagem, tipo “Vacina contra Covid não tem efeito magnético”. Não há referência à verificação na organização linguística, mas num tom noticioso o discurso apresenta o fato com efeito de veracidade, subentendendo que comprovadamente vacinas não apresentam capacidade magnética, conforme estava sendo disseminado nas redes sociais.

No primeiro momento a cenografia da notícia é instituída a partir do discurso que sugere narrar o acontecimento que está sendo verificado, justificando o motivo pelo qual considera-se falso. O locutor, de forma rápida e direta, tenta esclarecer aos leitores da possibilidade de o imã grudar ou não na pele das pessoas, para isso, recorre a discursos da área da Física. A fim de sustentar sua posição de fala, vale-se de outras vozes que proporcionam autoridade ao discurso. Desse modo, a cenografia instaurada tem o papel de contextualizar a situação, mostrando ao leitor do que realmente se trata aquela verificação. Assim, o enunciário compreende o contexto do acontecimento e coloca-se na posição daquele que pretende conhecer a verdade dos fatos. Nesse momento é estabelecido um contrato de parceria entre os sujeitos, onde cada um se posiciona conforme seu papel na interação. O desdobramento da questão se dá a partir do momento em que o enunciador instiga o leitor a descobrir como foi realizado o trabalho de investigação, com a proposição: “Como verificamos”? Essa formação linguística remete à ideia de que há um interlocutor que necessita conhecer com mais precisão como foi realizado o trabalho de verificação. E ainda, há um enunciador que pretende informar, esclarecer como se desenvolveu todo o processo de análise.

A partir disso, instaura-se a cenografia característica da reportagem interpretativa, onde os discursos pretendem demonstrar o passo a passo do trabalho de investigação e apuração dos acontecimentos de modo mais detalhado. Observa-se que há uma sequência nas atividades, representadas por meio das construções verbais que indicam ação, como: “Tentamos”, “Depois, buscamos”, “Também encontramos”, “Buscamos ainda” e “Por fim, consultamos”, que se apresentam em curso, um após outro, denotando continuidade nas atividades. Note-se ainda que o uso desses verbos na primeira pessoa do plural, apontam para a construção de um trabalho realizado coletivamente. O enunciador, portanto, se coloca como porta-voz de um grupo. A

fala, nesse caso, é representativa de uma instituição que objetiva verificar fatos duvidosos no meio jornalístico. Observemos.

Recorte 2

Como verificamos?

Tentamos entrar em contato com a idosa que aparece no vídeo que viralizou, para checar se ela fez o “experimento” acreditando mesmo nele ou se, de forma proposital, adotou algum truque. Encontramos o perfil dela no Facebook, com as informações que ela mesma fornece no vídeo, mas ela não respondeu aos nossos contatos por mensagem na rede social. A usuária que publicou o vídeo também foi contatada pela plataforma.

Depois, buscamos outras publicações online sobre o assunto, e encontramos um **post do Centro de Referência para o Ensino da Física, publicado em maio**, que já explicava a impossibilidade da hipótese de uma “vacina magnética”.

Também encontramos outros vídeos publicados na internet por pessoas que provaram que é possível fazer o truque mesmo sem estar vacinado contra a covid-19.

Buscamos ainda o posicionamento do Instituto Butantan, responsável pela fabricação da Coronavac no Brasil.

Por fim, consultamos outras verificações publicadas por checadores brasileiros e de outros países sobre o assunto.

O Comprova fez esta verificação baseado em informações científicas e dados oficiais sobre o novo coronavírus e a covid-19 disponíveis no dia 14 de junho de 2021.

Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/06/14/interna_nacional,1276652/vacina-contracovid-19-nao-tem-efeito-magnetico.shtml.

É interessante notar que, assim como no processo de construção de uma reportagem, a cenografia instaurada tenta mostrar ao enunciário, o teor jornalístico e investigativo do trabalho de verificação da notícia falsa em discussão. O enunciador, a fim de legitimar seu discurso, recorre a diversas cenas validadas, mobilizando falas, posicionamentos e discursos de autoridade. Observe-se que essa cenografia busca de forma veemente levar o leitor a acreditar na veracidade daquilo que está enunciando. É como se estivesse fazendo um apelo para que os sujeitos acreditassem que se trata realmente da verdade. A constatação dessa prerrogativa torna-se mais evidente, quando diz: “O Comprova fez esta verificação baseado em informações científicas e dados oficiais sobre o novo coronavírus e a covid-19 disponíveis no dia 14 de junho de 2021”. Isso significa dizer que as informações dadas estão ancoradas em comprovações científicas, de confiabilidade, sustentadas em experimentos, portanto não há do que duvidar. O sujeito envolvido em determinada cenografia, vê-se confrontado com inúmeras cenas validadas que

ratificam o propósito enunciativo, fazendo com que construa sua interpretação dos fatos e acredite no que está sendo verificado.

A cenografia da reportagem interpretativa segue, culminando na cenografia de fato da verificação. O uso do termo “verificação” em destaque, aponta para a instituição de uma nova cena que será desenvolvida. Os discursos dessa encenação pretendem apresentar os resultados a que se chegou com o trabalho de verificação. Assim, o enunciador retoma o fato que motivou a investigação, reiterando a situação para o leitor. A retomada da notícia contribui para a compreensão da cenografia a ser desenvolvida. Nessa cenografia os discursos procuram esclarecer a partir de conhecimentos comprovados pela ciência que o fato noticiado em vídeos é falso, não se sustenta em base científica, pois trata de uma substância química.

Um dado importante que merece destaque nessa cenografia é que, durante todo o processo discursivo o locutor, ao tratar-se da pessoa que produziu a desinformação, referia-se sempre como “a idosa”, e só a partir de então apresenta sua identificação, com o nome acrescido da cidade e do estado do qual faz parte. Essa mudança reflete tanto no propósito comunicativo do locutor quanto no processo de interpretação do enunciatário, pois o uso da expressão idosa aciona uma série de estereótipos relacionados à figura do idoso na sociedade. Geralmente são os idosos que alimentam determinadas crenças e conspirações, o fato de a idosa disseminar a notícia de que há magnetismo na vacina contra a Covid-19 revela isso. Portanto, a opção pela escolha do termo traduz o objetivo implícito do locutor de mostrar que trata-se mais de uma conspiração do que de um fato.

É interessante notar que, por tratar-se de uma teoria conspiratória, o papel da ciência nessa cenografia é de suma importância. É como se o locutor se afastasse da cena e cedesse espaço para que os discursos científicos assumissem seu papel de legitimar aquela cena. Percebe-se, desse modo, a predominância desses discursos no desenvolvimento da cenografia, levando o interlocutor a desmitificar a ideia de que vacinas trazem magnetismo. Os discursos instituídos ratificam a intenção dos textos de verificação, que é o de mostrar a verdade dos fatos. Há nessa encenação um desejo intenso do locutor de fazer com que o leitor compreenda a realidade dos acontecimentos.

Assim, a cenografia se estabelece a partir de dados, comparações, vozes diversificadas e comprovações. Os discursos de fato são legitimados, tendo por base as inúmeras cenas validadas apresentadas. A cenografia da reportagem interpretativa nos textos de verificação cumpre o seu papel, que é o de conduzir o leitor para a comprovação de que se trata de uma notícia falsa ou verdadeira. Isso percebemos também em outros textos que fazem parte do corpus desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso principal objetivo nesta pesquisa consistiu em analisar as cenas de enunciação do ecossistema da desinformação construído sobre a vacinação contra a Covid-19, observando de que modo essas cenas são mobilizadas no decorrer da notícia, tomando por base o texto de verificação. Nesse propósito, iniciamos por apresentar a abordagem teórica na qual nos respaldamos para realizar as análises pretendidas na pesquisa. Assim, no primeiro capítulo, empreendemos uma discussão sobre o ecossistema de desinformação, por considerarmos relevante para o entendimento do fenômeno em questão.

Nessa discussão, vimos que a desinformação perpassa por um sistema organizado por diversos atores e instituições, que de forma intencional fomentam a produção de notícias falsas tendo em vista interesses distintos, desde questões políticas, econômicas, sociais, religiosas a questões ideológicas, num jogo de enquadramentos, interpretações e conexões falsas em relação aos fatos narrados. De acordo com Claire Wardle (2020, on-line), o que estamos vivenciando, na realidade, é um período de desordem da informação, em que o ecossistema da informação encontra-se perigosamente poluído por muitas formas de distorção dos acontecimentos. Já não são apenas notícias falsas, mas um aglomerado de proposições e recursos midiáticos e textuais, simulados em características prototipicamente jornalísticas, que são manipulados para enganar e causar danos à sociedade.

No segundo capítulo, destacamos as abordagens referentes ao Discurso e à Análise do Discurso, por se mostrarem condizentes com nossos interesses de pesquisa. Assim, adotamos a perspectiva de Maingueneau (2008, p. 19), que entende os discursos como textos circunscritos historicamente num sistema de regras, que, por sua vez, definem a especificidade de uma enunciação. Nesse sentido, o enunciador se inscreve no tempo e no espaço para enunciar, utilizando-se de encenações de fala, para se fazer compreender na interação discursiva. São as encenações, portanto, a partir de cenas validadas, que conferem credibilidade e legitimidade a esses enunciados. Desse modo, de acordo com o autor, o discurso só existe e faz sentido porque, de certo modo, está inscrito numa determinada formação discursiva e histórica, situando-se num já-dito, que, por sua vez, está instituído na memória discursiva dos sujeitos.

Assim, para além do nosso objetivo principal, o percurso empreendido neste trabalho, teve início com uma reflexão sobre o ecossistema de desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19, que de forma tão abrupta tomou dimensões alarmantes no contexto pandêmico, a ponto de fazer emergir de modo emergencial a criação de agências de checagem em todo o país

e no mundo. Há de se reconhecer que essa nova inserção de textos de verificação no contexto jornalístico, deu-se devido à urgência da situação, como forma de combate imediato a um sistema organizado e direcionado, de produção de notícias falsas no meio midiático.

Dessa forma, buscou-se, nesta pesquisa, analisar as cenas enunciativas mobilizadas nos textos que verificam notícias falsas sobre a vacinação contra a Covid-19. Constatou-se, desse modo, que esse tipo de texto mobiliza cenas com características e peculiaridades do contexto jornalístico. Assim, evidenciou-se a instituição das três cenas enunciativas defendidas por Maingueneau (2008), cena englobante, a cena genérica e a cenografia, no desenvolvimento do texto.

Quanto à cena englobante, evidenciou-se a instituição da cena englobante jornalística, pelo fato de o discurso produzido para verificar as notícias inverídicas configurar-se com o tipo de discurso jornalístico. Encontramos nos textos analisados características específicas do contexto jornalístico, como, por exemplo, texto composto por título, subtítulo, lead e corpo textual. A composição formal desse tipo de texto sugere um dos gêneros informativos, levando o enunciatário a colocar-se na posição apropriada para a interpretação daquele tipo de discurso.

No que concerne à cena genérica, foi possível constatar que se refere à cena genérica jornalística, por evidenciar características específicas do gênero notícia. Notou-se, desse modo, que, os textos verificadores apresentam em sua estrutura: manchete, seguida de subtítulo, lead e corpo da notícia. Além disso, institui-se no contexto específico de gênero, permitindo transparecer aspectos como: finalidades, papéis para os parceiros, um lugar, um modo de inscrição no tempo, um suporte, uma composição e um uso específico de recursos linguísticos, conforme destacamos no capítulo de análise. Pode-se notar, dessa forma, que, essas características associadas ao gênero funcionam como regras, contribuindo, de certo modo, para suscitar expectativas no leitor.

No tocante à cenografia, observamos que se constitui a partir de diversas cenas validadas, apresentando-se a princípio como cenografia prototípica da notícia, desenvolvendo-se no percurso do texto na cenografia da reportagem interpretativa. Assim, por meio do discurso, o enunciador pretende apresentar o texto verificador, como aquele resultante de um trabalho investigativo, com proposições de pesquisas, coletas de dados, comparações, análises, vozes de autoridades e instituições renomadas e constatação de fatos. Nota-se que há implícito nesses discursos um desejo de verdade por parte do enunciador, que busca a todo custo legitimar seu posicionamento por meio de cenas validadas, a fim de desmentir aquela notícia e esclarecer a realidade dos acontecimentos.

Destacamos que todas essas cenas mobilizadas nos textos de verificação sobre a vacinação, utilizam-se de estratégias linguísticas, estruturais e organizacionais para a produção de sentidos de tais textos. Evidenciamos, desse modo, o uso de etiquetas, recorrência de mesma construção linguística em sites diferentes, diálogo entre vozes distintas, assim como a recorrência de verbos na 3ª pessoa, demonstrando imparcialidade e objetividade na verificação. As cenas, assim, contribuem para legitimar as falas enunciadas e garantir a relação de interação proposta aos sujeitos do discurso.

Salientamos, portanto, que o nosso trabalho não exauriu, obviamente, o tema que nos propomos a discutir, evidenciando lacunas que poderão ser preenchidas em outras pesquisas. Seria interessante, portanto, a partir das cenas enunciativas instituídas no texto de verificação, averiguar de que forma é mobilizada a argumentação nesse tipo de texto, buscando destacar recursos e estratégias linguísticas utilizadas, tendo em vista a persuasão do discurso verificador. Supomos, ainda, que a partir dessas cenas, estudos sobre o ethos, na perspectiva do enunciador possam mostrar através dos discursos como a figura desse locutor pretende apresentar-se ao desenvolver a cenografia da verificação. Além disso, pode-se empreender um estudo mais direcionado aos gêneros emergentes do discurso, na tentativa de aprofundar-se nas especificidades desse mais novo gênero, conhecido como de verificação ou de checagem.

Por fim, consideramos importante que estudos sobre os textos de verificação continuem a ser empreendidos na perspectiva da Análise do Discurso, tendo em vista as cenas enunciativas, para que novas possibilidades de análises possam ser desenvolvidas no âmbito acadêmico, permitindo a produção de novos conhecimentos para a comunidade em geral.

Consideramos ainda relevante, no contexto atual que estamos atravessando, permeado de estratégias discursivas que fomentam um ecossistema de desinformação estruturado de forma intencional trazendo danos à sociedade, que discussões mais efetivas sobre esse fenômeno sejam realizadas por pesquisadores e acadêmicos, a fim de inibir o fluxo de notícias falsas veiculadas nos meios de comunicação de massa, e ainda, que possam contribuir para o devido esclarecimento de informações ocultas destinadas aos sujeitos sociais.

REFERÊNCIAS

- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, Pittsburgh: American Economic Association, v. 31, n. 2, 2017. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~gentzkow/research/fakenews.pdf>. Acesso em: 30/03/2021.
- ALVES FILHO, Francisco. Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRÉ GOMES, Thiago Freire. Agências de checagem e o trabalho de combate à desinformação: um estudo de caso dos projetos comprova e fato ou fake. Curso de Comunicação com Habilitação em Jornalismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- ARAÚJO, Elaine Vasquez Ferreira de. Internet, hipertexto e gêneros digitais: novas possibilidades de interação. *Cadernos do CNLF*, v. 15, n. 5, t. 1, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. p. 633-639. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/55.pdf. Acesso em: 01/04/2021.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. Tradução de M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BAKHTIN, Mikhail. [Voloshinov]. Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BHATIA, V. K. Introduction: genre analysis and world Englishes. *World Englishes*, 16: 313-19, 1997a.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOUNEGRU, L.; GRAY, J.; Venturini, T.; MAURI, M. Um guia de campo para notícias falsas. Laboratório de dados públicos, 2017. Disponível em: <http://fakenews.publicdatalab.org/>. Acesso em:
- BRAGA, Renê Moraes da Costa. A indústria da fake news e o discurso de ódio. In: PEREIRA, Rodolfo Viana (org.). *Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio*. 2018. p. 203-220. v. 1.
- BRANCO, S. Fake news e os caminhos para fora da bolha. *Interesse Nacional*, ago./out., p. 51-61, 2017.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Introdução à análise do discurso. 2. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRITO, Vladimir de Paula; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Em busca do significado da desinformação. *DataGramaZero: Revista de Informação*, v. 15, n. 6, dez. 2014. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez14/Art_05.ht. Acesso em: 05/06/2021.

BUCCI, Eugênio. Pós-política e corrosão da verdade. *Revista USP*, São Paulo, n. 116, p. 19-30, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i116p19-30>. Acesso em: 10/04/2021.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTILHO, C. A infodemia ameaça mais do que o coronavírus. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, ed. 1077, 3 mar. 2020. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/desinformacao/a-infodemia-ameaca-mais-do-que-o-coronavirus/>. Acesso em: 11/04/2021.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2019.

CHRISTOFOLETTI, R. *Ética no jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2011.

COUTINHO, Iluska Maria da Silva. WhatsApp, desinformação e infodemia: o “inimigo” criptografado. *Liinc em Revista*, v. 18 n. 1, 2022. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5916>. Acesso em: 02/01/2022.

D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade*. Tradução de Carlos Szlak. Barueri: Faro, 2018.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C.L. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo*, Lisboa, v. 18, n. 32, p.155-169, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S218354622018000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30/06/2021.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000.

DEROSA, C. Fake news: quando os jornais fingem fazer jornalismo. Ed. *Estudos Nacionais*, 2019.

DEUZE, Mark. What is journalism? *Journalism: Theory, Practice & Criticism*, [s. l.], v. 6, n. 4, p. 442-464, nov. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1464884905056815>. Acesso em: 04/01/2022.

DEUZE, Mark; Witschge, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. *Revista Parágrafo*, v. 4, n. 2, 8. ed., jul.-dez. 2016.

THE ECONOMIST. Art of the lies. Disponível em: <http://www.economist.com/news/leaders/21706525-politicians-have-always-lieddoes-it-matter-if-they-leave-truth-behind-entirely-art>. Acesso em: 15/05/2021.

FALCÃO, Paula; SOUZA, Aline Batista de. Pandemia de desinformação: as fake news no contexto da Covid-19 no Brasil. *Reciis: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação &*

Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 55-71, jan./mar. 2021. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br. Acesso em: 16/01/2022.

FERRARI, P. Fake news, pós-verdade e o consumo de informações. Anais do XXVI Encontro Anual da ComPós. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2018.

FERRARI, P. Como sair das bolhas. São Paulo: EDUC, 2017. Spanish Edition. Plataforma: Kindle Edition.

FLOOD, A. (2016) “Post-truth” named word of the year by Oxford Dictionaries (Pós-verdade' eleita a palavra do ano pelos Oxford Dictionaries). Disponível em: // www.theguardian.com/books/2016/nov/15. Acesso em: 21/07/2021

FLORIDI, Luciano. Brave.Net.World: the Internet as a disinformation superhighway? In: Oxford, The Electronic Library, v. 14, n. 6, p. 509-514, 1996. Disponível em: Acesso em: 23/04/2021

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOX, Christopher John. Information and misinformation: an investigation of the notions of information, misinformation, informing, and misinforming. Westport, CT: Greenwood, 1983. 223 p.

FRAU-MEIGS, D. Notícias falsas e desordens informativas. Bruxelas: Parlamento Europeu, 2019. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/626087/IPOL_STU\(2018\)626087_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/626087/IPOL_STU(2018)626087_EN.pdf). Acesso em: 03/03/2022.

FREIRE, D. F. S. Discurso e força estética das notícias falsas: um estudo sobre a configuração do gênero fake news. Centro de Comunicação, Turismo e Artes, Programa de pós-graduação em Jornalismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GITAHY, Y. O que é uma start up? Empreendedor Online: Empreendedorismo na Internet e negócios online, 2020. Disponível em: <http://www.empreendedoronline.net.br/o-que-e-umastartup/>. Acesso em: 12/06/2021.

GIL, Carlos, A. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2017.

GRANEZ, Marcio da Silva. A reportagem interpretativa como gênero da checagem: reflexões sobre a experiência do NUJOC¹. INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO 43º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020. Anais...

HORBACH, Lenon Oliveira. Fake news: uma abordagem em face da liberdade de expressão, internet e democracia. RDBU| Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos Fake News: uma

abordagem em face da liberdade de expressão, internet e democracia, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9046>. Acesso em: 10/06) 2021.

House of Commons Digital, Culture, Media and Sport Committee. Disinformation and ‘fake news’: Final Report. Eighth Report of Session 2017-19. Disponível em: Acesso em: 11 jul. 2019.

HUTTNER, L. R. G. É fake news? Como elementos do jornalismo são utilizados para a elaboração de “notícias falsas”. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

INTERVOZES. Relatório Direito à Comunicação no Brasil 2020. Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2020. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/relatorio-direito-a-comunicacao-no-brasil-2020/>. Acesso em: 18/ 07/2021.

KALIL, Isabela; SANTINI, Rose Marie. Coronavírus, pandemia, infodemia e política. Relatório de pesquisa. Divulgado em 01 de abril de 2020. 21 p. São Paulo; Rio de Janeiro: FESPSP/UFRJ, 2020. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Coronavirus-e-info-demia.pdf. Acesso em: 12/05/2021.

LAGE, N. Ideologia e técnica da notícia. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2012.

LAKATOS, E. M. de A.; MARCONI, M. de A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2000.

LIPPMANN, W. Opinião pública. Nova York: Free Press Paperbacks, 1997.

MACHADO, Caio C. Vieira et al. Ciência contaminada: analisando o contágio de desinformação sobre coronavírus via Youtube. [S. l.], 2021. 50 p. Disponível em: <https://laut.org.br/ciencia-contaminada.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2021.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes; Unicamp, 1994.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise de discurso. Tradução de Freda Indurski. São Paulo: Pontes, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Tradução de Freda Indursky. 3.ed. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. Tradução de Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO (org.). Ethos discursivo. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-29.

MAINGUENEAU, Dominique. O contexto da obra literária. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. Gênese dos discursos. Tradução de Sírío Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e análise do discurso. In: COLÓQUIO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS DO DISCURSO – ALED, 6., 2015, São Carlos, SP, 2015. Anais...

MARCUSCHI, J. A. Gêneros textuais e o ensino de língua Pernambuco. UFP, 2002.

MARCUSCHI, J. A. Da fala para a escrita: atividade de retextualização. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCUSCHI, J. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

MEDINA, Cremilda; LEANDRO, Paulo Roberto. A arte de tecer o presente: jornalismo interpretativo. São Paulo: Edição dos Autores, 1973.

MORAN COSTAS, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 174 p.

MÜLLER, Kauane Andressa. As estratégias de credibilidade das organizações de fact-checking brasileiras em reação às fake news no contexto de crise do jornalismo profissional. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2020.

OBERCOM. As fake news numa sociedade pós-verdade: contextualização, potenciais soluções e análise. Relatórios OBERCOM, junho de 2018. OBERCOM Investigação e saber em comunicação, 2018. Disponível em: <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2018/06/2018-Relatorios-Obercom-Fake-News.pdf>. Acesso em: 02/02/ 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Preguntas y respuestas sobre la enfermedad por coronavirus (COVID-19). 2020. Disponível em: <https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public/q-a-coronaviruses>. Acesso em: 01/10/2021.

ORLANDI, E. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas: Pontes; Unicamp, 1998.

ORLANDI, E. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. Ler Michel Pêcheux hoje. In: Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p. 11-20.

ORLANDI, E. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

OXFORD Living Dictionaries. Word of the Year. 2016 is..., Word of the year, 2016. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year2016>. Acesso em: 08/04/2021.

PAVLIK, John. El periodismo y los nuevos medios de comunicación. Paidós, Barcelona, 2005. 351 p.

PÊCHEUX, M. [1975]. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

POSETTI, Julie; BONTICHEVA, Kalina. Desinfodemia: descifrando la desinformación sobre el COVID-19. Paris: UNESCO, 2020. E-book. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation_es.pdf. Acesso em: 21/08/2021.

RECUERO, Raquel; SOARES, F. B.; VINHAS, Otavio I.; VOLCAN, T.; HUTTNER, L. R.; SILVA, V. Bolsonaro and the Far Right: How Disinformation About COVID-19 Circulates on Facebook in Brazil. *International Journal of Communication*, v. 16, p. 148-171, 2022.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe B.; VINHAS, Otavio I. Discursive strategies for disinformation on WhatsApp and Twitter during the 2018 Brazilian presidential election. *FIRST MONDAY (ONLINE)*, v. 26, p. 1-17, 2021.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

RODRIGUES DA SILVA, Naiana. O homem atrás da máquina: um estudo de caso sobre a reconstrução da identidade do jornalista de impresso diante do uso das novas mídias. Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2011.

RUBIO HANCOCK, J. (2018). “Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, ‘pós-verdade’, a Trump e Brexit”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html.

SANTAELLA, Lucia. A pós-verdade é verdadeira ou falsa? Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2018. 98 p. Acesso em:

SILVEIRA, Marilda de Paula. As novas tecnologias no processo eleitoral: existe um dever estatal de combate à desinformação nas eleições? In: ABOUD, Georges; NERY JUNIOR, Nelson; CAMPOS, Ricardo (coord.). *Fake news e regulação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. p. 191-216.

SILVEIRA, Vitor Luiz da; MOTTA, Marise Ferreira da. Gêneros textuais em ambiente virtual. In: GONZALEZ, Marcos; MOLLICA, Maria Cecília (org.). *Linguística e ciência da informação: diálogos possíveis*. Curitiba: Appris, 2011.

SILVERMAN, C. Esta análise mostra como as notícias eleitorais falsas tiveram um desempenho superior notícias reais no Facebook. Notícias do Buzzfeed. Disponível em:

<https://www.buzzfeed.com/craigsilverman/viral-fake-election-news-outperformedreal-news-on-facebook>.

TANDOC, Edson C. Os fatos das notícias falsas: uma revisão de pesquisa. Wiley Online Library, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soc4.12724>.

TESICH, S. A government of lies (political ethics). The Nation, Nova Iorque, n. 254, p. 12-13, 1992.

UNESCO. Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo. Paris: Unesco, 2019.

VAN DIJK, T. Discourse as Structure and Process. Londres: Sage, 1997.

WARDLE, Claire. Fake news. It's complicated. First Draft News, v. 16, 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/fake-news-complicated/>. Acesso em: 23/ 09/2022.